

RELATÓRIO DE GESTÃO 2019



Corregedoria Geral
da Justiça
MARANHÃO

Valorizando a integração e a cidadania

Corregedor-Geral da Justiça
Desembargador Marcelo Carvalho Silva

Juízes Auxiliares da Corregedoria
Jaqueline Reis Caracas (Serventias Extrajudiciais)
Maria Francisca Gualberto de Galiza
Raimundo Moraes Bogea
Stela Pereira Braga Muniz
Kariny Reis Bogéa Santos (Coordenador de Planejamento Estratégico)
João Francisco Gonçalves Rocha (Coordenadoria dos Juizados Especiais)

Juiz Diretor da Corregedoria
Marcelo Silva Moreira

Juiz Diretor do Fórum de São Luís
Diva Maria de Barros Mendes



*Corregedor-Geral da Justiça
Desembargador Marcelo Carvalho Silva*

PALAVRA DO CORREGEDOR

Neste momento em que nos aproximamos do final do biênio à frente da Corregedoria Geral da Justiça, aproveitamentos para reconhecer o empenho e esforço das magistradas e magistrados, servidoras e servidores, comissionadas e comissionados e funcionárias e funcionários terceirizados do Poder Judiciário do Maranhão. Em 2019, apresentamos resultados animadores, com melhorias nos índices de congestionamento de julgamento e de baixa, alcance das metas do TJMA e percentuais inéditos nas metas nacionais do Conselho Nacional de Justiça.

Em 2019, no Judiciário maranhense 148 unidades jurisdicionais alcançaram a Meta 1; 254 unidades alcançaram a Meta 2; 91 alcançaram a Meta 3; 124 unidades alcançaram a Meta 4 e a Meta 6 foi atingida por 152 unidades; enquanto 39 unidades alcançaram a Meta 8 - Violência Doméstica e 6 unidades alcançaram a Meta 8 - Femicídio. Na Meta 1, que representa o principal desafio do Judiciário brasileiro atualmente, a Justiça Comum de 1º Grau do Maranhão alcançou o índice de 100,69%, enquanto os Juizados Especiais alcançaram 106,85%.

Outro importante resultado a ser comemorado é o desempenho positivo na melhoria dos indicadores das taxas de congestionamento de julgamento e de baixa no ano de 2019. A taxa de congestionamento de julgamento apresentou melhoria entre janeiro de 2018 - quando estava em 61,25%, e dezembro de 2019, quando passou para 55,87% - o que corresponde uma redução de 8,78%. Por outro lado, tivemos 50 unidades judiciais que alcançaram uma taxa de congestionamento de baixa menor que 50%; outras 41 unidades que alcançaram uma taxa entre 50% e 60%; e outras 50 unidades que reduziram a taxa em pelo menos 10%.

Os resultados demonstram a importância das medidas de apoio e orientação junto aos nossos servidores e magistrados das comarcas do interior, que enfrentam variadas dificuldades que impactam na entrega do serviço jurisdicional. No ano passado, buscamos dar continuidade às medidas iniciadas com o Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual, por meio do qual realizamos uma série de visitas estratégicas, estudos, planos de ação e adotamos medidas de apoio.

Por meio da Semana de Baixa Processual, as unidades judiciais de 1º Grau baixaram definitivamente mais de 130 mil processos em 2018 e 2019, o que contribuiu para reduzir o acervo e a melhorar as taxas de congestionamento. Com o Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ), realizamos dezenas de mutirões de sentenças e de cumprimento em unidades judiciais com os maiores acervos e mais dificuldades, como São Mateus, Santa Helena, Barreirinhas e Vargem Grande.

Com o apoio do nosso presidente José Joaquim Figueiredo dos Anjos, instituímos o projeto Digitalizar Já, que resultou na virtualização de 40 mil processos físicos em seis meses e uma economia estimada em mais de R\$ 1,4 milhão nesse período.

Em relação ao serviço extrajudicial, buscamos uma atuação responsável e isonômica, inclusive adotando critérios objetivos para nomeação de interinos nos cartórios extrajudiciais vagos. Com a determinação da Corregedoria Geral da Justiça de redução - para 01 (um) dia útil - do prazo para comunicação dos nascimentos, natimortos, casamentos e mortes registrados nos cartórios de registro civil do Maranhão ao INSS, conseguimos reduzir de 81 dias para três dias o tempo médio de envio das informações de óbito ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), o que representa um incremento de 96%, resultado que reflete em benefícios a toda a sociedade.

Por meio de convênio firmado com a Secretaria de Segurança Pública (SSP) e a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Maranhão (ARPEN-MA), estabelecemos cooperação para implementar, nas serventias extrajudiciais de Registro Civil do Maranhão, a emissão de Registro Geral - RG (carteira de identidade), mais uma medida de desburocratização com impacto direto na vida da população, que poderá ter acesso a esse importante documento no seu município.

Agradecemos o apoio incondicional da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, na pessoa do desembargador Joaquim Figueiredo e sua equipe, que não pouparam esforços para atender as demandas da Corregedoria em prol das unidades do interior, que foram indispensáveis para o alcance de bons resultados.

Neste relatório, apresentamos essas e outras ações da Corregedoria Geral da Justiça no ano de 2019, bem como os resultados específicos dos setores vinculados aos órgãos.

INDICE

1. AÇÕES DA CORREGEDORIA _____	05
1.1. Planejamento e Gestão _____	06
1.2. Aprimoramento da Justiça de 1º Grau _____	18
1.3. Extrajudicial e Combate ao Sub-registro _____	27
1.4. Diálogo e Integração _____	36
1.5 Relatório de Mídias - Asscom da CGJ _____	51
1.5 Projetos Especiais _____	53
2. FÓRUM DE SÃO LUIS _____	56
3. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA _____	79
4. COORDENAÇÃO E SECRETARIA DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS_	84
5. COORDENADORIA DAS SERVENTIAS _____	90
6. COORDENADORIA DE FINANÇAS E DE PESSOAL _____	93
7. COORDENADORIA DE ORIENTAÇÃO E APRIMORAMENTO DAS MEDIDAS CAUTELARES PENAIIS E EXECUÇÃO CRIMINAL _____	100
8. COORDENADORIA DE RECLAMAÇÕES E PROCESSOS DISCIPLINARES _____	103
9. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO _____	111
10. ASSESSORIA DE INFORMÁTICA DA CGJ _____	134
11. DIVISÃO DE AVALIAÇÃO DOS JUÍZES _____	137
12. DIVISÃO DE CORREIÇÕES E INSPEÇÕES _____	139
13. DIVISÃO DE ESTATÍSTICA _____	143
14. DIVISÃO DE GESTÃO E CONTROLE DOCUMENTAL _____	146
15. COORDENADORIA ADMINISTRATIVA _____	148



**AÇÕES DA
CORREGEDORIA**

1.1. PLANEJAMENTO E GESTÃO

JANEIRO

ECONOMIA | CGJ-MA economizou quase R\$ 240 mil em despesas durante o ano de 2018

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, encaminhou Ofício ao presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, informando sobre os resultados obtidos com as medidas de economia adotadas pelos setores da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) durante o ano de 2018, que alcançaram redução de cerca de R\$ 239 mil nas despesas com água e telefonia fixa, em relação ao ano anterior.

As medidas de aperfeiçoamento da gestão de custos constam do Plano de Gestão da CGJ para o biênio 2018/2019. Segundo o Ofício, houve a redução das despesas permanentes de caráter continuado das unidades jurisdicionais do 1º Grau, notadamente de telefonia fixa e água na ordem de R\$ 68.861,76 (9,53%) e R\$ 170.723,47 (21,8%), respectivamente, em relação a 2017.

FEVEREIRO

TRABALHO | 93,3% dos setores da Corregedoria da Justiça alcançaram metas de produtividade em 2018

A maioria dos setores da Corregedoria Geral da Justiça cumpriu as metas de produtividade das equipes de trabalho estabelecidas para o ano de 2018. Dos 15 setores responsáveis pelos cumprimentos das metas, 93,3% alcançaram ou ultrapassaram o percentual de produtividade estabelecido, alguns chegando a 100%, em mais de uma meta.

A Coordenação de Finanças e de Pessoal e a Divisão de Avaliação de Juízes se destacaram, alcançando 100% na execução das três e duas metas estipuladas para esses setores, respectivamente; seguidas pela Coordenadoria e Secretaria do Conselho de Supervisão dos Juizados; Divisão de Cadastro, Coordenadoria de Reclamações e Processos Disciplinares com 100% em uma meta cada.

Segundo a coordenadora de finanças e pessoal, Luciana Delfino Braga, o resultado de 100% de produtividade alcançado pelo setor reflete o comprometimento dos servidores que atingiram e superaram as metas planejadas. “Parabênize toda a equipe na certeza de que continuaremos desenvolvendo o nosso trabalho com o objetivo de atender tempestivamente às demandas do público interno, magistrados e servidores e, conseqüentemente, à sociedade”, declarou a servidora.

Na Coordenadoria de Reclamações e Processos Disciplinares, responsável pela tramitação de processos relativos à conduta de magistrados, uma das principais funções da Corregedoria, a equipe conseguiu dar prosseguimento a 100% dos processos no prazo padrão de 15 dias.

GPJ - Outros setores da Corregedoria ultrapassaram o percentual estipulado para o setor, chegando próximo de 100%. Foram os casos da Secretaria Geral (Meta 1: 99% e Meta 2: 97%), Coordenação das Serventias (98%), Divisão de Correição e Inspeções (98%), Divisão de Expedição de Atos e Registros (98%), Assessoria Jurídica dos Corregedores (98%) e Assessoria de Comunicação da Corregedoria (9% da meta de 5% estipulada).

INTERIOR | Corregedoria realiza mutirão de cumprimento processual em Barreirinhas

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) efetivou a terceira etapa do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual (PETCP) na comarca de Barreirinhas, iniciado em abril de 2018. O trabalho consistiu em força-tarefa para cumprimento de atos de Secretaria, coordenado pelo juiz auxiliar da CGJ-MA Raimundo Bogéa, com a presença do corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, e auxílio de equipe de servidores da CGJ e Fórum de São Luís.

O mutirão consistiu no cumprimento de atos relacionados aos processos parados há mais de 100 dias na secretaria, por ordem cronológica, com a realização de conclusões, certidões, atos ordinatórios, baixa definitiva, trânsito em julgado, mudança de classe processual, entre outros.



1.1. PLANEJAMENTO E GESTÃO

MARÇO

GESTÃO | Corregedoria lança Central de Análise de Desempenho para acompanhar resultados da Justiça de 1º Grau

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) inaugurou a Central de Análise de Desempenho, lançando oficialmente a versão 2.0 do sistema TermoJuris, que permite a visualização e acompanhamento online de informações sob o aspecto quantitativo de todo o acervo processual das comarcas do Maranhão. O lançamento da Central de Análise de Desempenho teve a participação dos membros da Mesa Diretora do TJMA, desembargadores Joaquim Figueiredo (presidente), Lourival Serejo (vice-presidente) e Marcelo Carvalho Silva (corregedor-geral), dos membros do TJMA, desembargadores José Luiz Almeida (coordenador do Núcleo de Conciliação), Ângela Salazar (coordenadora da CEMULHER), João Santana, José Bernardo Rodrigues e José Jorge Figueiredo (vice-diretor da ESMAM); do defensor público geral do Estado, Alberto Pessoa Bastos; da diretora do Fórum de São Luís, juíza Diva Maria de Barros; do diretor da CGJ-MA, juiz Marcelo Moreira; da diretora Judiciária, Denise Batista; e dos diretores de Informática do TJ e da CGJ, Paulo Rocha e Danielle Mesquita.

A nova versão do TermoJuris acrescentou relatórios que compilam dados dos sistemas de acompanhamento processual e de pessoal do Judiciário (PJe, Themis, Projudi, VEP, Mentorh), apresentando a evolução do acervo das unidades nos últimos 10 anos, bem como a produtividade de magistrados e servidores. Foram incluídos novos filtros de dados (período, tipo de informação), novas planilhas de exportação, novas variáveis em planilhas existentes, e melhoria nos layouts das telas.



ENFRENTAMENTO | Corregedoria realiza mutirão de cumprimento processual na comarca de Vargem Grande

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) realizou um mutirão de cumprimento de atos processuais na comarca de Vargem Grande, por meio do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ), sob coordenação do juiz auxiliar da CGJ Raimundo Bogéa, com o auxílio de equipe de servidores. O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, acompanhou o movimento que representava a segunda etapa do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual (PETCP).

O mutirão consistiu principalmente na realização de triagem, localização, movimentações e atos ordinatórios como certificações e publicações em processos que estavam na Secretaria da unidade judicial.



LEGISLAÇÃO | Provimento autoriza acesso de advogados a processos físicos e eletrônicos, sem procuração nos autos

Provimento editado pela Corregedoria Geral da Justiça tratou do direito assegurado aos advogados de examinar processos e procedimentos, físicos ou eletrônicos, em balcão de secretaria judicial, e de obter cópias de atos e documentos, mesmo sem procuração nos autos, desde que não tramitem sob sigilo ou segredo de justiça.

O Provimento nº 15/2019 orienta os advogados e partes processuais sobre as mudanças trazidas pela Lei Federal nº 13.793, de 03 de janeiro de 2019, que alterou o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (nº 8.906/1994), a Lei do Processo Eletrônico (Lei 11.419/2006) e o Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015).

Com base na nova lei federal, os advogados podem examinar em secretaria judicial, mesmo sem procuração, atos e documentos de processos e de procedimentos físicos ou eletrônicos, independe da fase de tramitação, bem como obter cópias de atos e documentos contidos nesses processos e procedimentos – com exceção dos casos sigilo ou segredo de justiça, nos quais apenas o advogado constituído terá acesso aos atos e aos documentos referidos.

1.1. PLANEJAMENTO E GESTÃO

TRANSPARÊNCIA | Corregedor apresenta ao Pleno do TJ o Relatório Anual de Atividades de 2018

Em cumprimento ao art. 6º, inciso XXVIII do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), o corregedor-geral, desembargador Marcelo Carvalho Silva, apresentou o Relatório Anual de Atividades referente ao ano de 2018 ao Plenário do Tribunal de Justiça, durante a sessão administrativa. O Código de normas determina que cabe ao corregedor encaminhar ao Plenário, até 31 de março de cada ano, relatório anual das atividades da Corregedoria.

Na oportunidade, o magistrado ressaltou que o Relatório foi disponibilizado aos demais membros em mídia eletrônica (pen drives), com versões em vídeo e no formato de texto disponibilizadas na página da Corregedoria e no canal da CGJ-MA no Youtube.

FISCALIZAÇÃO | CNJ realiza inspeção na Corregedoria Geral da Justiça e cartórios extrajudiciais

O Conselho Nacional Justiça (CNJ), por meio da Corregedoria Nacional de Justiça, iniciou inspeção para verificação do funcionamento dos setores administrativos e judiciais do Tribunal de Justiça do Maranhão e cartórios extrajudiciais. Na Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), os juízes corregedores foram recebidos pelo corregedor geral, desembargador Marcelo Carvalho Silva, e juízes auxiliares da Corregedoria.

A ação, de caráter ordinário, verifica processos judiciais e administrativos, em andamento no Judiciário maranhense. A inspeção foi realizada nos setores administrativos e judiciais de 2º Grau e nos cartórios extrajudiciais.

ABRIL

CAPACITAÇÃO | Secretários judiciais da Baixada Maranhense recebem treinamento sobre o sistema Termojuris

Os secretários judiciais de quase 10 comarcas da região da Baixada Maranhense participaram de treinamento sobre as funcionalidades do sistema Termojuris, ferramenta da Corregedoria Geral da Justiça que permite a visualização e acompanhamento online de informações sob o aspecto quantitativo de todo o acervo processual das comarcas do Maranhão, com gráficos e tabelas detalhando os dados processuais. As orientações foram apresentadas pela juíza auxiliar Kariny Reis e pela servidora Hayla Castelo Branco, do Planejamento Estratégico da CGJ.

Participaram servidores e secretários judiciais das comarcas de Pinheiro, São Bento, Governador Nunes Freire, Bequimão, Mirinzal, Santa Helena e Guimarães, com a presença dos juízes Rodrigo Costa Nina e Tereza Palhares Nina (Pinheiro), e do corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva.

Durante a apresentação, os representantes da Corregedoria explicaram que o sistema Termojuris apresenta uma versão específica para os secretários judiciais, ressaltando o papel importante que a ferramenta pode desempenhar na melhoria dos dados das unidades judiciais, permitindo o acompanhamento da situação de produtividade e adoção de medidas de melhoria.

ENFRENTAMENTO | Corregedoria adota medidas para melhoria do funcionamento da comarca de São Mateus

Uma equipe de servidores da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), coordenada pelo Juiz Auxiliar, Raimundo Bogéa, esteve na Comarca de São Mateus, realizando um trabalho de levantamento do fluxo de processos, tanto da Justiça Comum, quanto do Juizado Especial Cível e Criminal, por meio do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ). São Mateus também responde pelo Termo Judiciário de Alto alegre do Maranhão.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, esteve reunido com o juiz titular da comarca de São Mateus, Ricardo Augusto Figueiredo Moisés, para tratar de assuntos relacionados à questão estrutural do prédio; número de servidores disponíveis; organização de processos e acervo processual.



1.1. PLANEJAMENTO E GESTÃO

ENFRENTAMENTO | Mutirão da CGJ no Fórum de São Mateus movimentou quase 3 mil processos de Juizado

Uma equipe de servidores do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ), da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), coordenada pelo juiz auxiliar Raimundo Bogéa, realizou um trabalho de organização e fluxo de processos de competência do Juizado Especial Cível da comarca de São Mateus, assim como do acervo de petições. O trabalho em mutirão atualizou no Sistema ThemisPG 2.995 processos físicos que se encontravam sem movimentação desde 2017, como juntada de AR's e mandados pendentes.

Durante o encerramento dos trabalhos, estiveram presentes o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva; a representante da OAB Subseção Bacabal, Andréia Silva Furtado; e a conselheira estadual da OAB-MA, dra. Marlúcia Viana, representando o presidente da Ordem, Thiago Diaz e advogados da região.

A Conselheira elogiou a iniciativa do presidente do TJ e do corregedor, que buscam melhorar o atendimento do jurisdicionado nas comarcas do interior.

PROVIMENTO | CGJ-MA adota intimação eletrônica de advogados em processos do PJe

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) publicou o Provimento N° 20/2019, assinado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, estabelecendo que as comunicações aos advogados, em relação aos atos judiciais praticados nos processos que tramitam na plataforma Processo Judicial eletrônico (PJe), seriam efetivadas exclusivamente mediante intimação eletrônica, dispensada sua publicação no Diário da Justiça Eletrônico (DJe).

A intimação eletrônica se aplica tanto na Justiça Comum Cível de 1º Grau quanto nos Juizados Especiais Cíveis, no que se refere aos processos eletrônicos, devendo a intimação eletrônica prevalecer sobre a publicação no DJe nos casos de duplicidade de intimações.

A medida leva em consideração a política adotada pelo Novo Código de Processo Civil (NCPC), que nos artigos 246 (V) e 270 prestigia o meio eletrônico como forma preferencial de comunicação dos atos processuais; e no artigo 272 dispõe que a publicação em órgão oficial deve ser utilizada de forma subsidiária em relação à intimação eletrônica.



ADMINISTRAÇÃO | Corregedoria da Justiça reorganiza divisão de comarcas em 12 polos judiciais

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) reorganizou os polos judiciais, que aglutinam os municípios maranhenses em áreas geográficas criadas para auxiliar o órgão na melhor distribuição e organização dos serviços administrativos direcionados às comarcas, varas e juizados em todo o Estado. Com a mudança, o Maranhão passou a ter doze polos judiciais.

A reformulação dos polos judiciais pela atual gestão da CGJ-MA se deu por meio dos Provimentos de n° 19/2019, n° 14/2019 e n° 43/2018, que alteraram a divisão das comarcas nos polos judiciais estabelecidos no Provimento n° 01/2018, que foi revogado, criando o Polo de Caxias e alterando a formação dos polos de Bacabal e Timon.

Na medida, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, considerou a necessidade de direcionamento da atuação dos juízes auxiliares quanto à fiscalização, orientação e acompanhamento dos serviços judiciais e extrajudiciais nas Comarcas do Estado do Maranhão e de melhor distribuição e organização dos serviços administrativos da Corregedoria.

1.1. PLANEJAMENTO E GESTÃO

MAIO

RECURSOS | Fórum de São Luís gera economia com reforma de 2.500 cadeiras de expediente

A Diretoria do Fórum de São Luís, por meio da Divisão de Material e Patrimônio, realizou a reforma de 2.540 cadeiras utilizadas nas unidades judiciárias e administrativas, salões de Júri, Salão Ecumênico e demais setores do prédio. O serviço foi executado por empresa contratada e devidamente habilitada para a função por meio de processo licitatório.

Segundo o chefe da Divisão de Material, Junior César Machado, esse serviço pioneiro é de iniciativa da Diretoria do Fórum, acompanhado da Coordenação Administrativa, tem o apoio decisivo da Corregedoria Geral da Justiça e do Tribunal de Justiça do Maranhão, e também objetiva cumprir a política de sustentabilidade do Poder Judiciário, além de gerar economia de recursos públicos.

O total das despesas com a reforma dos móveis foi de R\$ 548.400,00, segundo informou o chefe da Divisão de Material. Se optasse pela aquisição de cadeiras novas, o valor chegaria à quantia de R\$ 3 milhões, de acordo com levantamento feito pela Divisão de Material e Patrimônio.

SUSTENTABILIDADE | Judiciário entrega 50 toneladas de processos em papel para reciclagem

O Poder Judiciário do Maranhão, por meio da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ/MA) formalizou a entrega de 160 mil processos em papel para a Cooperativa de Reciclagem de São Luís, o que equivale a 50 toneladas e 11 mil caixas de processos oriundos dos Juizados Especiais Cíveis de São Luís e Pinheiro e da comarca de Cururupu. O ato de entrega e de eliminação simbólica dos processos foi formalizado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, e pelo presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do TJMA, desembargador Jorge Rachid, à representante da Cooperativa de São Luís, Maria José Castro.

A iniciativa do Poder Judiciário beneficia diretamente 50 famílias dos trabalhadores de reciclagem, por meio da geração de renda, além de representar um ganho imensurável para o meio ambiente e para a sociedade, evitando o corte de árvores, incineração do papel ou destinação aos aterros sanitários das cidades.

BRASÍLIA | Corregedoria Nacional reconhece boa prática da CGJ-MA durante Reunião Preparatória

Durante a 1ª Reunião Preparatória para o XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Brasília, a Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ) apresentou um painel setorial organizado, no qual corregedores e representantes de corregedorias discutiram o papel dos órgãos correccionais na busca de um Poder Judiciário mais eficiente.

Em sua apresentação, o juiz auxiliar Sérgio Ricardo de Sousa destacou como boa prática de Corregedoria local a iniciativa do corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Marcelo Carvalho Silva, que enviou comunicação oficial a todos os juizes de 1º Grau do estado cujas unidades judiciais apresentam taxa de congestionamento processual com índices superiores a 80%. O documento estipulou o prazo de seis meses para que as unidades reduzam o índice de congestionamento em pelo menos 5%, sob pena de abertura de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) contra o magistrado responsável, por insuficiência de produtividade.

JUNHO

SUSTENTABILIDADE | Fóruns do interior destinam 40 mil processos em papel para reciclagem

Cumprindo a política de sustentabilidade do Poder Judiciário, fóruns judiciais do interior do Maranhão destinaram cerca de seis toneladas de processos em papel para Cooperativa de Reciclagem de São Luís, o que representa quase 40 mil processos judiciais oriundos de Juizados especiais, arquivados há mais de 120 dias. A eliminação dos processos foi definida em Editais publicados pelas comarcas, fixando prazo para a retirada de documentos pelas partes.

1.1. PLANEJAMENTO E GESTÃO

JULHO

VISITA | Corregedor-geral avalia funcionamento do Fórum de Carutapera

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho, visitou as instalações do fórum judicial da comarca de Carutapera (548 km da capital), onde conversou com servidores e com a juíza titular, Glauce Ribeiro da Silva, sobre as condições físicas do prédio e funcionamento dos serviços jurisdicionais.

Durante a visita, a magistrada e os servidores solicitaram algumas medidas de melhoria, em relação ao apoio tecnológico e estrutural do fórum. Em contato com a presidência e Diretorias do TJMA, foram garantidas melhorias como instalação de cinco novos arcondicionados, oito computadores, no breaks, além de serviços de reparo estrutural e estéticos, com o fim de oferecer melhores condições ambientais de trabalho.

Devido à dificuldade de acesso verificada pelo corregedor em visitas realizadas desde o início da gestão, ele afirmou que a Corregedoria vai realizar estudo, com base em normas de outros tribunais e da Justiça Federal, para propor à Presidência e ao Pleno do TJMA a criação de gratificação para servidores e magistrados que atuam em comarcas como Carutapera, Arame, Cândido Mendes, Alto Parnaíba e Turiaçu, além da disponibilização de veículos.



TRANSPARÊNCIA | Corregedoria passa a disponibilizar dados mensais de produtividade para consulta pública

Com o objetivo de observar os princípios de publicidade e transparência, a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) estabeleceu a obrigatoriedade de divulgação mensal, para fins de consulta pública, dos dados de produtividade de juízes e unidades jurisdicionais de 1º Grau do estado do Maranhão. A norma foi disciplinada por meio do Provimento N° 33/2019, assinado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva.

Segundo o Provimento, é obrigatória a divulgação mensal dos dados de produtividade, coletados através do sistema Termojuris – ferramenta da CGJ que permite a visualização e acompanhamento online de informações sob o aspecto quantitativo e de produtividade de todas as comarcas do Maranhão, através de dados colhidos dos sistemas de controle processual do Judiciário maranhense. Os dados são atualizados mensalmente, sendo disponibilizados até o quinto dia útil de cada mês, por meio de link na página inicial da CGJ-MA.

O link para acesso às informações está disponível na página principal da Corregedoria (www.tjma.jus.br/cgj), apresentando dados individualizados sobre a produtividade mensal de juízes titulares e auxiliares, com informações do acervo de processos, número de despachos, decisões, sentenças, entre outros. Até o quinto útil do mês subsequente, a Corregedoria também encaminha para publicação no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), relatório contendo os dados de produtividade mensal de todas as unidades jurisdicionais do Estado.

PROVIMENTO | Corregedoria atualiza normas que disciplinam o projeto Casamentos Comunitários

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), por meio do Provimento N° 38/2019, assinado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, atualizou as normas que disciplinam a realização do projeto Casamentos Comunitários na capital e nas comarcas do interior, em relação às obrigações das unidades judiciais e das Serventias Extrajudiciais (cartórios). O casamento comunitário constitui um programa institucional do Poder Judiciário de regularização de união civil, com a concessão de isenção de emolumentos para os hipossuficientes.

A edição das regras a respeito dos casamentos comunitários considera que a família tem a proteção do Estado, cabendo a este a conversão da união estável em casamento, garantindo a gratuidade de emolumentos para as pessoas com insuficiência de recursos, com o objetivo de proporcionar a regularização do estado civil de pessoas hipossuficientes e facilitar o exercício da cidadania.

1.1. PLANEJAMENTO E GESTÃO

VIRTUALIZAÇÃO | Corregedor-geral conhece projeto de digitalização de processos da CGJ/PI

O corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Marcelo Carvalho Silva, conheceu o funcionamento do projeto de digitalização de processos físicos desenvolvido pela Corregedoria Geral da Justiça do Piauí, com o objetivo de buscar informações para a ampliação da virtualização de processos físicos da Justiça de 1º Grau do Maranhão. O desembargador foi recebido pelo corregedor-geral da Justiça do Piauí em exercício, desembargador Oton Lustosa, e pelos juízes auxiliares da CGJ-PI Manoel Dourado Luiz Moura e Mário Cavalcante.

Segundo a apresentação da secretária-geral da CGJ-PI, Mônica Lopes, em quatro meses de implantação o projeto já digitalizou 27 mil peças, e objetiva tornar eletrônicos 100% dos processos judiciais em tramitação no Estado. A secretária observou o caráter participativo e de baixo custo da iniciativa piauiense, pois utiliza o próprio pessoal para alcançar bons resultados.

O desembargador Marcelo Carvalho Silva visitou ainda o Núcleo de Digitalização da Corregedoria Geral da Justiça do Piauí, para conhecer as etapas práticas do projeto de digitalização de processos físicos.

TIMON | Corregedoria inicia projeto de digitalização de processos físicos das comarcas do Maranhão

A Vara de Família da comarca de Timon foi a primeira unidade judicial a receber o projeto de virtualização da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) “Digitalizar Já”, desenvolvido com base na experiência de digitalização de processos físicos do estado do Piauí. A medida foi discutida durante reunião com a presença do corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva; do juiz Haniel Sostenis Rodrigues da Silva (São Raimundo das Mangabeiras), designado para coordenar o projeto no Maranhão; além dos juízes e servidores da comarca de Timon.

O projeto Digitalizar Já! foi instituído pela CGJ em parceria com a Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão - TJMA.

O juiz Haniel Sostenis Rodrigues da Silva apresentou a experiência de digitalização da comarca de São Raimundo das Mangabeiras, onde o juizado especial foi 100% virtualizado e já são realizadas audiências virtuais de conciliação.

AGOSTO

VIRTUALIZAÇÃO | Corregedoria disponibiliza Cartilha Explicativa do projeto ‘Digitalizar Já’

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) disponibilizou na página da internet uma cartilha de orientações sobre o projeto “Digitalizar Já”, criado com o objetivo de ampliar a virtualização dos processos físicos do Poder Judiciário maranhense, para que sejam digitalizados e migrados para o sistema de tramitação eletrônica Processo Judicial eletrônico (PJe). O arquivo está disponível em formato PDF e na versão vídeo, em link na página principal da CGJ.

A Cartilha demonstra o fluxo de virtualização dos processos físicos, que deve ter início na Secretaria Judicial, passar pelo Núcleo de Digitalização, pelo Núcleo de Migração e retornar à Secretaria. O detalhamento do processo de trabalho de virtualização é feito passo a passo, com a orientação sobre todos os procedimentos específicos do início ao final da virtualização, com orientações sobre notificações e intimações às partes.

VIRTUALIZAÇÃO | Secretários judiciais da Baixada Maranhense recebem treinamento sobre digitalização de processos físicos

Mais de 20 secretários judiciais titulares e substitutos das comarcas do polo judicial de Pinheiro participaram de um treinamento promovido pela Corregedoria Geral da Justiça e Tribunal de Justiça sobre digitalização de processos físicos. A capacitação teórica e prática foi realizada por servidoras da CGJ-MA, acompanhada pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, e pelos juízes da comarca de Pinheiro Rodrigo Costa Nina (1º Vara/Diretoria) e Tereza Cristina Palhares Nina (Juizado).

A medida faz parte do projeto “Digitalizar Já”, instituído pelo Poder Judiciário por meio das Portarias Conjuntas Nº 15/2019 e Nº 16/2019, assinadas pelo presidente do TJMA, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, e pelo corregedor-geral da Justiça.

1.1. PLANEJAMENTO E GESTÃO

VIRTUALIZAÇÃO | Órgãos parceiros podem realizar digitalização de processos físicos

O desembargador Marcelo Carvalho Silva, corregedor-geral da Justiça, realizou o pré-lançamento da campanha “Sou Amigo do Judiciário: quero digitalizar”, por meio da qual o Poder Judiciário do Maranhão buscará parcerias com a sociedade civil e órgãos do sistema de Justiça como Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público e Defensoria Pública para integrarem o projeto “Digitalizar Já”, contribuindo com a efetivação da digitalização dos processos físicos da Justiça maranhense.

A medida faz parte do projeto “Digitalizar Já”, instituído pelo Poder Judiciário por meio das Portarias Conjuntas Nº 15/2019 e Nº 16/2019, assinadas pelo presidente do TJMA e pelo corregedor-geral da Justiça.

O anúncio foi feito durante treinamento sobre digitalização e migração de processos físicos para secretários judiciais titulares e substitutos das comarcas que compõem o polo judicial de Pinheiro, realizado pela CGJ e TJMA, no fórum local, com a participação dos juízes Rodrigo Costa Nina (1ª Vara/Diretoria) e Tereza Palhares Nina (Juizado), do vice-presidente da OAB/Pinheiro, Genival Abrão Ferreira e advogados da região.

VIRTUALIZAÇÃO | Treinamento em digitalização resulta em mais de 250 processos virtualizados em Santa Inês



A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) realizou, no Fórum da comarca de Santa Inês, treinamento para servidores sobre o procedimento de digitalização de processos físicos. Após a capacitação, a equipe da CGJ e os servidores da comarca concluíram a digitalização e migração para o sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) de mais de 250 processos físicos oriundos da 3ª Vara.

A equipe 3ª Vara iniciou o trabalho de digitalização em maio deste ano, do total de 373 processos físicos em trâmite na unidade. Com a virtualização, os processos passam a tramitar exclusivamente por meio do PJe, permitindo o acesso às partes, juiz, servidores e advogados de forma eletrônica.

META 1 | CGJ recomenda aos juízes prioridade no cumprimento da Meta Nacional do CNJ

A Corregedoria Geral da Justiça recomendou aos juízes de Direito de 1º Grau do Estado do Maranhão, que empreendam esforços para o cumprimento da Meta 1/2019 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. No documento, o desembargador Marcelo Carvalho Silva, corregedor-geral da Justiça, informa sobre quais processos integram a meta, indica as ferramentas de acompanhamento mensal de produtividade, e ressalta a importância da priorização do cumprimento desses processos.

O acompanhamento mensal deve ser realizado pelo sistema TermoJuris, que segue atualizado pelo Glossário de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2019. Um Ofício Circular, remetido pela Coordenadoria de Planejamento Estratégico da CGJ, reforça a orientação e segue com uma Nota Explicativa da Divisão de Estatística da Corregedoria.

1.1. PLANEJAMENTO E GESTÃO

SETEMBRO

MEGALEILÃO | Corregedor repassa ao TJMA mais de R\$ 500 mil arrecadados com leilão de veículos



Durante a sessão Plenária Administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, fez a entrega simbólica ao presidente do TJMA, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, de cheque no valor de R\$ 517.558,88 (quinhentos e dezessete mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e oitenta e oito centavos), referente aos valores arrecadados durante o 1º Mega Leilão Estadual de Veículos, realizado pela Corregedoria no dia 12 de dezembro de 2018.

Ao todo, o 1º Mega Leilão Estadual de Veículos apurou R\$ 1.264.499,30 (hum milhão, duzentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e nove reais e trinta centavos). O valor repassado do presidente do TJMA é referente à venda dos bens não vinculados a processos judiciais, e será destinado ao Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (FERJ), sendo revertido em investimentos de melhoria e estruturação dos serviços jurisdicionais, beneficiando toda a comunidade e usuários.

DIGITALIZAR JÁ | Servidores dos polos de Itapecuru e Chapadinha recebem treinamento em digitalização de processos

Secretários judiciais titulares e substitutos dos polos judiciais de Itapecuru Mirim e Chapadinha participaram do treinamento em digitalização de processos físicos, promovido pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA). A capacitação foi realizada no Instituto Federal do Maranhão (IFMA Campus Itapecuru Mirim), com a presença do corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, da juíza Mirella Cezar Freitas (2ª Vara) e outras autoridades da comarca.

Participaram do treinamento servidores das comarcas de Itapecuru Mirim, Chapadinha, Anajatuba, Arari, Barreirinhas, Cantanhede, Humberto de Campos, Icatu, Morros, Guimarães, Santa Rita, Araiões, Vargem Grande, Buriti, Magalhães de Almeida, São Bernardo, Tutóia e Urbano Santos.



TRANSPARÊNCIA | CGJ lança aplicativo com informações mensais de produtividade dos juízes do Maranhão

Com o objetivo de observar os princípios da publicidade e transparência, o Poder Judiciário do Maranhão disponibilizou a versão aplicativo da ferramenta TermoJuris, que apresenta os dados mensais de produtividade de todas as unidades judiciais de 1º Grau do Maranhão. O aplicativo está disponível na URL <https://termojuriscliente.tjma.jus.br> (versão Web), assim como nas lojas de aplicativos do Android (Play Store) e iOS (App Store*).

O lançamento do aplicativo dá continuidade a projeto iniciado na gestão da desembargadora Anildes Cruz à frente da CGJ-MA, com a criação do sistema TermoJuris para melhor acompanhamento do trabalho das unidades judiciais do Estado. Também segue a medida disciplinada por meio do Provimento N° 33/2019, assinado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva em julho deste ano, que estabeleceu a obrigatoriedade de divulgação mensal, para fins de consulta pública, dos dados de produtividade de juízes e unidades jurisdicionais de 1º Grau do estado do Maranhão.

1.1. PLANEJAMENTO E GESTÃO

AGILIDADE | Corregedoria regulamenta envio de cartas precatórias de forma eletrônica entre as comarcas

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) regulamentou o recebimento e expedição das cartas precatórias entre as comarcas da Justiça de 1º Grau do Estado do Maranhão por meio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico –PJe, no Provimento nº 42/2019. O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, que assina o documento, justificou a necessidade de “facilitar e agilizar o envio e cumprimento das cartas precatórias nas comarcas do Estado do Maranhão”.

O Provimento é fundamentado na Resolução nº 100 de 24 de novembro de 2009 do CNJ, que disciplina a comunicação oficial por meio eletrônico no âmbito do Poder Judiciário e na Resolução GP nº 52/2013, do Tribunal de Justiça do Maranhão, que instituiu o Processo Judicial Eletrônico na Justiça estadual.

VIRTUALIZAÇÃO | Servidores do polo judicial de Bacabal recebem treinamento sobre digitalização de processos



A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) realizou no Fórum da comarca de Bacabal um treinamento sobre o procedimento de digitalização de processos físicos para secretários judiciais titulares e substitutos do polo judicial. Participaram cerca de 20 servidores das comarcas de Bacabal, Coroatá, Igarapé Grande, Lago da Pedra, Pedreiras, Poção de Pedras e São Mateus.

A capacitação teórica e prática foi realizada por servidoras da CGJ-MA, acompanhada pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, e pelos juízes de Bacabal e de outras comarcas, que participaram de mutirões de sentenças em Bacabal.

As servidoras Thaís Muniz, Hayla Castelo Branco e Karliane Fontenele esclareceram aos servidores sobre os procedimentos teóricos e práticos para a digitalização de processos físicos, que passa pela seleção dos autos físicos, preparação de caixas, digitalização dos documentos, procedimentos de sistema e migração para o sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), no qual, após a devida migração, os processos passam a tramitar de forma exclusivamente eletrônica.

OUTUBRO

TERMOJURIS | Servidores da Corregedoria recebem treinamento sobre sistema de acompanhamento da produtividade judicial

A Corregedoria Geral da Justiça, por meio da Coordenadoria de Planejamento e Aprimoramento da Justiça de 1º Grau, promoveu um treinamento interno a respeito das funcionalidades do sistema Termojuris para servidores que atuam nos setores administrativos da CGJ-MA. O objetivo da capacitação é possibilitar maior autonomia aos setores da Corregedoria, com um melhor aproveitamento da ferramenta, que disponibiliza dados de produtividade de todas as unidades judiciais do 1º Grau do estado, detalhando número de sentenças, despachos, taxas de congestionamento e permitindo a exportação de dados.

Para a capacitação, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, designou a equipe formada pela juíza Kariny Reis e pelos servidores Danielle Mendes Mesquita Melo (Assessoria de Informática), Eduardo Henrique Ferro Freire (Supervisor de Planejamento), Hayla Vanessa Araujo Castelo Branco (Planejamento) e Maycon Wendel Correa Silva (Divisão de Estatística).

NAUJ | CGJ-MA regulamenta mutirões para reduzir taxa de congestionamento processual

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) regulamentou os procedimentos para os mutirões de análise processual realizados pelo Núcleo de Apoio a Unidade Judicial (NAUJ), na comarca da Ilha de São Luís, que abarca os municípios de São Luís (sede), São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

O Provimento nº 46/2019, assinado pelo desembargador Marcelo Carvalho Silva, corregedor-geral da Justiça, definiu o fluxo de trabalho do Núcleo de Apoio à Unidade Judicial (NAUJ), criado em 2018 pela atual gestão da CGJ-MA para implementar ações de apoio e de orientação às unidades judiciais da justiça de 1º grau do Estado do Maranhão.

1.1. PLANEJAMENTO E GESTÃO

DIGITALIZAR JÁ | Servidores do polo judicial de Caxias recebem treinamento sobre virtualização de processos físicos



Foi realizado no Fórum da comarca de Caxias, treinamento sobre virtualização de processos físicos para servidores da região, promovido pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) por meio do projeto “Digitalizar Já”, que objetiva ampliar a migração de processos físicos para o sistema de tramitação eletrônica PJe. A capacitação foi aberta pela juíza auxiliar da CGJ-MA Francisca Galiza, com a presença dos juízes da comarca de Caxias Ailton Gutemberg Carvalho (diretor do Fórum) e Paulo Afonso Vieira Gomes (1ª Vara Criminal), com a participação por videoconferência do presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, e do corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva.

NOVEMBRO

TERMOJURIS | Magistrados e servidores do Fórum de São Luís participam de treinamento sobre sistema de acompanhamento da produtividade judicial

Cerca de 30 servidores e magistrados do Fórum Des. Sarney Costa participaram de um treinamento interno a respeito das funcionalidades do sistema Termojuris, promovido pela Corregedoria Geral da Justiça, por meio da Coordenadoria de Planejamento e Aprimoramento da Justiça de 1º Grau. O objetivo da capacitação é possibilitar maior autonomia às unidades judiciais, com um melhor aproveitamento da ferramenta, que disponibiliza dados de produtividade de todas as unidades judiciais do 1º Grau do estado, detalhando número de sentenças, despachos, taxas de congestionamento e permitindo a exportação de dados.

Segundo a juíza auxiliar da Corregedoria Kariny Reis (Planejamento), a capacitação teve o objetivo de ampliar o uso dessa importante ferramenta de gestão da unidade, estimulando a utilização pelas unidades judiciais.

PUBLICIDADE | Corregedoria disponibiliza hotsite que detalha projetos e ações

Com o objetivo estratégico de ampliar o acesso do cidadão às informações do Poder Judiciário, a Corregedoria Geral da Justiça disponibilizou o hotsite da Gestão Estratégica no Portal do Poder Judiciário, no qual são apresentadas para consulta pública todos os programas, projetos e ações desenvolvidos pela Corregedoria Geral da Justiça.

Entre as informações disponibilizadas, o hotsite reúne na aba “Projetos” as informações de 16 projetos desenvolvidos pela Corregedoria, buscando estimular a interação e a participação da sociedade nas iniciativas do órgão. Entre as atividades, estão disponíveis informações sobre a Casa da Justiça; Casamentos Comunitários; Mega Leilão de Veículos Automotores; Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ); Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual; Digitalizar Já; Jurado Voluntário; Reconhecer é Amar; Semana de Baixa Processual; Construindo a Justiça, entre outros.

MÉRITO | Corregedoria institui prêmio de Reconhecimento de Produtividade para juízes e servidores

A Corregedoria Geral da Justiça instituiu premiação de Reconhecimento de Produtividade para magistrados e servidores pelo Cumprimento de Metas Nacionais para o Judiciário Brasileiro, que representam o compromisso dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando proporcionar à sociedade serviços judiciais mais ágeis, com maior eficiência e qualidade.

A premiação foi instituída no âmbito da Corregedoria e será concedido anualmente às unidades jurisdicionais - varas, juizados e turmas recursais - maranhense que atenderem aos requisitos definidos no Provimento nº 52/2019, assinado pelo corregedor-geral da Justiça, Marcelo Carvalho Silva.

O Reconhecimento de Produtividade pelo Cumprimento de Metas do Conselho Nacional de Justiça será conferido às unidades jurisdicionais que atingirem 100% de uma ou mais das Metas Nacionais de produtividade definidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

1.1. PLANEJAMENTO E GESTÃO

IDEIAS | Corregedoria Geral da Justiça cria Banco de Boas Práticas do Judiciário para magistrados e servidores

A Corregedoria Geral da Justiça instituiu o Banco de Boas Práticas (BBP/CGJM), com a finalidade de identificar, catalogar e disseminar ideias e práticas aplicadas no Poder Judiciário do Maranhão, motivar e valorizar os magistrados e servidores. O Banco de Boas Práticas está disponível na internet, na página da Gestão Estratégica da Corregedoria-Geral da Justiça, no portal eletrônico do Tribunal de Justiça do Maranhão (www.tjma.jus.br/cgj).

A medida foi instituída por meio do Provimento N° 51/2019, assinado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva. O “Banco de Boas Práticas” é um instrumento de registro sistemático e de divulgação - interna e externa -, das melhores ideias e práticas aplicadas no Poder Judiciário maranhense, com o objetivo de assegurar uma troca contínua de experiências de trabalho entre as diversas unidades judiciárias e contribuir para a melhoria dos serviços prestados.

Considera-se uma boa prática a atividade, ação ou experiência cujo resultado importe melhorias em processo de trabalho, satisfação do público-alvo, alcance das metas estratégicas, servindo de referência para a reflexão e aplicação em outras organizações, podendo ser divulgada e incentivada, preservados os princípios éticos relacionados aos direitos dos autores.

DEZEMBRO

VIRTUALIZAÇÃO | Servidores de 17 comarcas do sul do estado passam por treinamento do projeto ‘Digitalizar Já’

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) realizou mais uma etapa do treinamento sobre digitalização de processos para secretários judiciais de comarcas do interior. Ao todo, 81 secretários judiciais e substitutos de 17 comarcas dos polos judicial de Imperatriz e Balsas receberam a capacitação, com o objetivo de ampliar a virtualização de processos físicos nas unidades judiciais de 1º Grau. Por videoconferência, os membros da Mesa Diretora do Judiciário, desembargadores Joaquim Figueiredo (presidente), Lourival Serejo (vice-presidente) e Marcelo Carvalho (corregedor-geral), conversaram com os servidores e frisaram os objetivos da virtualização.

Para o polo de Imperatriz, o treinamento aconteceu na quinta-feira (5), no Fórum de Estreito, com a participação de servidores de Imperatriz, Açailândia, Amarante do Maranhão, Arame, Grajaú, Estreito, João Lisboa, Porto Franco, Montes Altos, São Pedro da Água Branca e Senador La Roque. Participaram ainda servidores do polo judicial de Balsas, lotados nas comarcas de Balsas, Alto Parnaíba, Carolina, Loreto, Riachão e São Raimundo das Mangabeiras.

DIGITALIZAÇÃO | Servidores dos polos de Barra do Corda e São João dos Patos recebem capacitação

Por meio do projeto “Digitalizar Já”, mais de 50 secretários judiciais titulares e substitutos de 28 comarcas pertencentes aos polos judiciais de Barra do Corda, São João dos Patos e Santa Inês participaram, no Fórum de Tunhum, de treinamento realizado pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) sobre digitalização e migração de processos físicos, com o objetivo de ampliar a virtualização dos processos judiciais em trâmite nas unidades da Justiça de 1º Grau. Por videoconferência, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho frisou aos servidores objetivos da iniciativa.

A capacitação apresentou aos servidores os procedimentos teóricos e práticos para a digitalização de processos físicos, passando pela seleção dos autos; preparação de caixas; digitalização dos documentos; procedimentos de sistema e migração para o sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), onde os processos passam a tramitar de forma exclusivamente eletrônica. A migração permite que juízes, servidores, advogados e partes tenham acesso facilitado aos autos do processo judicial, com a realização de atos, despachos, pedidos e consultas por meio do sistema PJe.

1.2. APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

JANEIRO

DEPÓSITO JUDICIAL | CGJ-MA implanta sistema para gerenciar fluxo de bens depositados judicialmente

O controle dos bens apreendidos em processos judiciais ou investigações policiais na comarca da Ilha de São Luís passou a ser feito eletronicamente, por meio do sistema Gestor de Guarda de Bens Apreendidos, idealizado pela Assessoria de Informática da Corregedoria Geral da Justiça. O funcionamento da ferramenta foi apresentado pela chefe da Assessoria, Danielle Mesquita, ao corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho, durante visita ao Depósito Judicial.

A ferramenta, desenvolvida pela Diretoria de Informática do TJMA, permite o controle, organização e localização dos materiais guardados no Depósito Judicial - que recebe objetos apreendidos de todas as varas criminais, cíveis, juizados e central de inquéritos dos quatro termos judiciários da comarca da Ilha (São Luís, Raposa, Paço do Lumiar e São José de Ribamar) e das delegacias que enviam bens vinculados a processos judiciais.



PARCERIA | Autoridades discutem mudança da Central de Inquéritos e Custódia de São Luís

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Joaquim Figueiredo, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, e autoridades do Ministério Público, Defensoria Pública e da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária reuniram-se para tratar do andamento das obras de reforma e adaptação do prédio da nova sede da Central de Inquéritos e Custódia. A pauta da reunião - realizada no Gabinete da Presidência do TJMA - incluiu também a reforma da carceragem do Fórum de São Luís.

O projeto de mudança da Central de Inquéritos e Custódia para um novo prédio resulta de parceria entre o Poder Judiciário e a Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), que cedeu um imóvel anexo à SEAP, e comprometeu-se em realizar a devida reforma da referida Central com equipe multidisciplinar e de segurança, permitindo que a mesma possa receber diretamente as pessoas presas em flagrante delito - encaminhadas pelas delegacias de polícia da região metropolitana da capital - para realização de audiências de custódia.



1.2. APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

FEVEREIRO

PROVIMENTO | CGJ-MA dispõe sobre a distribuição de processos nas sete varas da Fazenda da capital

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), publicou o Provimento Nº 1/2019, que dispõe sobre a distribuição de processos judiciais para a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª Varas da Fazenda Pública do Termo Judiciário de São Luís. O documento restabeleceu a distribuição dos processos judiciais aos cargos judiciais da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª Varas da Fazenda Pública do Termo Judiciário de São Luís, em conformidade com o disposto no art. 285 do Código de Processo Civil.

O Provimento também determina normas para que o sistema PJe realize a divisão de carga de trabalho em condições de igualdade para todos os atuais nove cargos de juízes titulares das sete varas com as mesmas competências.

Para a medida, a Corregedoria considerou os dados quantitativos apresentados pela Diretoria de Informática a respeito dos acervos pendentes de julgamento nas sete varas da Fazenda Pública do Termo Judiciário de São Luís.

VISITA ESTRATÉGICA | Comarca de Balsas recebe orientações da Corregedoria Geral da Justiça

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, finalizou a primeira visita estratégica da Corregedoria à comarca de Balsas (774 km de São Luís), coordenada pelo juiz Raimundo Bogéa, auxiliar da CGJ-MA, com apoio de equipe de servidores. A partir do Diagnóstico das Unidades Judiciais (DUJ's), que mostra o perfil e dados de produção, distribuição e acervo das unidades, a equipe avaliou as principais necessidades de melhoria e orientou os servidores e magistrados a respeito de rotinas e métodos de otimização dos fluxos nas secretarias judiciais.

O desembargador Marcelo Carvalho Silva reuniu-se com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-Subseção Balsas), José Afonso de Lima Júnior, e um grupo de advogados militantes na comarca, que apresentaram as principais demandas da classe em relação aos serviços jurisdicionais de Balsas e região.

Entre as sugestões, os advogados apontaram a necessidade de mais servidores nas unidades, principalmente analistas judiciários, em razão principalmente do elevado acervo e distribuição processual na comarca; demora na apreciação e resolução de processos, a exemplo de embargos; baixa produtividade da Turma Recursal; má qualidade das operadoras de internet na cidade, o que dificulta a utilização do Processo Judicial Eletrônico (PJe); necessidade de ações para regularização fundiária no município, entre outras.



MARÇO

JUSTIÇA DE 1º GRAU | Membros do TJMA e MPE conhecem Central de Análise de Desempenho da CGJ

Os desembargadores do TJMA Jorge Rachid, Jamil Gedeon, Nelma Sarney, Paulo Velten e Marcelino Ewerton; e o procurador-geral da Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, acompanhado dos promotores de Justiça Justino Guimarães e Reginaldo Carvalho, conheceram o trabalho da Central de Análise de Desempenho da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), ferramenta que permite o acompanhamento online de informações sob o aspecto quantitativo de todo o acervo processual da Justiça de 1º Grau do Maranhão, por meio de televisores, monitores e outros equipamentos de informática.

Na ocasião, o corregedor geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho, ressaltou que a ferramenta permite uma visão geral e detalhada sobre o trabalho de cada unidade judicial da Justiça de 1º grau, permitindo que os juízes organizem melhor as unidades com base no espelho de produtividade da unidade.

1.2. APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

ABRIL

EFICIÊNCIA | Judiciário estuda implantação de modelo piauiense na Central de Inquéritos e Custódia de São Luís

A juíza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), Stela Pereira Muniz Braga, fez uma visita técnica à Central de Inquéritos e Custódia de Teresina, onde verificou a possibilidade de aplicação do seu modelo de funcionamento para a futura Central de Inquéritos de São Luís, a ser instalada pelo Poder Judiciário do Maranhão durante a atual gestão da Mesa Diretora.

O modelo da central piauiense possui funcionalidades que permitem o recebimento do preso em flagrante e sua identificação; a sua condução para exame de corpo de delito e seu encaminhamento – nos casos detectados de abuso de álcool e drogas - para a equipe multidisciplinar do órgão.

A instalação da nova Central de Inquéritos e Custódia em São Luís é um projeto do corregedor geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho, e da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP).

PROVIMENTO | CGJ-MA adota Meta 1 para medir produtividade em promoção, remoção e acesso ao segundo grau de magistrados

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) atualizou as regras para mensuração dos critérios de produtividade e presteza de magistrados, para fins de promoção, remoção e acesso ao segundo grau de jurisdição por merecimento. Por meio do Provimento Nº 18/2019, a CGJ passou a adotar o parâmetro institucional de julgamento constante da Meta 1 de 2019, fixada pelo Conselho Nacional de Justiça, cabendo ao juiz “ julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, excluídos os suspensos e sobrestados.

Conforme o provimento, a produtividade enquanto critério objetivo representa o aspecto quantitativo da prestação jurisdicional e é mensurada com base na estrutura de trabalho e no volume de produção dos juízes.

VIRTUALIZAÇÃO | Judiciário autoriza migração de processos físicos para o PJE

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho, assinaram a Portaria Conjunta nº 522/2019, autorizando a ampliação da virtualização dos processos judiciais que tramitem em autos físicos relativos às classes judiciais que já são processadas em formato digital, nas unidades jurisdicionais das comarcas que utilizam a plataforma do sistema Processo Judicial eletrônico (PJe) do 1º Grau do Poder Judiciário estadual.

A tramitação do processo judicial, a sua representação em formato eletrônico e a prática dos atos processuais – após a conclusão de todas as etapas da migração – serão feitas exclusivamente por meio eletrônico, nos termos da Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, da Resolução do CNJ nº 185 de 18 de dezembro de 2013 e da Resolução TJMA nº 52/2013. A sugestão inicial para a adoção da medida partiu da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA).

PREMIAÇÃO | Unidades Judiciais do Estado recebem reconhecimento por melhoria no índice de Baixa Processual

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) realizou a solenidade de entrega da premiação do Selo “Unidade Destaque em Baixa Processual”, em reconhecimento ao desempenho positivo das unidades da Justiça de 1º Grau na diminuição da taxa de congestionamento de baixa processual durante o ano de 2018. A solenidade contou com a participação do corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, dos juízes auxiliares da Corregedoria, magistrados e servidores.

O Selo Unidade Destaque em Baixa Processual foi instituído pela Corregedoria Geral da Justiça por meio do Provimento Nº 11/2018, para reconhecer o desempenho das unidades judiciais de 1º Grau no que se refere à diminuição da taxa de congestionamento de baixa processual. Ao todo, durante o ano de 2018 a Justiça de 1º Grau baixou 362.693 processos, superando o total de baixados em 2017 (331.348), segundo dados do sistema Termojuris.



1.2. APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

ECONOMIA | CGJ e SEAP discutem ampliação de audiências criminais por videoconferência

Em reunião no Fórum de São Luís, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, o secretário estadual de Administração Penitenciária, Murillo Andrade, o diretor da Corregedoria Geral da Justiça, juiz Marcelo Moreira, e a diretora do Fórum, juíza Diva Maria de Barros Mendes, discutiram a execução de providências para ampliar a realização de audiências criminais a distância no Estado, por meio de sistema de videoconferência que permite a oitiva de presos das unidades prisionais sem a necessidade de deslocamento até os fóruns de Justiça onde tramitam as ações.

MAIO

MUTIRÃO | Justiça de 1º Grau do Maranhão retirou mais de 38 mil processos do acervo durante a Semana de Baixa

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ/MA) realizou a III Semana de Baixa Processual, com a participação de 272 unidades da Justiça de 1º Grau do Maranhão, entre varas e juizados. Ao todo, as unidades baixaram 38.300 processos judiciais, que foram arquivados definitivamente e eliminados dos acervos e sistemas de controle processual. Essa foi a primeira edição do mutirão realizada em 2019, totalizando 97546 processos baixados somados os resultados das duas edições da Semana de Baixa de 2018.

Segundo relatório da Estatística da CGJ-MA, do total de processos baixados no mutirão, 12,37% foram processos não julgados (4737), enquanto 83,67% foram processos já julgados nas unidades judiciais (33563). Segundo o relatório, o impacto das semanas de baixa sobre o total de processos baixados na Justiça maranhense entre 2018 e 2019 foi de 20,09%.

JUNHO

NAUJ | Mutirões na 7ª Vara Cível de São Luís e 2ª Vara Criminal de Ribamar resultam em quase 1200 sentenças judiciais

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) fez um balanço do esforço concentrado realizado na 7ª Vara Cível Comarca de São Luís e na 2ª Vara Criminal de São José de Ribamar, diante da necessidade de reduzir os índices de congestionamento de julgamento e de baixa processual, segundo apontados em diagnóstico feito pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em correição judicial.

Na 7ª Vara Cível foram realizados 15 mutirões semanais, para dar andamento aos processos conclusos para sentença, mas parados há mais de 100 dias na unidade, sendo analisados pela equipe do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ) o total de 1.313 processos, 874 físicos e 439 eletrônicos. Destes, 966 foram sentenciados, 97 decididos e 250 despachados.

Já na 2ª Vara Criminal de Ribamar, foram realizados cinco mutirões semanais. O NAUJ recebeu 391 processos para analisar, dos quais resultaram 227 sentenças, 113 decisões e 51 despachos.

Após os trabalhos, a 7ª Vara Cível reduziu a taxa de congestionamento de julgamento em 12% e a taxa de congestionamento de baixa em 5%. E na 2ª Criminal de Ribamar, a taxa de congestionamento de julgamento reduziu em 8% e a taxa de congestionamento de baixa caiu 3%.

1.2. APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

JULHO

MAGISTRATURA | Oito novos juízes de Direito assinam Termos de Exercício na CGJ-MA

Oito novos juízes de Direito substitutos do Maranhão entraram em exercício na Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), com a assinatura dos Termos de Exercício pelos magistrados e pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva. Os novos magistrados foram empossados na sessão administrativa do Tribunal de Justiça pelo presidente da Corte, desembargador Joaquim Figueiredo, remanescentes do grupo de 96 candidatos aprovados que realizaram curso de formação, após aprovação em concurso público.

Os novos juízes Adriano Lima Pinheiro, Diego Duarte de Lemos, Antônio Martins de Araújo, Nivana Pereira Guimarães, Kalina Alencar Cunha Feitosa, Azarias Cavalcante de Alencar, João Batista Coelho Neto e Danilo Bertôve Herculano Dias reuniram-se com o corregedor, que deu as boas-vindas e falou sobre a relevância social do trabalho do Judiciário perante a sociedade.

O desembargador Marcelo Carvalho destacou as medidas da Corregedoria em relação ao cumprimento das metas nacionais pelos juízes de 1º Grau e reafirmou o apoio do órgão na busca por melhorias nas condições de trabalho e funcionamento das unidades.

RESULTADOS | Mutirão em Barreirinhas realizou mais de 1.100 atendimentos e 500 audiências

O Poder Judiciário da Comarca de Barreirinhas divulgou os resultados do mutirão de audiências realizado pela unidade judicial, coordenado pelo juiz titular, Fernando Jorge Pereira. Foram realizadas 509 audiências criminais, cíveis, e do juizado, proferidas 222 sentenças e atendidas mais de 1.100 pessoas nos cinco dias de mutirão, que aconteceram simultaneamente em 11 salas do Instituto Federal do Maranhão (IFMA Campus Barreirinhas).

As audiências de instrução de processos criminais contaram com o suporte dos juízes Artur Gustavo do Nascimento (Juizado Cível e Criminal de Pedreiras), Denise Pedrosa (4ª Vara de Santa Inês), Edilza Barros (1ª Vara Criminal de Imperatriz), José Augusto Sá Leite (2ª Vara de Rosário), e Tonny Carvalho Araújo Luz (titular da 2ª Vara de Balsas), que foram designados para a força-tarefa por meio do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ), da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA).

Foram realizadas 183 audiências de instrução e julgamento criminais, 71 audiências de conciliação, instrução e julgamento do Juizado Especial Cível, 234 audiências preliminares do Juizado Especial Criminal, e 21 audiências de conciliação de natureza cível, totalizando 509 audiências e resultando em 222 sentenças, sendo que nos demais processos foram realizadas instrução e prolatados atos diversos, como decisões e despachos.

INTERIOR | Corregedor avalia situação da comarca de Paulo Ramos

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, acompanhado de servidores da Corregedoria, visitou o fórum da comarca de Paulo Ramos, para verificar as condições de funcionamento, estrutura, equipamentos e gestão processual. Na visita, o corregedor conversou com a juíza titular, Martha Dayanne Almeida de Moraes, e com os servidores da unidade, e apresentou o projeto “Digitalizar Já”, que objetiva ampliar o procedimento de digitalização de processos físicos das comarcas do Maranhão, para que passem a tramitar eletronicamente por meio do Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Os servidores e a magistrada ressaltaram a insuficiência do quadro de servidores para uma prestação jurisdicional mais eficiente; problemas estruturais no imóvel que abriga o fórum, como infiltrações, problemas elétricos, interrupções da rede de internet, falta de Salão do Júri, entre outros. A equipe solicitou a mudança de prédio – tendo em vista a proximidade de torres de telefonia e risco de radiação -, além da aquisição de equipamentos de expediente.

1.2. APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

INTERIOR | Corregedor-geral visita fórum da comarca de Vitorino Freire

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, realizou visita institucional ao fórum judicial da comarca de Vitorino Freire, onde apresentou o projeto “Digitalizar Já” aos juízes e servidores. Acompanhado de equipe da Corregedoria, o desembargador reuniu-se com os juízes Rômulo Lago e Cruz (1ª Vara) e Hevelane da Costa e Albuquerque (respondendo pela 2ª Vara), que apresentaram as demandas de melhoria das unidades judiciais.

Na visita, foram constatadas as boas condições estruturais e do estado de conservação do prédio, que abriga duas varas judiciais, um salão do Júri e uma sala destinada à OAB, com algumas necessidades de reparos na estrutura física, de aquisição de equipamentos e nomeação de servidores para o quadro.

AGOSTO

VIRTUALIZAÇÃO | Corregedor-geral apresenta o projeto “Digitalizar Já” em Olho Dágua das Cunhãs

O desembargador Marcelo Carvalho Silva, corregedor-geral da Justiça, realizou a apresentação do projeto “Digitalizar Já” no Fórum da comarca de Olho Dágua das Cunhãs (292 km de São Luís), onde realizou visita acompanhada de equipe de servidores da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA). O corregedor conversou com os servidores do Fórum e com o juiz titular, Galtiere Mendes de Arruda, sobre as principais dificuldades apresentadas na comarca.

O projeto “Digitalizar Já”, da CGJ e TJMA, tem o objetivo de ampliar a digitalização dos processos físicos em tramitação na Justiça maranhense, permitindo que sejam migrados para o sistema Processo Judicial eletrônico (PJe) e passem a tramitar de forma totalmente eletrônica. Em ato conjunto, o presidente do TJMA e o corregedor-geral implantaram também o “Selo Unidade 100% Digital”, que premiará as unidades judiciais que alcançarem a totalidade da virtualização de processos, como forma de reconhecimento.

VIRTUALIZAÇÃO | Projeto “Digitalizar Já” é apresentando na comarca de São Luiz Gonzaga

O desembargador Marcelo Carvalho Silva, corregedor-geral da Justiça, reuniu-se com servidores e com a juíza da comarca de São Luiz Gonzaga do Maranhão (250 km de São Luís), Selecina Henrique Locatelli, onde fez a apresentação do projeto “Digitalizar Já”, que objetiva migrar os processos físicos da Justiça de 1º Grau para o ambiente eletrônico. Durante a visita, o corregedor conversou com a magistrada e os servidores sobre as dificuldades e gestão processual da unidade.

O projeto “Digitalizar Já” foi lançado em Timon, pelo Tribunal de Justiça do Maranhão e Corregedoria Geral da Justiça, quando foi montada uma estrutura em duas salas do fórum, para a digitalização e virtualização dos processos da vara da Família da comarca. Na última semana, o corregedor-geral também levou a apresentação do projeto às comarcas de Paulo Ramos, Vitorino Freire e Olho Dágua das Cunhãs.

JUIZADOS | Judiciário disciplina funcionamento das duas Turmas Recursais Permanentes da Comarca da Ilha

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), por meio do Provimento Nº 39/2019, disciplinou a instalação, organização e funcionamento das duas Turmas Recursais Permanentes da Comarca da Ilha de São Luís, criadas pela Lei Complementar nº 216, de 19 de julho de 2019. Anteriormente, a comarca da Ilha contava com uma Turma Recursal Permanente e uma Turma Recursal Temporária.

Segundo o Provimento, compete à 1ª e à 2ª Turmas Recursais Permanentes o processamento e julgamento mandados de segurança, habeas corpus e recursos contra as decisões proferidas pelos Juizados Especiais das Comarcas da Ilha de São Luís, Alcântara, Barreirinhas, Humberto de Campos, Icatu, Mata Roma, Morros, Primeira Cruz, Rosário, Santa Rita e Santo Amaro do Maranhão; embargos de declaração opostos contra suas próprias decisões; outras ações, incidentes, impugnações e recursos que a lei lhes atribuir.

1.2. APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

NAUJ | Mutirão na 4ª Vara de Santa Inês resultou em quase 70 sentenças e mais de 45 despachos e decisões

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) realizou um mutirão de sentenças criminais na 4ª Vara de Santa Inês, com o objetivo de reduzir o quantitativo de ações criminais conclusas para sentença. Os cinco juízes participantes do mutirão proferiram 110 atos processuais, sendo 67 sentenças, 36 despachos e 7 decisões. A força-tarefa para prolação de sentenças faz parte do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual, por meio do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ).

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, acompanhou o trabalho realizado pelos juízes Mirella Cezar Freitas (2ª Vara de Itapecuru-Mirim), Jorge Antônio Sales Leite (Vara da Família de Bacabal), Glaucia Helen Maia de Almeida (2ª Criminal de Bacabal) e Alexandre Antonio José de Mesquita (3ª Vara de Santa Inês), designados para o mutirão.

SETEMBRO

NAUJ | Mutirão de juízes e servidores no Fórum de São Mateus sentenciou quase 850 processos

O mutirão de sentenças realizado por iniciativa da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) na comarca de São Mateus, resultou na prolação de 848 sentenças em processos cíveis, criminais, de juizado e relacionados a empréstimos consignados. A força-tarefa foi realizada por meio do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ), com o objetivo de reduzir o quantitativo de processos pendentes de julgamento e melhorar a qualidade dos serviços judiciais na unidade.

O mutirão foi instituído por Portaria assinada pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, designando os juízes Alexandre José de Mesquita (3ª Vara de Santa Inês), Bruno Barbosa Pinheiro (Bom Jardim), Jorge Antonio Leite (Vara da Família de Bacabal), Mirella Cezar Freitas (2ª Vara de Itapecuru-Mirim) e Pablo Carvalho (São Domingos do Azeitão); e os respectivos assessores Thiago Sabino, Francisco de Castro Neto, Cícero da Silva Neto, Alanna da Silveira e Alanna Sousa Lima.

VIRTUALIZAÇÃO | Judiciário instala Central de Digitalização e Migração do Fórum de São Luís

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, formalizaram a instalação da Central de Digitalização de Processos do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), que vai funcionar com 45 servidores na digitalização e migração de processos físicos para o sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), no qual passarão a tramitar eletronicamente.

A implantação da Central de Digitalização objetivou dar continuidade ao processo de modernização do Poder Judiciário, por meio da digitalização de processos físicos e sua migração do sistema Themis PG3 ao Processo Judicial Eletrônico (PJe), transformando o acervo físico em digital, para que passem a tramitar de forma exclusivamente eletrônica, agilizando o acesso e consulta a juízes, servidores e partes.

CELERIDADE | Mutirão de cumprimento realizou quase 1500 atos processuais na comarca de São Mateus

Com o objetivo de otimizar a tramitação e melhorar a prestação jurisdicional, a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) designou a realização de mutirão de cumprimento na comarca de São Mateus, que resultou na realização de 1437 movimentações processuais em mais de 800 processos judiciais. Esse foi o terceiro mutirão designado pela CGJ-MA em São Mateus este ano, considerando a situação das taxas de congestionamento e do elevado acervo processual na unidade judicial.

O mutirão de cumprimento teve o objetivo de dar andamento aos mandamentos proferidos durante o mutirão de sentenças realizado anteriormente, quando foram proferidas quase 850 sentenças de mérito em processos cíveis, criminais, de juizado e relacionados a empréstimos consignados. Os servidores realizaram atos como publicações, expedição de mandados, carga e vista de processos, expedição de ofícios e cartas precatórias determinados nas sentenças judiciais.

1.2. APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

FORÇA-TAREFA | Mutirão de sentenças movimenta quase 300 processos na 1ª Vara Cível de Bacabal

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) realizou um mutirão de sentenças na 1ª Vara Cível de Bacabal, com o objetivo de impulsionar os processos e reduzir a quantidade de pendências de julgamento, contribuindo com a melhoria das taxas de congestionamento e com o tempo de resposta à sociedade. Em uma semana, os juízes e servidores participantes da força-tarefa movimentaram 288 processos, com a prolação de 162 sentenças em processos antigos.

O mutirão foi solicitado pela juíza Vanessa Ferreira Pereira Lopes, titular da unidade, com o objetivo de atualizar as rotinas da unidade, após uma reestruturação nas competências das varas da comarca, com a instalação da 2ª Vara Criminal, no ano passado.

OUTUBRO

PROVIMENTO | Corregedoria disciplina trâmite das execuções penais por meio do SEEU

A Corregedoria Geral da Justiça – CGJ/MA editou o Provimento Nº 44/2019 disciplinando a tramitação eletrônica das execuções penais no âmbito da Justiça de 1º Grau do Estado do Maranhão. O documento determina a utilização do Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU, instituído pela Resolução n.º 223/2016 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Para edição do documento, o corregedor-geral, desembargador Marcelo Carvalho Silva, levou em consideração, além das diretrizes traçadas pelo CNJ, a necessidade de regulamentação no âmbito do Tribunal de Justiça do Maranhão – TJMA.

Segundo o Provimento, o SEEU ficou definido como o meio de controle informatizado da execução penal no âmbito da justiça comum do Estado. Os atos processuais terão registro, visualização, tramitação e controle exclusivamente por meio eletrônico e serão assinados digitalmente, com elementos que permitam a identificação do usuário responsável.

NUMOPEDE | Juízes devem verificar má-fé com duplicidade de ações contra a Fazenda Pública

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão recomendou a todos os juízes do Estado que realizem a verificação, por meio de consulta ao sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), da eventual ocorrência de duplicidade nas ações de cumprimento de sentenças proferidas em ação coletiva e ajuizamento de ação individual anterior, contra o Estado do Maranhão, que objetivam obter o pagamento dobrado de diferenças salariais às mesmas pessoas.

A Recomendação foi feita pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, após a constatação de possível uso de má-fé pelas partes processuais, com o ingresso de ações em duplicidade contra a Fazenda Pública (poder público estadual e municipal) detectado pela juíza Ana Maria Almeida Vieira, titular da 6ª Vara da Fazenda Pública.

MUTIRÃO | Unidades judiciais de 1º Grau do Maranhão baixaram mais de 76 mil processos durante as Semanas de Baixa de 2019

As unidades judiciais de 1º Grau do Maranhão baixaram o total de 76.022 processos judiciais durante as duas edições da Semana de Baixa Processual de 2019, editadas pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) nos meses de junho e outubro. Na última Semana de Baixa, foram arquivados definitivamente e retirados dos acervos judiciais 37.722 processos, oriundos de 278 unidades judiciais de todo o Estado. Na primeira Semana de Baixa, realizada no mês de junho, foram baixados 38.300 processos.

Com a realização das Semanas de Baixa em 2018 e 2019, houve um aumento da média semanal de processos baixados na Justiça de 1º Grau do Maranhão. De 2015 a 2017, a média semanal (dias úteis) de processos baixados foi de 6.316 processos; enquanto nos anos de 2018 e 2019, a média semanal foi de 8.458 processos baixados, o que representa um aumento de 2.142 processos (33,91%) baixados a cada semana.

1.2. APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

NOVEMBRO

NAUJ | Juízes e servidores movimentaram mais de 3.500 processos em mutirões na capital

A Corregedoria Geral da Justiça divulgou relatório com os resultados obtidos, até o mês de outubro, com os mutirões processuais realizados junto às unidades jurisdicionais da região metropolitana de São Luís identificadas com taxa de congestionamento processual elevada, por meio do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ) da CGJ-MA, criado para atuar em esforço concentrado com o objetivo de reduzir as taxas de congestionamento processual. Desde o início dos mutirões (maio de 2019), foram movimentados 3.514 processos, que resultaram em 2542 sentenças, 408 decisões e 564 despachos.

O Núcleo de Apoio funciona na capital com a colaboração de juízes e servidores, entre secretários judiciais e assessores, sob a coordenação da juíza Josane Araujo Farias Braga. A equipe é composta por juízes auxiliares da capital, de entrância intermediária (voluntários) e juízes substitutos.

JUSTIÇA DE 1º GRAU | Unidades Judiciais reduziram em 15% a taxa de congestionamento de baixa em menos de dois anos

A Coordenadoria de Planejamento Estratégico da Corregedoria emitiu relatório com dados que apontam a redução da Taxa de Congestionamento de Baixa em 15,05% em comparação aos dados de janeiro de 2018 (76,43%). Segundo o relatório, a média geral desta taxa caiu para 64,93%. O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, comemorou o resultado e ressaltou que as melhorias nos serviços da Justiça de 1º Grau refletem diretamente na prestação jurisdicional.

O documento também indica que houve crescimento de 85% das unidades judiciais que conquistaram a redução da taxa de congestionamento de baixa processual, se comparados com os dados do último dia 30 de abril de 2019. Das unidades que estavam na faixa mais crítica da taxa de congestionamento, 66,96% das unidades conseguiram reduzir o percentual. 242 unidades judiciais conseguiram reduzir a taxa de congestionamento processual, alcançando índices inferiores a 80%.

PROVIMENTO | CGJ regulamenta trâmite direto de inquéritos policiais entre a Polícia Civil e o Ministério Público

A Corregedoria Geral da Justiça - CGJ-MA editou o Provimento N° 50/2019, que dispõe sobre o trâmite direto de inquéritos policiais entre a Polícia Civil e o Ministério Público do Maranhão - MPMA. Para edição da medida, o corregedor-geral, desembargador Marcelo Carvalho Silva, considerou que o MP é o destinatário final das investigações realizadas no curso do Inquérito Policial (IPL), presidido pelo Delegado de Polícia; além da necessidade de conferir maior celeridade para a conclusão das investigações criminais.

O provimento determina que os autos do inquérito policial serão encaminhados ao Poder Judiciário Estadual de Primeiro Grau, para fins de cadastro e distribuição prévia ao órgão competente. Após recebimento e cadastro pelo setor de Distribuição dos fóruns, com o cadastro de objetos vinculados, os inquéritos deverão ser encaminhados ao Ministério Público, sem a necessidade de intervenção do Poder Judiciário.

O desembargador Marcelo Carvalho Silva explicou que a medida busca dar maior celeridade ao trâmite dos inquéritos, sem a necessidade de uma intervenção judicial desnecessária.

1.3. EXTRAJUDICIAL E COMBATE AO SUB-REGISTRO

FEVEREIRO

REUNIÃO | Representantes do município de Alcântara propõem parceria para regularização fundiária

O prefeito do município de Alcântara, Anderson Wilker, reuniu-se com o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, quando propôs uma parceria técnica com o Poder Judiciário para medidas de resolução de regularização fundiária no município de Alcântara, envolvendo demandas urbanas e rurais. O prefeito estava acompanhado do assessor jurídico Antino Noleto.

O prefeito Anderson Wilker assinalou a existência de muitas comunidades quilombolas e de pequenos agricultores na região do município de Alcântara, famílias que podem ser beneficiadas com a regularização das terras.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, explicou sobre o interesse da Corregedoria, por meio das serventias extrajudiciais, em adotar medidas no Estado para facilitar a regularização fundiária, que contribui para a redução de conflitos e da judicialização.



AGILIDADE | CGJ disciplina registro em cartório de separação, divórcio e fim de união estável com filhos incapazes e nascituros

Ato do desembargador Marcelo Carvalho Silva, corregedor-geral da Justiça do Maranhão, permitiu a lavratura de escritura pública em cartório de separação, divórcio e dissolução de união estável, quando houver filhos incapazes e gerados ainda não nascidos (nascituros). A medida foi tomada por meio do Provimento nº 7/2019, que alterou o artigo 668 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Maranhão.

Com essa medida, foi permitida a lavratura da escritura de separação consensual, divórcio consensual, conversão da separação judicial em divórcio e extinção consensual da união estável quando houver filhos incapazes ou nascituros - desde que comprovada a prévia resolução judicial de todas as questões referentes aos direitos como guarda, visitação e alimentos.

EXTRAJUDICIAL | Corregedoria amplia núcleos de aprimoramento de cartórios para todo o Estado

Criado em 2016 e restrito à Comarca da Ilha de São Luís, o Núcleo de Aprimoramento Extrajudicial - NAE passou a atuar em todas as comarcas sedes de polo judicial do Maranhão. A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) divulgou o Provimento nº 4/2019, que regulamenta o funcionamento dos núcleos nos 11 polos judiciais do Estado. Compete ao NAE discutir ideias, apresentar propostas, estratégias e ações relacionadas aos serviços extrajudiciais do Estado, para que funcionem de modo eficiente e adequado.

O NAE ficou instituído também, nos polos de Bacabal; Balsas; Barra do Corda, Chapadinha, Imperatriz, Itapecuru-Mirim, Pinheiro, Santa Inês, São João dos Patos e Timon. Cada núcleo desses polos contará com cinco membros, sob a presidência de um juiz de Direito, que tenha competência em Registro Público.

REGISTRO PÚBLICO | Corregedoria regulamenta competência para processamento de feitos e inspeções extrajudiciais na Capital

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) regulamentou a distribuição de processos judiciais e administrativos, entre as varas com competência para Registro Público do termo judiciário de São Luís. O Provimento Nº 3/2019, também ordena a realização de inspeções nas serventias extrajudiciais da Capital.

A 2ª, 3ª e 8ª varas cíveis passaram a dividir as atribuições relacionadas a fiscalização, processamento e julgamento das demandas administrativas e judiciais referentes à matéria de Registros Públicos. "Os processos atinentes à matéria registros públicos, tanto judiciais quanto administrativos, serão distribuídos por sorteio, mediante compensação, para as 2ª, 3ª e 8ª Varas Cíveis do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís", estabelece o Provimento.

1.3. EXTRAJUDICIAL E COMBATE AO SUB-REGISTRO

MEDIAÇÃO | CGJ-MA cria Núcleo de Regularização Fundiária Rural e Urbana

Com o objetivo de sistematizar e agilizar a resolução de conflitos fundiários no Estado do Maranhão, a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) instituiu o Núcleo de Regularização Fundiária Rural e Urbana, por meio do Provimento N° 8/2019.

Entre as atribuições do Núcleo estão a atuação nos processos administrativos envolvendo conflitos fundiários que tramitam no âmbito da Corregedoria e no âmbito da atribuição dos Juízes Corregedores Permanentes; e a atuação na mediação de conflitos fundiários, inclusive em parceria com a Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade – COECV – ligada à Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP).

MARÇO

EXTRAJUDICIAL | Corregedoria altera norma para conferir maior segurança ao processo de compra e venda de veículos automotores

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) alterou as regras para reconhecimento de firma na transferência de veículos automotores, visando conferir maior transparência e segurança aos documentos que tratam de compra e venda de veículos. Segundo o Provimento N.º 11/2019, assinado pelo corregedor-geral, desembargador Marcelo Carvalho Silva, a exigência de reconhecimento de firma por autenticidade - quando é necessária a presença do vendedor - passou a ser obrigatória tanto no certificado de Registro de Veículos e no Documento Único de Transferência (DUT), como já ocorria antes, quanto nas procurações particulares que tenham como finalidade a transferência de veículos. A medida passa a ter validade no prazo de 30 dias após a publicação no Diário da Justiça Eletrônico (DJe).

A iniciativa surgiu a partir de consulta formulada pelo DETRAN, que já vinha fazendo essa exigência por meio de norma interna, no sentido de confirmar se o procedimento estava de acordo com as normas da Corregedoria, diante do pleito do Sindicato de Despachantes no sentido de flexibilizar a exigência para as procurações particulares.

ABRIL

CARTÓRIOS | Representantes do INSS solicitam redução no tempo para envio de informações sobre registro de pessoas naturais

o Procurador Federal Rodrigo Bezerra Dowsley, da Procuradoria Federal Especializada do INSS, e o procurador federal do INSS de São Luís, Pedro Ivo Conceição Gonçalves, reuniram-se na Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) com a juíza responsável pelas atribuições em relação às Serventias Extrajudiciais, Jaqueline Caracas, e o juiz Marcelo Moreira, diretor da Corregedoria, quando solicitaram providências quanto à redução do tempo, pelos cartórios, para envio de informações relativas a registro civil para o sistema do Instituto Nacional de Seguro Social, com o fim de evitar o pagamento indevido de benefícios após o óbito do beneficiário e reduzir o tempo para concessão de outros, como o salário-maternidade.



1.3. EXTRAJUDICIAL E COMBATE AO SUB-REGISTRO

MAIO

SIMPLIFICAÇÃO | Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais podem emitir documentos básicos de cidadania

Cartórios de Registro Civil do Maranhão passaram a firmar convênios com órgãos públicos para a emissão de documentos de identificação do cidadão, como Registro Geral (RG), Cadastro de Pessoa Física (CPF), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Carteira de Trabalho, Título de Eleitor e Passaporte. O funcionamento desses serviços depende da autorização e fiscalização da Corregedoria Geral da Justiça do Poder Judiciário.

O funcionamento dos Cartórios de Registro Civil como “Ofícios da Cidadania” foi autorizado pela Lei Federal nº 13.484/2017 e a normatização dos serviços foi feita pelo Poder Judiciário por meio do Provimento nº 66/2018, da Corregedoria Nacional de Justiça, que dispõe sobre a prestação de serviços pelos escritórios de registro civil das pessoas naturais mediante convênio, credenciamento e matrícula com órgãos públicos e privados.

Esse Provimento determina que as Corregedorias Gerais da Justiça dos estados devem manter em seu endereço eletrônico na internet uma lista dos serviços de emissão de documentos de cidadania prestados pelos cartórios de registro civil de pessoas naturais.

MORADIA | Corregedoria apoia cooperação entre Estado e Município para regularização fundiária

Representando o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, a juíza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça Jaqueline Caracas (Serventias Extrajudiciais) participou do ato de assinatura de Termo de Cooperação entre o Governo do Estado do Maranhão e o Município de São Luís, garantindo a permanência de forma legal de ocupantes de núcleos urbanos da capital. O Termo de Cooperação foi assinado pelo secretário estadual de Cidades e Desenvolvimento Urbano (Secid), deputado Rubens Pereira Júnior; e pelo secretário municipal de Urbanismo e Habitação (Semurh), Mádison Leonardo Andrade.

A cooperação permite a efetivação da permanência legal de moradores de baixa renda de áreas urbanas de São Luís nos próprios núcleos que já ocupam, garantindo que os ocupantes possuam os registros respectivos, promovendo a moradia digna e segurança jurídica.

O Poder Judiciário, por meio da atuação da Corregedoria junto aos cartórios extrajudiciais, trabalha para ampliar a regularização fundiária no Estado, apoiando medidas que efetivem esse trabalho de forma conjunta com os demais órgãos.

PARCERIA | ARPEN-MA apresenta ao corregedor-geral demandas dos registradores civis de pessoas naturais

Em reunião no Fórum Des. Sarney Costa, representantes da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais (ARPEN/MA) apresentaram ao corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, as demandas de interesse da categoria junto ao Poder Judiciário, com o fim de buscar melhorias na prestação dos serviços cartorários. Participaram da reunião os registradores Denavir Garcia (presidente), Rogério de Lima Reis Araújo, Rosseline Rodrigues e Gabriella Caminha de Andrade (diretora social) e as juízas Jaqueline Caracas (auxiliar da CGJ) e Diva Maria de Barros Mendes (diretora do Fórum).

Entre as demandas, a ARPEN solicitou a realização de treinamentos para os registradores civis, em assuntos relevantes para o Registro Civil de Pessoas Naturais, como o CRC, retificação administrativa, retificação em casos de transgêneros e reconhecimento de paternidade socioafetiva. Com a finalização do atual do concurso, a ARPEN sugeriu que a Corregedoria convoque os novos registradores para participação em treinamentos sobre temas relevantes para a atividade, como uso do Sifaerjweb, tabela de emolumentos, malote digital, instruções sobre ética e procedimentos do TJMA e temas do RCPN, entre outros.



1.3. EXTRAJUDICIAL E COMBATE AO SUB-REGISTRO

EXTRAJUDICIAL | CGJ estuda proposta de criação do diário eletrônico do extrajudicial no Maranhão

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, recebeu em reunião o presidente da Associação dos Titulares de Cartórios do Maranhão – ATC, Tiago Aires Estrela. Durante o diálogo, com a participação da juíza auxiliar Jaqueline Caracas - responsável pelas Serventias Extrajudiciais -, o representante da associação sugeriu a adoção do diário eletrônico extrajudicial para concentrar a publicação de todos os atos e editais relativos às serventias extrajudiciais, através de uma única plataforma, a Central de Cartórios Maranhão.

Ressaltou que, na condição de interino do 1º Tabelionato de Protesto de São Luís, implantou a intimação por meio eletrônico dos devedores, como forma de otimizar a comunicação e quitação dos débitos, prática que poderia ser estendida para todos os cartórios do Maranhão.

O presidente da associação ressaltou que as intimações, da forma tradicional não conseguem chegar ao interessado final, o devedor. Tiago Estrela relatou, com dados, que a experiência trabalhada junto ao 1º Tabelionato de Protestos da Capital resultou em um percentual de 100% de comparecimento dos notificados e quitação das dívidas.



JUNHO

PROVIMENTO | Corregedoria da Justiça disciplina registro civil de recém-nascido com sexo indefinido

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) disciplinou o registro civil de recém-nascidos diagnosticados com “Anomalia de Diferenciação Sexual (ADS)” – um tipo raro de malformação dos genitais que dificulta identificar o sexo da criança e pode expor a pessoa a constrangimento social.

A medida foi determinada no Provimento nº 32/2019, assinado pelo corregedor geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, com o objetivo de garantir o acesso ao sistema único de saúde e outros direitos pelos portadores de ADS e solucionar as dificuldades práticas do registrador civil nesses casos.

Conforme a determinação da CGJ-MA, nos casos de diagnóstico de anomalia de diferenciação sexual, o registrador deverá lançar no registro de nascimento do recém-nascido a designação do sexo como “ignorado” - se essa situação estiver lançada na Declaração de Nascido Vivo (DNV) fornecida pelo estabelecimento de saúde.

PROVIMENTO | Corregedoria estabelece normas gerais para registro de regularização fundiária urbana

Considerando o direito à moradia digna, por meio da incorporação de núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e da titulação de seus ocupantes, a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), por meio do Provimento Nº 29/2019, estabeleceu normas gerais para o registro da Regularização Fundiária Urbana no âmbito da Lei Nº 13.465/2017 e Decreto Nº 9.310/2018. A medida leva em consideração a necessidade de regulamentar os procedimentos que deverão ser adotados pelas serventias extrajudiciais (cartórios) no âmbito do Programa Estadual de Regularização Fundiária Urbana, assim como as novas regras trazidas pelos dois diplomas legais referidos.

A regularização fundiária é uma política de interesse da CGJ-MA, no objetivo de ampliar o acesso da população a diversos direitos relacionados à moradia. A matéria é objeto de discussão e criação de parcerias entre o Judiciário e órgãos como a Secretaria de Cidades (Secid), Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) e Federação dos Municípios do Maranhão (FAMEM).

1.3. EXTRAJUDICIAL E COMBATE AO SUB-REGISTRO

JULHO

REGISTRO CIVIL | Corregedoria reduz prazo para cartórios comunicarem nascimento, morte e casamento ao INSS

A Corregedoria Geral da Justiça determinou a redução - para 01 (um) dia útil - do prazo para comunicação dos nascimentos, natimortos, casamentos e mortes registrados nos cartórios de registro civil do Maranhão ao Instituto de Seguridade Social (INSS). A medida objetivou contribuir para diminuir os casos de fraudes ao sistema previdenciário, beneficiando a arrecadação para a União.

Municípios que não têm provedor de conexão à internet poderão remeter a relação dos registros em cinco dias úteis. No caso de não haver sido registrado nenhum nascimento, natimorto, casamento ou óbito, o titular do cartório de registro civil de pessoas naturais deverá comunicar esse fato ao INSS até o quinto dia útil do mês seguinte.

A determinação é do desembargador Marcelo Carvalho Silva, corregedor-geral da Justiça, por meio do Provimento nº 35/2019, que alterou o Código de Normas (Provimento nº 11/2013) para reduzir o tempo de comunicação dos registros civis ao Sistema Nacional de Informações de Registro Civil – SIRC.

DIGITAL | Corregedoria da Justiça autoriza cartórios em geral a publicar atos e editais na internet

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) autorizou, por meio do Provimento Nº 37/2019, as serventias extrajudiciais em geral de todo o estado a publicarem na internet, por meio da Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados - “Cartórios Maranhão”, todos os atos que anteriormente eram publicados somente em jornais impressos de grande circulação. A consulta aos documentos será gratuita e aberta ao público.

Com a medida, os tabeliães de notas, os tabeliães e oficiais de registro de contratos marítimos, os tabeliães de protesto de títulos e os oficiais de registro de imóveis, de registro de títulos e documentos e civis das pessoas jurídicas e de registro civis das pessoas naturais e de registro de distribuição podem publicar por meio eletrônico atos ou editais praticados pelos serviços de notas e de registro.

SEMINÁRIO | Juíza auxiliar apresenta medidas da CGJ para desburocratizar serviços de Registro Civil



A juíza Jaqueline Reis Caracas, auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) responsável pelas Serventias Extrajudiciais (cartórios), ministrou palestra com o tema “Os Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça como medidas de desjudicialização”, durante o 9º Seminário Nacional do Registro Civil ARPEN Brasil e o 2º Seminário Estadual do Registro Civil ARPEN Maranhão, no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau).

Na ocasião, a juíza auxiliar Jaqueline Caracas abordou as medidas editadas pela Corregedoria durante a atual gestão, e voltadas à desburocratização de serviços e ampliação do atendimento da população pelos cartórios extrajudiciais, reduzindo as demandas que chegam ao Poder Judiciário.

1.3. EXTRAJUDICIAL E COMBATE AO SUB-REGISTRO

SIMPLIFICAÇÃO | CGJ, ARPEN e SSP discutem cooperação para emissão de Registro Civil (RG) pelos cartórios extrajudiciais

Os presidentes das Associações de Registradores Civis de Pessoas Naturais do Maranhão e do Brasil, Denavir Garcia (ARPEN/MA) e Arion Toledo (ARPEN/Brasil), reuniram-se com o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva; com o secretário estadual de Segurança Pública, Jefferson Portela; e com a juíza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça responsável pelas Serventias Extrajudiciais, Jaqueline Caracas, para iniciar as tratativas para assinatura de Termo de Cooperação Técnica tendo em vista a realização do serviço de emissão de Registro Geral (RG) pelos cartórios de Registro Civil do Maranhão, simplificando o acesso ao procedimento para o cidadão.

O objetivo da cooperação será permitir o acesso pelo Instituto de Identificação (SSP) aos dados da Central de Registro Civil (CRC) – para conferência de informação em casos de dúvidas e duplicidades –, ao passo que os cartórios, por meio da CRC, teriam acesso à base de dados biométricos do Instituto de Identificação para os casos de registro civil tardio. A CRC conta atualmente com um banco de dados de mais de 170 milhões de registros civis de pessoas naturais.



AGOSTO

EXTRAJUDICIAL | Maranhão reduz em 96% o tempo médio de envio das informações de óbitos ao INSS

Os cartórios extrajudiciais de Registro Civil do Maranhão reduziram de 81 dias para três dias o tempo médio de envio das informações de óbito ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), o que representa um incremento de 96%. A melhoria ocorreu após a determinação da Corregedoria Geral da Justiça de redução – para 01 (um) dia útil – do prazo para comunicação dos nascimentos, natimortos, casamentos e mortes registrados nos cartórios de registro civil do Maranhão ao INSS, por meio do Provimento N° 35/2019, que alterou o Código de Normas (Provimento n° 11/2013).

Durante o 10º Seminário Nacional de Registro Civil (ARPEN Brasil) e o 2º Seminário Estadual de Registro Civil (ARPEN/TO), o procurador Rodrigo Bezerra Dowsley ressaltou a atuação da CGJ-MA, destacando que o Maranhão era o estado da Federação com a maior média de tempo no envio das informações – 81 dias –, conseguindo em muito pouco tempo reduzir o tempo para três dias.

1.3. EXTRAJUDICIAL E COMBATE AO SUB-REGISTRO

SETEMBRO

ORIENTAÇÃO | Corregedoria orienta cartorários sobre Selo de Fiscalização Eletrônico

A Corregedoria Geral da Justiça – CGJ/MA editou provimento que trata da utilização do Selo de Fiscalização Eletrônico nas serventias extrajudiciais do Maranhão a partir deste mês de setembro de 2019. A medida – regulamentada pela Resolução GP nº. 482019 – atende às metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para os serviços extrajudiciais de todo o Brasil.

No documento, o corregedor-geral Marcelo Carvalho Silva ressalta para que os registradores civis, quando forem praticar os atos de seu ofício, por meio do sistema Regesta, deverão imprimir o Selo de Fiscalização Eletrônico em etiqueta para afixação no documento que instrumentaliza o ato praticado.

A orientação se dá em razão do Sistema Regesta, utilizado atualmente pelos cartorários e desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão para a prática de atos de registro civil, não estar apto a gerar o selo eletrônico no momento da prática do ato registral.

EXTRAJUDICIAL | Presidente do TJ e corregedor-geral discutem melhorias nos serviços de registro civil com membros da ARPEN-MA

os desembargadores Joaquim Figueiredo (presidente do TJMA) e Marcelo Carvalho Silva (corregedor-geral da Justiça) reuniram com as registradoras Rosseline Rodrigues e Gabriella Caminha Andrade, vice-presidente e diretora social da Associação de Registradores de Registro Civil de Pessoas Naturais (ARPEN-MA), para tratar de melhorias nos serviços prestados pelos cartórios de registro civil do Estado, como a implantação do Selo de Fiscalização Eletrônico. Participaram ainda da reunião a juíza da Jaqueline Caracas, auxiliar da Corregedoria (Extrajudicial), o diretor de Informática do TJMA, Paulo Rocha Neto, e a chefe de gabinete da CGJ, Andreia Ferreira.

Entre os assuntos discutidos, as representantes dos cartórios apresentaram aos desembargadores pedido para adaptação do sistema Regesta – desenvolvido pelo Judiciário para utilização gratuita pelos cartórios de Registro de Civil de Pessoas Naturais– ao Selo de Fiscalização Eletrônico implantado pelo Judiciário. Solicitaram ainda a integração do banco de dados do Regesta com as plataformas do Sistema Nacional de Registro Civil (CIRC), da Central de Registro Civil (CRC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e ao Sistema de Informação de Direitos Políticos (INFODIP), com o fim de garantir o envio de dados nos prazos previstos em lei aos órgãos responsáveis.



CONGRESSO | Corregedor profere palestra sobre Dignidade da Pessoa Humana para notários e registradores

O desembargador Marcelo Carvalho Silva, corregedor-geral da Justiça do Maranhão, participou do II Congresso de Notários e Registradores do Maranhão, proferindo a palestra “Dignidade da Pessoa Humana”, onde abordou aspectos sociais do princípio constitucional. O Congresso foi promovido pela Associação dos Titulares de Cartórios do Maranhão (ATC/MA) com o intuito promover e fortalecer discussões sobre os principais temas que envolvam os notários e registradores nos últimos tempos, abrindo espaço para a troca de conhecimentos com grandes nomes da área notarial e registral do país.

Na apresentação, o desembargador Marcelo Carvalho Silva levou o público a refletir sobre a realidade social à luz do princípio da dignidade da pessoa humana, questionando sobre aspectos da vida em sociedade que podem representar ofensa ao princípio constitucional, relacionado ao papel das instituições e do poder público.

1.3. EXTRAJUDICIAL E COMBATE AO SUB-REGISTRO

NOVEMBRO

CIDADANIA | CGJ-MA participa do Encontro Nacional de Promoção do Registro Civil e Acesso à Documentação Básica

A juíza Jaqueline Caracas representou a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) no IX Encontro Nacional de Promoção do Registro Civil de Nascimento e do Acesso à Documentação Básica”, realizado em Brasília (DF). O evento teve como objetivo discutir a situação do sub-registro nos estados, identificar e aplicar boas práticas, debater questões e propor alternativas para melhorar os índices do registro civil no país.

A juíza ressaltou a importância do engajamento de todos os setores envolvidos, Judiciário, Estado e Município, na promoção de políticas públicas no sentido de uniformizar e aperfeiçoar o registro de nascimento e a emissão da respectiva certidão.

Uma dessas políticas prevê a implantação das Unidades Interligadas em hospitais e maternidades públicas para a efetivação do registro dos nascimentos e emissão de certidões, a fim de que a mãe e/ou a criança receba alta hospitalar, já com a certidão de nascimento em mãos.

PROVIMENTO | Corregedoria da Justiça autoriza adiamento do pagamento de custas cartorárias em protesto de títulos

Com o objetivo de facilitar o acesso aos serviços oferecidos pelas serventias extrajudiciais com atribuição de protesto, a Corregedoria Geral da Justiça reforçou e ampliou a autorização para as serventias extrajudiciais do Estado do Maranhão, com atribuição de protesto, a receber os títulos ou outros documentos de dívidas, independentemente de depósito ou pagamento prévio das custas cartorárias e das despesas a título de taxa de fiscalização (FERJ) e custeio de atos gratuitos (FERC).

A postergação do momento do pagamento dos emolumentos, que já ocorria parcialmente, foi autorizada pelo Provimento nº 53/2019 e se aplica somente aos títulos ou outros documentos de dívida cujo vencimento não ultrapasse o prazo de um ano no momento da apresentação para protesto e, no caso de cheque, o prazo de três meses.

A medida abrange os títulos oriundos da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas, em relação às certidões de dívida ativa; de Pessoas jurídicas fiscalizadas por agências que regulam as atividades de serviços que são executados por empresas privadas sob concessão, permissão ou autorização, na qualidade de credoras ou apresentantes; de credores ou apresentantes de decisões judiciais transitadas em julgado oriundas da Justiça Estadual, da Justiça Federal ou da Justiça do Trabalho; bancos, instituição financeira ou pessoa jurídica fiscalizada por órgãos do Sistema Financeiro Nacional, na qualidade de credores ou apresentantes e qualquer pessoa física ou jurídica.

1.3. EXTRAJUDICIAL E COMBATE AO SUB-REGISTRO

DEZEMBRO

CIDADANIA | Cartórios de Registro Civil do Maranhão passam a emitir carteira de identidade



A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), o Estado do Maranhão – por meio da Secretaria de Segurança Pública (SSP), e a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Maranhão (ARPEN-MA), celebraram convênio estabelecendo cooperação para implementar, nas serventias extrajudiciais de Registro Civil do Maranhão, a emissão de Registro Geral – RG (carteira de identidade). O documento conjunto foi assinado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva; pelo coordenador estadual da ARPEN no Maranhão, Devanir Garcia; e pelo diretor do Instituto de Identificação do Maranhão, órgão ligado à SPP, Lúcio Flávio Cavalcante, que no ato representou o Governo do Estado.

Os cartórios extrajudiciais de Registro Civil do Maranhão passam a atuar como “Ofícios da Cidadania”, em conformidade com a Lei 13.484/2017, que alterou a Lei 6015/1973, e com o Provimento n.º 66/2018 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a prestação de serviços pelos ofícios de registro civil das pessoas naturais mediante convênio, credenciamento e matrícula com órgãos e entidades governamentais e privadas.

1.4. DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO

JANEIRO

DECLARE SEU AMOR | Judiciário promove campanha para incentivar doações ao Fundo da Criança e Adolescente pelo Imposto de Renda



O Poder Judiciário, por meio da Corregedoria Geral da Justiça, promoveu a campanha “Declare Seu Amor”, com o objetivo de sensibilizar magistrados, servidores e contribuintes em geral a doarem parte do Imposto de Renda (IR), que é obrigatório, para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente. A campanha Declare Seu Amor foi originalmente lançada pela Corregedoria Geral da Justiça de Rondônia, ampliada por meio da adesão de outros tribunais e de diversos artistas. A CGJ-MA pretende levar informativos e orientações aos contribuintes, objetivando contribuir para o aumento da arrecadação destinada a projetos que beneficiam o público infantojuvenil.

INTEGRAÇÃO | Corregedor reúne com membros da Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (COECV)



Os membros da Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (COECV) visitaram o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho, quando solicitaram maior integração entre a Comissão e o Poder Judiciário, em relação a procedimentos ligados a decisões envolvendo casos de conflitos agrários no campo e na cidade.

O superintendente Jonata Galvão apresentou um panorama sobre a atuação da Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade – COECV, vinculada à SEDIHPOP e que desenvolve ações de mediação e prevenção de conflitos fundiários, priorizando soluções pacíficas. Ele demonstrou os resultados da experiência da Comissão junto à mediação e prevenção de conflitos, por meio da articulação entre as secretarias e execução das decisões de acordo com o Manual da Ouvidoria Agrária.

O grupo propôs a discussão sobre a revisão do Provimento N° 29/2009 da CGJ-MA – que dispõe sobre recomendação aos(as) Juizes(as) de Direito do Estado do Maranhão para que ouçam o Ministério Público do Maranhão, a Ouvidoria Agrária Nacional, o INCRA e o ITERMA em ações de manutenção e reintegração de posse coletiva envolvendo imóveis rurais ocupados por trabalhadores rurais sem-terra -, a fim de que sejam elaboradas previsões atualizadas.

DESTINAÇÃO | Judiciário faz doação de 940 capacetes apreendidos ao DETRAN-MA

O Depósito Judicial da Corregedoria Geral da Justiça celebrou a doação de 940 capacetes ao Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN-MA), por meio da coordenadora de Educação para o Trânsito da instituição, Rositânia Freitas. A entrega foi feita pela chefe do Depósito Judicial, Ediliane Trovão, de acordo com as normas constantes do Manual de Bens Apreendidos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Provimento N° 16/2018 da CGJ-MA, que regulamentou a destinação de bens apreendidos por meio de ações judiciais no âmbito da Justiça de 1º Grau do Estado.

Segundo a representante do DETRAN, os capacetes doados representaram um importante apoio às ações educativas que o órgão promove com mototaxistas de todo o Estado, especialmente nas cidades do interior.

1.4. DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO

FEVEREIRO

DECLARE SEU AMOR | Corregedor conhece projetos apoiados pelo Fundo Municipal da Criança e do Adolescente



O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, e servidores da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) conheceram os projetos apoiados por meio de recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de São Luís, gerido pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

De acordo com o presidente e a vice-presidente do Conselho, Marcos Japi e Janicelma Fernandes, 60 projetos sociais na área da infância e juventude recebem recursos do Fundo, oriundos de doações ou repasses. Os projetos beneficiados atuam em diversas áreas, como combate ao trabalho infantil; combate à exploração sexual infantojuvenil; educação; saúde; famílias acolhedoras; leitura; bibliotecas; arte; teatro; cultura e cidadania, entre outros projetos voltados ao combate à violação de direitos de crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

ENCOGE | Encontro de Corregedores debateu temas como fraude previdenciária e direito notarial



Durante o 80º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (Encoge), que aconteceu no Recife, foram discutidas questões relevantes para o desempenho da atividade correicional pelas corregedorias gerais de Justiça, com a realização de plenária reunindo os corregedores de todo o país e oficinas com os juízes auxiliares. O corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Marcelo Carvalho Silva, participou do evento acompanhando as matérias tratadas na Plenária.

A programação contou com palestras e painéis apresentando temas como o Combate à Fraude Previdenciária: Cooperação Interinstitucional entre o INSS e as Corregedorias Gerais dos Tribunais de Justiça; Controle do Teletrabalho pelas Corregedorias; Violência Doméstica e familiar contra a mulher; Regularização Fundiária; Tecnologia da Informação para a fiscalização estratégica - Projetos SICOR / SICASE.

A mesa de honra da Plenária foi formada pelo corregedor geral da Justiça de Pernambuco e presidente do Colégio, desembargador Fernando Cerqueira, o corregedor nacional da Justiça, ministro Humberto Martins, o diretor da Escola Judicial de Pernambuco, desembargador Jones Figueirêdo Alves, e o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), desembargador Manoel Calças, que apresentou uma palestra sobre o Colégio e a sua responsabilidade na padronização dos procedimentos.

INTEGRAÇÃO | CGJ-MA integra Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) passou a integrar, com assento permanente, a Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (COECV), vinculada à Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP). A primeira participação se deu em reunião da Comissão, com a presença da juíza Ana Lucrécia Bezerra Sodré (Imperatriz), membro do Núcleo de Regularização Fundiária Rural e Urbana da CGJ-MA.

O Núcleo de Regularização Fundiária Rural e Urbana da Corregedoria foi criado por meio do Provimento Nº 8/2019, instituído pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, que possui entre as atribuições a atuação na mediação de conflitos fundiários, inclusive em parceria com a Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade - COECV.

Para a juíza Ana Lucrécia Sodré, a participação do Judiciário no debate representa um grande passo de colaboração entre os Poderes Públicos no combate aos conflitos fundiários e na busca por soluções pacíficas para demandas envolvendo a posse da terra.

1.4. DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO

MARÇO

CARTÓRIOS | Corregedores da Justiça da Bahia conhecem serviço extrajudicial do Maranhão

A corregedora-geral da Justiça da Bahia, desembargadora Lisbete Maria Teixeira Almeida César Santos, e o corregedor das Comarcas do Interior da Bahia, desembargador Emílio Salomão Pinto Resedá, realizaram visita institucional à Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, com o objetivo de conhecerem a estrutura e organização do serviço extrajudicial maranhense, tendo em vista a criação de projeto de reestruturação da atividade cartorária no estado da Bahia. Os magistrados visitam o Estado acompanhados pelos cartorários e membros do Conselho do Fundo Especial de Compensação (FECOM/BA) Daniel de Oliveira Sampaio e Samantha Barros Carvalho, e a chefe de gabinete da Corregedoria da Bahia, Cristiane Nascimento.

Os membros do Judiciário baiano reuniram-se com o corregedor geral da Justiça do Maranhão, desembargador Marcelo Carvalho Silva; a juíza auxiliar da CGJ-MA Jaqueline Caracas (Extrajudicial); a diretora do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização (FERJ/TJMA), Celerita Dinoah; e presidente da Associação dos Titulares de Cartórios do Maranhão (ATC/MA), Thiago Estrela, e representantes da Associação de Registradores de Pessoas Naturais (Arpen/MA).

Na reunião, os visitantes apresentaram a realidade do sistema de cartórios extrajudiciais adotado na Bahia e ressaltaram as semelhanças entre os Estados da Bahia e Maranhão, justificando a necessidade de atualização da legislação baiana, com a reestruturação e redução do número de serventias, que atualmente totalizam 1552 em todo o Estado.

AGILIDADE | Judiciário e PRF firmam acordo para otimizar apuração judicial de infrações de trânsito

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) passou a ser responsável direta pela lavratura de Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCO's) relativos a crimes de menor potencial ofensivo cometidos no âmbito das rodovias federais do Maranhão, repassando-os diretamente aos Juizados Especiais Criminais competentes, para apuração do fato em processo judicial. A parceria foi definida em reunião entre o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, o superintendente da PRF, inspetor Paulo Moreno, o presidente da Comissão de Implantação do TCO, inspetor Wilami Neponuceno, e o inspetor Clemildom da Costa Correa, membro da Comissão. Os representantes da PRF também reuniram-se com o coordenador dos Juizados Especiais e a diretora do Fórum de São Luís, juízes João Francisco Rocha e Diva Maria de Barros.

O TCO é o procedimento realizado, conforme a Lei nº 9.099/95, para apuração das infrações penais de menor potencial ofensivo (contravenções penais e crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos).

INTERIOR | Advogados de Vargem Grande apresentam demandas ao corregedor-geral da Justiça

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, reuniu-se com advogados que atuam em Vargem Grande e comarcas da região, que relataram suas demandas em relação aos serviços judiciários. O corregedor-geral acompanhou a realização de mutirão de cumprimento de atos processuais na comarca de Vargem Grande, sob coordenação do juiz auxiliar da Corregedoria Raimundo Bogeia, com auxílio de equipe de servidores.

Na reunião, o desembargador frisou que essa foi a segunda visita da CGJ a Vargem Grande, que foi incluída para receber medidas de melhoria por meio do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual (PETCP), criado pela Corregedoria para apoiar as unidades judiciais com maiores acervos na Justiça de 1º Grau.

1.4. DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO

ABRIL

REUNIÃO | Secretário de Cidades e procurador do Estado propõem parceria para ampliar regularização fundiária

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, recebeu os secretários de Estado da Secretaria de Cidades e Desenvolvimento (SECID), Rubens Júnior, o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia, e a advogada Jéssica Arruda (SECID). Também estiveram presentes os juízes auxiliares da Corregedoria Raimundo Boga, Jaqueline Caracas e Francisca Galiza, e o diretor da CGJ, juiz Marcelo Moreira.

Na ocasião, o secretário Rubens Júnior solicitou que a Corregedoria avalie proposta de atualização do Provimento N° 25/2015 em relação às alterações trazidas pelas Lei Federal N° 13/465/2017 e pelo Decreto Federal N° 9.310/2018, que flexibilizaram os paradigmas administrativos e registrares envolvendo a regularização urbana e rural no Brasil, especialmente em relação à isenção de custas e emolumentos nos atos necessários ao registro de regularização fundiária.

Segundo o secretário, a medida precisa ser regulamentada no âmbito da atribuição da Corregedoria em relação aos cartórios extrajudiciais, considerando a existência do Provimento N° 25/2015.

O desembargador Marcelo Carvalho solicitou à juíza Jaqueline Caracas, responsável pelas Serventias Extrajudiciais, o encaminhamento de Recomendação aos oficiais de registro que atuam na matéria, para que atentem aos termos da legislação, informando ainda que a Corregedoria vai realizar o estudo de atualização do normativo.



UNIFICAÇÃO | Corregedoria e órgãos parceiros aprovam projeto arquitetônico da nova Central de Inquéritos da Comarca da Ilha

Representando a Corregedoria Geral da Justiça, a juíza auxiliar Stela Pereira Muniz Braga, participou de reunião com o secretário de Administração Penitenciária do Estado, Murilo Andrade de Oliveira, para aprovação do projeto arquitetônico da nova Central de Inquéritos e Custódia da Capital, que funcionará em prédio cedido pelo Governo do Estado, na Avenida dos Franceses, s/n, Outeiro da Cruz, próximo ao Viaduto do Café. Representantes do Ministério Público Estadual (MPMA), Defensoria Pública (DPE-MA), Divisão de Arquitetura do Tribunal de Justiça e órgãos parceiros, também participaram do encontro.

Durante a reunião foi aprovado o projeto arquitetônico da nova unidade, apresentado pela Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), que contempla, dentre outros, itens de segurança e padronização exigidos pelo Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria.

O objetivo principal da nova Central de Inquéritos e Custódia é agilizar o atendimento às pessoas presas em flagrante, a fim de que seja verificada a necessidade da manutenção de sua prisão, ou liberado mediante condições cautelares diversas da prisão determinadas pelo Juiz Plantonista.



1.4. DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO

FÓRUM FUNDIÁRIO | Judiciário e Executivo discutem questões fundiárias na região Matopiba

A 2ª Reunião do Fórum Fundiário dos Corregedores Gerais da Justiça do Matopiba – estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, reuniu representantes do Judiciário e do Executivo dos quatro estados em torno de discussões envolvendo a matéria fundiária e agrária. A solenidade de abertura aconteceu na Sala das Sessões Plenárias do Tribunal de Justiça da Bahia, capital Salvador, com a presença do corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins; dos corregedores gerais do Maranhão, desembargador Marcelo Carvalho Silva; da capital e do interior da Bahia, desembargadores Lisbete César Santos e Emílio Salomão Resedá; do Piauí, desembargador Hilo de Almeida Sousa; e do Tocantins, desembargador João Rigo Guimarães, além do presidente do TJBA, desembargador Gesivaldo Britto. Também participam do evento o vice-governador do estado do Maranhão, Carlos Brandão, o secretário estadual de Cidades, deputado federal Rubens Pereira Júnior, e representantes do Poder Executivo dos outros estados da região.

A programação do evento inclui a apresentação da situação fundiária dos quatro estados e falas de representantes do Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA), Ministério Público Federal, INCRA, FAO/ONU, entre outros, objetivando promover a troca de experiências sobre a atuação do Judiciário e Executivo junto à questão fundiária e fomentando o diálogo com a sociedade civil organizada.



MAIO

REUNIÃO | Procurador-geral da Justiça discute demandas com o corregedor-geral da Justiça

Durante reunião no Fórum de São Luís, o procurador-geral da Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, conversou com o corregedor-geral, desembargador Marcelo Carvalho Silva, sobre demandas do sistema de Justiça de interesse do Judiciário e Ministério Público. Também participaram da reunião o procurador de Justiça Francisco das Chagas Barros de Sousa; o promotor de Justiça corregedor Justino da Silva; a assessora do MP Uiuara Medeiros; o diretor da Corregedoria, juiz Marcelo Moreira; e a juíza auxiliar da Corregedoria Kariny Reis.

No encontro, as autoridades a ampliação da virtualização de processos no âmbito do Judiciário. Pela Portaria Conjunta Nº 5/2019, assinada pelo presidente do TJ, desembargador Joaquim Figueiredo, e pelo corregedor, foi autorizada a ampliação da virtualização dos processos judiciais que tramitem em autos físicos relativos às classes judiciais que já são processadas em formato digital, nas unidades jurisdicionais das comarcas que utilizam a plataforma do sistema Processo Judicial eletrônico (PJe) do 1º Grau do Poder Judiciário estadual.

Outro assunto discutido na reunião foi o projeto da nova Central de Inquéritos e Custódia da Capital, que funcionará em prédio cedido pelo Governo do Estado, na Avenida dos Franceses, s/n, Outeiro da Cruz, próximo ao Viaduto do Café, reunindo todos os órgãos do sistema de Justiça envolvidos no processo, como IML, Ministério Público e Defensoria Pública.



1.4. DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO

EXPERIÊNCIA | Representantes do Judiciário maranhense conhecem sistema de audiências por videoconferência do TJAL

Por meio de videoconferência, o diretor da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), juiz Marcelo Moreira, a juíza auxiliar Stella Muniz, e o diretor de Informática do TJMA, Paulo Rocha Neto, reuniram-se com o diretor adjunto de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça de Alagoas, José Baptista, para conhecer as ferramentas e procedimentos utilizadas no TJAL para realização de audiências criminais de réus presos através de videoconferência, sem a necessidade de deslocamento. Também participaram da reunião o subsecretário estadual de Administração Penitenciária, Rafael Velasco, e analistas da área de TI do TJAL.

As audiências criminais com réus presos e testemunhas por videoconferência foram implantadas em 2016 no TJ de Alagoas, com a realização de mais de 10 mil audiências e representando aumento na quantidade de audiências realizadas no Estado.

Os servidores alagoanos explicaram os procedimentos de oitiva e gravação, normativos e as funcionalidades do sistema de agendamento das audiências, que funciona com uma solicitação prévia do magistrado aos administradores da unidade prisional, com posterior confirmação e reserva da data e horário.

REUNIÃO | Corregedor-geral recebe demandas de advogados e defensores públicos de Timon e região

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, reuniu-se com um grupo de advogados e defensores públicos de Timon e comarcas próximas, para discutir o funcionamento dos serviços judiciários na região e ouvir as demandas. Também participaram da reunião os juízes Simeão Pereira e Silva (Infância e Juventude), José Elismar Marques (Execução Penal), Francisco Soares Reis Júnior (2ª Vara Criminal), Josemilton Silva Barros (Juizado) e Sheila Cunha (Parnarama).

O corregedor explicou aos participantes da reunião sobre algumas medidas da Corregedoria, como o Provimento N° 20/2019, que estabelece que as comunicações aos advogados, em relação aos atos judiciais praticados nos processos que tramitam na plataforma Processo Judicial eletrônico (PJe), passando a ser efetivadas exclusivamente mediante intimação eletrônica, dispensada sua publicação no Diário da Justiça Eletrônico (DJe).

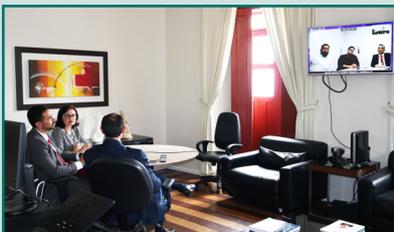
O desembargador também apresentou os projetos da nova Central de Inquéritos e Custódia, que centraliza todos os serviços ligados à audiência de custódia, reunindo autoridades judiciárias, do Ministério Público, da Defensoria Pública, OAB, e carceragem; e da ampliação das audiências criminais através de videoconferência, ambos em parceria com a Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP).

ENCOGE | Corregedores debatem temas de interesse do Judiciário estadual e aprovam Carta de São Paulo

Reunidos no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), durante o segundo dia de programação do 81º Encontro do Colégio Permanente dos Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (Encoge), os corregedores gerais da Justiça participaram de palestras a respeito do exercício do cargo, debateram questões, experiências e inovações, que subsidiaram ao final do encontro, a elaboração e divulgação da Carta de São Paulo, que traz as conclusões do evento (veja ao final do texto).

A palestra magna foi proferida pelo corregedor nacional da Justiça, ministro Humberto Eustáquio Martins, com o tema “Os Desafios do Judiciário e o Conselho Nacional de Justiça”, que falou sobre o papel das Corregedorias e dos juízes na distribuição da Justiça e dos direitos dos cidadãos.

As atividades foram conduzidas pelo presidente do Colégio Permanente de Corregedores (CCoge), desembargador Fernando Cerqueira Norberto dos Santos, corregedor-geral da Justiça de Pernambuco; e pelo corregedor-geral da Justiça de São Paulo, desembargador Geraldo Francisco Pinheiro Franco. Acompanhou os trabalhos o



1.4. DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO

corregedor nacional da Justiça, ministro Humberto Martins. Também compuseram a mesa de trabalho o vice-presidente do TJSP, desembargador Artur Marques da Silva Filho; o presidente da Seção de Direito Criminal do TJSP, desembargador Fernando Antonio Torres Garcia; e o desembargador Marcelo Berthe.

AGRÁRIO | Corregedor-geral apresenta palestra sobre Conflitos Fundiários no Agrobalsas

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, participou do ciclo de palestras do Agrobalsas, apresentando o tema “Conflitos Fundiários”. O magistrado foi convidado a participar do evento pelo vice-governador do Estado, Carlos Brandão, durante a segunda reunião do Fórum Fundiário dos Corregedores Gerais da Região MATOPIBA, realizado em Salvador no mês de abril.

Na ocasião, o corregedor-geral apresentou a situação de alto índice de conflitos no campo provenientes da disputa de terra na região Matopiba, ressaltando que o Maranhão é o segundo estado no ranking de mortes no campo, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) relativos ao período de 1985 a 2017, problema que atinge principalmente comunidades tradicionais como povos indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco e trabalhadores rurais.

O magistrado apresentou a distribuição de conflitos por região e na região metropolitana de São Luís, dando conta que 43% se encontram na região do município de São José de Ribamar.



JUNHO

AGRÁRIO | Judiciário e FAMEM firmam parceria para ampliar regularização fundiária nos municípios

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, e a juíza auxiliar Jaqueline Caracas (Serventias Extrajudiciais) reuniram-se com o presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM), Erlanio Xavier, acompanhado de membros da Diretoria da Federação e prefeitos de municípios maranhenses, ocasião em que trataram da união de esforços entre a CGJ-MA e a Federação para promover a regularização fundiária nos municípios do Maranhão, garantindo o acesso aos títulos de propriedade aos moradores. O corregedor-geral também pediu o apoio dos municípios na instalação de postos de registro civil nas maternidades locais, conforme o Provimento Nº 18/2018.

O desembargador ressaltou a situação de conflitos fundiários urbanos e rurais no Estado do Maranhão, que apresentam índices elevados, exigindo uma atuação por parte dos Poderes Públicos com o fim de garantir a segurança jurídica e a redução dos conflitos. Ele informou sobre a regulamentação trazida pela Lei Nº 13.465/17 a respeito da regularização fundiária rural e urbana e sobre iniciativas da Secretaria Estadual de Cidades (Secid) sentido de fomentar a medida.

BRASÍLIA | Corregedores gerais da região MATOPIBA reúnem-se com presidente do INCRA

Os desembargadores Marcelo Carvalho Silva (corregedor do Maranhão); João Rigo Guimarães (corregedor do Tocantis); Hilo de Sousa (Piauí) e Emílio Salomão Resedá (corregedor das comarcas do interior da Bahia) reuniram-se com o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Gen. João Carlos de Jesus Correia, com o objetivo de apresentar o Fórum Fundiário dos Corregedores Gerais da Justiça do MATOPIBA, criado para discutir e buscar soluções aos principais problemas fundiários que se apresentam na região.

Os corregedores gerais apresentaram a situação das demandas relacionadas aos conflitos fundiários nos quatro estados, justificando a criação do Fórum Fundiário, seus objetivos e os compromissos firmados durante as duas reuniões realizadas, em Teresina e Salvador.



1.4. DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO

BRASÍLIA | Fórum Fundiário dos Corregedores da região MATOPIBA é apresentado na FAO e no CNJ

Os corregedores gerais da Justiça do Maranhão, desembargador Marcelo Carvalho Silva; do Tocantins, desembargador João Rigo Guimarães; do Piauí, desembargador Hilo de Sousa e das comarcas do interior da Bahia, desembargador Emílio Salomão Resedá reuniram-se com representantes da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e da Corregedoria Nacional de Justiça, em Brasília, para apresentar o Fórum Fundiário dos Corregedores Gerais da Justiça do MATOPIBA, formado pelos corregedores dos quatro estados com o objetivo de discutir e buscar soluções aos principais problemas fundiários que se apresentam na região. A apresentação também foi feita ao presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Gen. João Carlos de Jesus Correia.

Os corregedores gerais apresentaram a situação das demandas relacionadas aos conflitos e à regularização fundiária nos quatro estados, justificando a criação do Fórum Fundiário, seus objetivos e os compromissos firmados durante as duas reuniões realizadas, em Teresina e Salvador.

Na FAO, os desembargadores foram recebidos pelo representante do órgão no Brasil, Rafael Zavala, onde foi feita a apresentação dos vínculos dos objetivos do Fórum Fundiário dos Corregedores da Justiça do MATOPIBA e das iniciativas em curso no Piauí com as “DVGT” - Diretrizes Voluntárias para Governança Responsável da Terra conforme preconizado na “Carta de Teresina”.

Na Corregedoria Nacional, os desembargadores foram recebidos por juízes auxiliares representando o ministro Humberto Martins, corregedor nacional de Justiça, que compareceu ao final do encontro manifestando seu apoio à iniciativa de enfrentamento dos problemas fundiários.



28.06.2019

BRASÍLIA | Corregedores discutem produtividade, sustentabilidade e fiscalização no Fonacor

Corregedores de todo o país participaram do I Fórum Nacional de Corregedores (Fonacor), que contou com uma agenda de painéis de discussões sobre questões voltadas à produtividade, sustentabilidade e fiscalização do Poder Judiciário. O evento foi uma iniciativa da Corregedoria Nacional de Justiça. Durante dois dias corregedores federais, eleitorais, trabalhistas, militares e estaduais se reuniram em Brasília para discussão e apresentação de soluções aos desafios enfrentados pelos órgãos correcionais.

Metas do CNJ

As metas e os projetos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foram abordados na palestra proferida pelo secretário-geral do CNJ, desembargador Carlos Vieira Von Adamek, em painel presidido pelo conselheiro e corregedor nacional de Justiça substituto, Aloysio Corrêa da Veiga. Ele falou da importância da estipulação de parâmetros mínimos de produtividade como forma de cobrar do Judiciário a materialização do princípio da razoável duração do processo.

1.4. DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO

JULHO

PARCERIA | Corregedor-geral solicita apoio do Exército e PMMA para digitalização de processos

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, reuniu-se com o comandante do 24º Batalhão de Infantaria de Selva, tenente-coronel Luciano Freitas e Sousa Filho, oportunidade em que solicitou o apoio da corporação para as atividades de digitalização de processos físicos no âmbito da Justiça de 1º Grau, por meio da disponibilização de militares.

Na última semana, o desembargador também reuniu-se com o comandante-geral da Polícia Militar do Maranhão (PMMA), coronel Ismael Sousa Fonseca, e o sub-chefe de Estado Maior da PMMA, coronel Eurico Alves, quando realizou pleito semelhante.

O desembargador explicou que a Justiça maranhense possui atualmente cerca de 700 mil processos físicos que precisam ser digitalizados para tramitarem no formato eletrônico, por meio do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe). Ele informou que outros estados já vêm realizando o procedimento com apoio de militares, a exemplo dos estados de Tocantins e Piauí.

PRINCÍPIO DA DIGNIDADE | Corregedor-geral profere palestra para delegatários em Seminário de Registro Civil

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, proferiu a palestra de encerramento do 9º Seminário Nacional do Registro Civil ARPEN Brasil e 2º Seminário Estadual do Registro Civil ARPEN Maranhão, no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). Com o tema “O Princípio da Dignidade e a Realidade Social”, o corregedor traçou histórico, trajetória, e perspectivas a partir do debate de assuntos da atualidade relacionados à dignidade humana.

Na apresentação, o desembargador Marcelo Carvalho Silva levou o público a refletir sobre a história e surgimento de uma concepção de dignidade humana.

Em seguida, o palestrante falou das primeiras experiências de dignidade no Mundo Moderno, pontuando a legislação de países europeus como Itália, França, Rússia, e também na América Latina. Para Carvalho, a consolidação de diversos direitos individuais e a dignidade da pessoa, ocorreu no período pós 2ª Guerra Mundial (1945), quando diversos países passaram a aprovar e respeitar as legislações que tratam do tema.

INFÂNCIA E JUVENTUDE | Corregedor entrega bicicletas e computadores doados para o Centro Socioeducativo de Timon

Em solenidade no Fórum da comarca de Timon, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, entregou 20 bicicletas e cinco computadores que foram doados pelo Poder Judiciário ao Centro Socioeducativo de Semiliberdade de Timon (CSST) - instituição pertencente à Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC), para uso dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no local.

As 20 bicicletas foram destinadas do Depósito Público Judicial da CGJ, objetos de apreensão em procedimentos judiciais, enquanto os computadores foram doados pelo Tribunal de Justiça (TJMA), por meio de Termo assinado pelo presidente da Corte, desembargador Joaquim Figueredo.

O diretor do estabelecimento, Diogo Rogério de Sousa, esclareceu que os bens doados terão um importante impacto para os adolescentes que cumprem medidas na unidade, aplicadas pela Vara da Infância e Juventude, alguns matriculados em escolas distantes e que enfrentam dificuldades de mobilidade. Segundo ele, os computadores serão utilizados na capacitação dos jovens, tanto no Centro de Semiliberdade quanto no Centro de Internação Provisória, que também participam de cursos profissionalizantes que objetivam garantir uma possibilidade de trabalho ao fim das medidas.

1.4. DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO

AGOSTO

LEVANTAMENTO | Banco PAN apresenta relatório de demandas repetitivas ao Núcleo de Monitoramento da CGJ

Representantes do Banco PAN foram recebidos na Corregedoria Geral da Justiça - CGJMA, para apresentação de um relatório sobre as demandas judiciais em que a instituição é polo passivo no Maranhão. Os juízes Marcelo Silva Moreira e Raimundo Moraes Bogéa, integrantes do Núcleo de Monitoramento de Perfis de Demandas (NUMOPEDE) - responsável por monitorar as demandas dirigidas aos serviços judiciários, notariais e de registro, identificando possíveis demandas fraudulentas e outros eventos atentatórios à dignidade da Justiça - dialogaram com os representantes da instituição e receberam cópia do material apresentado.

Na apresentação, o representante do Banco, Alexandre Ciotti Costa, informou que o relatório é uma das ações desenvolvidas pelo Banco PAN para compreender as características das ações judiciais movidas contra a empresa no Maranhão, objetivando, dentre outros, a construção de novas tecnologias para fornecimento mais seguro e dinâmico de crédito. O projeto buscar digitalizar 100% das operações de contratação.

VIRTUALIZAÇÃO | Corregedor solicita apoio de advogados de Santa Inês para digitalização de processos

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, reuniu-se com a presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB Subseção de Santa Inês), Karine Sarmento, e um grupo de advogados da cidade, oportunidade em que apresentou a campanha denominada "Sou Amigo do Judiciário: quero digitalizar", que objetiva estimular a participação da classe dos advogados no projeto "Digitalizar Já!", contribuindo voluntariamente com a virtualização dos processos judiciais físicos. O projeto "Digitalizar Já" foi instituído pelo Poder Judiciário por meio das Portarias Conjuntas N° 15/2019 e N° 16/2019, assinadas pelo presidente do TJMA, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, e pelo corregedor-geral da Justiça.

Na ocasião, o corregedor explicou que a iniciativa pode contribuir para acelerar o processo de virtualização dos processos, trazendo vantagens para o jurisdicionado, para o Poder Judiciário e também para os advogados, que poderão peticionar e consultar os processos de seus clientes de qualquer lugar, acelerando também o trâmite das demandas judiciais.

MATOPIBA | Autoridades destacam Regularização Fundiária durante o Fórum dos Corregedores Gerais da Justiça

Em solenidade realizada no Salão Nobre do Palácio dos Leões, autoridades dos Poderes Judiciário e

Executivo, INCRA, Ministério Público, Defensoria Pública, cartórios e a sociedade civil abriram a 3ª Reunião do Fórum Fundiário dos Corregedores Gerais da Justiça do MATOPIBA, formado para debater e buscar soluções para problemas e conflitos fundiários na região pertencente aos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Participaram da abertura os corregedores gerais da Justiça do Maranhão, desembargador Marcelo Carvalho Silva; do Piauí, desembargador Hilo de Almeida Souza; do Tocantins, desembargador João Rigo Guimarães; o governador do Maranhão, Flávio Dino; o vice-governador, Carlos Brandão; o presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo; a procuradora-geral do



1.4. DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO



Estado da Bahia, Gertha Almeida; o procurador-geral da Justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga Martins Coelho; o defensor público geral, Alberto Pessoa Bastos; o presidente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), general João Carlos de Jesus Corrêa; o representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO/ONU), Rafael Zavala Gomes Del Campo; o secretário estadual de Cidades, deputado Rubens Junior; o secretário estadual de Direitos Humanos e Participação Popular, Francisco Gonçalves; o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), Thiago Diaz, entre outros.

O Fórum Fundiário do MATOPIBA objetivou debater e buscar soluções para problemas e conflitos fundiários na região pertencente aos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Na abertura o corregedor Marcelo Carvalho Silva

agradeceu o apoio dos juízes e servidores da Corregedoria, do Governo do Estado do Maranhão, na pessoa do vice-governador, e demais colaboradores para a realização do evento em São Luís.

Ao final do evento, os participantes assinaram a Carta de São Luís, contendo as deliberações da 3ª Reunião do Fórum Fundiário dos Corregedores Gerais da Justiça da Região MATOPIBA. O evento contou com apresentações e debates a respeito das soluções para os problemas fundiários presentes na região comum aos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, com a participação de representantes do Poder Judiciário, Poder Executivo, INCRA, ONU/FAO, cartorários e sociedade civil.

SETEMBRO

VIRTUALIZAÇÃO | Judiciário e Polícia Militar firmam Cooperação para ampliar digitalização de processos

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, e o comandante da Polícia Militar do Maranhão, coronel Ismael de Souza Fonseca, assinaram Termo de Cooperação Técnica para autorizar a participação de agentes da PM no projeto de Digitalização de Processos do Poder Judiciário.

De acordo com o Termo, a PMMA se compromete a disponibilizar pessoal para atuação conjunta com a CGJ-MA na realização dos trabalhos de digitalização de processos na Central de Digitalização e Migração de Processos Físicos, por meio de cooperação mútua, sem quaisquer remunerações ou transferências voluntárias de recursos.

REUNIÃO | Defensores públicos apresentam demandas do órgão ao corregedor-geral da Justiça

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, reuniu-se com o corregedor-geral da Defensoria Pública estadual, José Augusto Gabina de Oliveira; e com os defensores públicos Diego Ferreira de Oliveira (Cível e Fazenda Pública) e Bruno Dixon Maciel (Execução Penal), que apresentaram demandas de interesse do órgão em benefício dos assistidos.

Inicialmente, os defensores pediram a atuação da Corregedoria junto a alguns cartórios extrajudiciais para garantia da gratuidade do registro público aos hipossuficientes, afirmando que em algumas comarcas do interior, a Defensoria Pública tem encontrado resistência nos pleitos da gratuidade das expedições de segunda via de registros de nascimento, retificação sem ação judicial, segunda via de casamento averbada, bem como dos assentamentos de registro público tardio sem ação judicial.

Outra demanda apresentada foi em relação ao sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), ao qual atribuem a ausência da possibilidade de habilitação para os defensores públicos, a exemplo da função existente para os advogados, o que dificulta as intimações nos processos eletrônicos.



1.4. DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO

HOMENAGEM | Desembargador Marcelo Carvalho recebe Título de Cidadão Bacabalense



O desembargador Marcelo Carvalho Silva, corregedor-geral da Justiça, foi homenageado pela Câmara Municipal de Bacabal, com a entrega do Título de Cidadão Bacabalense, por meio de Decreto Legislativo proposto e aprovado por unanimidade pelos membros da Casa. A sessão solene aconteceu na sede da Câmara de Vereadores de Bacabal, com a presença dos vereadores do município, juízes de Direito, advogados e pessoas da comunidade.

O presidente da Câmara, vereador Manuel da Concórdia, justificou a concessão do Título ressaltando a trajetória profissional do desembargador Marcelo Carvalho e sua relação com a cidade de Bacabal, na qual viveu durante o período da adolescência em companhia dos irmãos e da mãe, a professora Maria de Lourdes Carvalho Silva, que dirigia a escola Santa Rosa.

OUTUBRO

AGRÁRIO | Corregedor apresenta palestra sobre Regularização Fundiária em Seminário da FAMEM



Com o tema “Conflitos Fundiários x Regularização Fundiária”, o desembargador Marcelo Carvalho Silva, corregedor-geral da Justiça, ministrou a palestra de abertura do Seminário “Regularização Fundiária”, promovido pela Federação dos Municípios do Maranhão (FAMEM) em parceria com a Corregedoria Geral da Justiça; Secretaria de Cidades; Instituto de Colonização e Terras (Iterma); e Superintendência de Patrimônio da União (SPM).

Na palestra, o corregedor-geral apresentou a situação de alto índice de conflitos agrários no campo e nas cidades, ressaltando que o Maranhão é o segundo estado no ranking de mortes no campo, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) relativos ao período de 1985 a 2017, problema que atinge principalmente comunidades tradicionais como os povos indígenas e trabalhadores rurais.

VIRTUALIZAÇÃO | OAB-MA adere a projetos de digitalização de processos do Judiciário



A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), por meio do presidente da entidade, Thiago Diaz, e de advogados militantes na capital e em outras subseções do Maranhão conheceram os projetos “Digitalizar Já” e “Sou Amigo do Judiciário: quero digitalizar”, apresentados pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, e pelos servidores da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) Thaís Muniz, Karliane Fontenele, Hayla Castelo Branco e Adrivanderson Martins, com o objetivo de estimular a participação da classe dos advogados na digitalização de processos físicos, contribuindo voluntariamente com a virtualização.

O presidente da OAB-MA, Thiago Diaz, informou que a entidade disponibilizaria um espaço com estrutura e pessoal para realização do trabalho na sede da capital, além de apoiar e levar o projeto por meio de campanha para todas as 17 subseções da OAB no Maranhão. Ele ressaltou a importância da colaboração de entidades do sistema judicial no procedimento de digitalização, considerando que o Maranhão atua com mais de 700 mil processos físicos.

1.4. DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO

ELIMINAÇÃO | Fóruns destinam mais de oito toneladas de processos em papel para cooperativa de reciclagem

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) realizou o recolhimento de mais de oito toneladas de processos em papel em fóruns do interior, que serão destinados à Cooperativa de Reciclagem de São Luís (COOPRESL) para fins de eliminação através da reciclagem. O material é oriundo das comarcas de Carolina, Loreto, 1ª e 2ª Varas de Grajaú e Anajatuba, que publicaram editais de eliminação de mais de 15 mil processos que já estavam arquivados, com a finalidade de intimar as partes processuais sobre o interesse de preservar documentos originais juntados aos processos.

A eliminação dos autos cumpre a Resolução nº 14/2013 do Tribunal de Justiça do Maranhão, que instituiu o Plano de Gestão Documental do TJMA e o Plano de Classificação e Tabelas de Temporalidade Documental do Poder Judiciário Estadual, regulamentando a eliminação e guarda de documentos no âmbito do poder Judiciário.

NOVEMBRO

PARCERIA | Servidores da Corregedoria recebem atendimentos durante Ação de Qualidade de Vida

Os servidores e funcionários terceirizados da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) participaram da primeira edição da “Ação de Qualidade de Vida do Judiciário Maranhense – 2019” realizada no órgão, recebendo atendimentos médicos, odontológicos e psicológicos gratuitamente, durante o horário de expediente. O programa de qualidade de vida do Judiciário maranhense ocorre por meio do convênio entre o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com o objetivo de priorizar a saúde primária do corpo funcional. Na Corregedoria, foram realizados 167 atendimentos durante a ação.

As ações são coordenadas pelo Núcleo de Gestão Socioambiental e Diretoria de Recursos Humanos (Coordenadoria Médica). Nesta edição, o Serviço Odontológico do TJMA participou da Ação destinando toda a agenda do dia para atendimento aos servidores e terceirizados da CGJ. Pela iniciativa, já foram contemplados com os serviços magistrados e servidores de diversas comarcas do interior e da capital.



MEDALHAS | Personalidades indicadas pelo corregedor-geral recebem homenagem no TJMA

durante a sessão solene de comemoração aos 206 anos de instalação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), personalidades foram homenageadas com a Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo, pelos relevantes serviços prestados à Justiça. Indicados pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, foram congratulados com a comenda o comandante do 24º BIS, Batalhão de Infantaria de Selva do Exército Brasileiro, Tenente Coronel Luciano Freitas e Sousa Filho; a presidente da Cooperativa de Reciclagem de São Luís, Maria José Castro; e o comandante da Polícia Militar do Maranhão, coronel Ismael de Souza Fonseca – indicado pelo presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, subscrito pelo corregedor-geral.

O corregedor-geral justificou a indicação em razão dos relevantes serviços firmadas por meio das instituições ligadas aos homenageados com o Poder Judiciário, que resultam em benefícios a toda a sociedade. Tanto o 24º BIS quanto a Polícia Militar do Maranhão mantém parcerias com o Judiciário, inclusive com a disponibilização de militares para contribuir com o trabalho de digitalização de processos físicos no Fórum de São Luís.

1.4. DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO

MATOPIBA | Participantes debatem governança responsável da terra durante 4ª Reunião do Fórum dos Corregedores Gerais



Durante a 4ª Reunião do Fórum Fundiário dos Corregedores Gerais da Região Matopiba, realizado na capital Palmas (TO), autoridades apresentaram painéis pontuando temas relacionados à governança responsável na Terra e projetos bem-sucedidos na área de regularização fundiária. A juíza da 2ª Vara Cível de São José de Ribamar (MA), Ticiany Gedeon Maciel, falou sobre o projeto “Passando a Limpo: reescrevendo a história dos registros imobiliários em São José de Ribamar”, que otimizou o serviço de emissão de registros de imóveis na comarca.

A magistrada explicou a situação que encontrou ao assumir a unidade judicial em 2012 no cartório de imóveis de Ribamar, com nulidades formais e materiais, que resultavam em prejuízos econômicos e sociais, além dos danos pessoais que sofriam as famílias aguardando a resolução de questões.

O evento reuniu representantes das Corregedorias da Justiça do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. A solenidade foi aberta pelo presidente do Fórum Fundiário e corregedor-geral da Justiça do Piauí, desembargador Hilo de Almeida Souza, com a participação do presidente do TJTO, desembargador Helvécio Maia; do corregedor das comarcas do interior da Bahia, desembargador Emílio Salomão Resedá e da juíza e diretora do Fórum de São Luís, Diva Maria de Barros Mendes, representando o corregedor-geral de Justiça do Maranhão, desembargador Marcelo Carvalho Silva.

Ao final do encontro, os participantes assinaram a Carta de Palmas, contendo os compromissos assumidos, que visam a reafirmar políticas de Governança Responsável da Terra.

1.4. DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO

DEZEMBRO

NATAL SOLIDÁRIO | CGJ doa 162 bicicletas a instituições filantrópicas de caráter assistencial

Quinze instituições filantrópicas receberam 162 bicicletas doadas pelo Judiciário maranhense. A entrega foi realizada durante a confraternização natalina do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). A doação está fundamentada no que dispõe o Manual de bens Apreendidos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e as instituições beneficiadas foram contempladas no Processo 27863/2019 da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão.

O termo de doação dos objetos apreendidos em procedimentos judiciais foi assinado durante a cerimônia pelo juiz auxiliar da Corregedoria, Raimundo Moraes Bogéa; a diretora do Fórum, juíza Diva Maria de Barros Mendes; a secretária do Depósito Público, Ediliane de Araújo; e os representantes das instituições beneficiadas. Raimundo Bogéa explicou que as bicicletas serão entregues às entidades no Depósito Público, localizado no Parque Pindorama.

CIDADANIA | DPE-MA ganha novas instalações no Fórum de São Luís para atendimento ao público

Inaugurado o novo espaço da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE-MA), no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). O local é destinado ao Núcleo Especializado em Saúde, Idoso e Pessoa com Deficiência e o atendimento do público em geral para acompanhamento dos processos judiciais. Em média, 33 defensores, com equipe de assessores e estagiários, atendem nas dependências do Fórum.

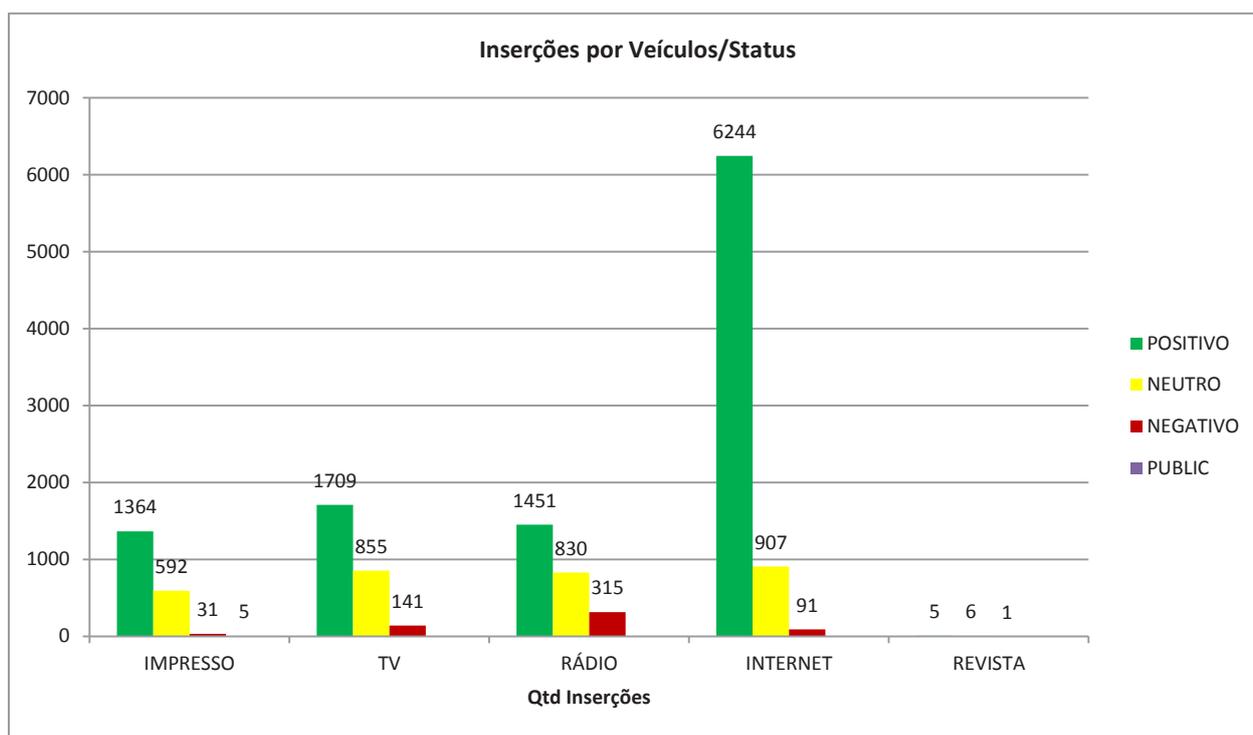
Com 91 m², a nova sala, a quarta da DPE no Fórum de São Luís, destaca-se pela acessibilidade, pois está localizada no andar térreo do prédio. A estrutura conta com recepção com 28 assentos e mais cinco baias destinadas ao primeiro atendimento do cidadão que busca o órgão, 12 estações de trabalho, uma sala para trabalho do defensor público, além de uma copa. Todos os móveis foram confeccionados por detentos, por meio de parceria com a Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (SEAP), gerando economia de cerca de R\$ 9 mil, quase a metade do preço cobrado no mercado.



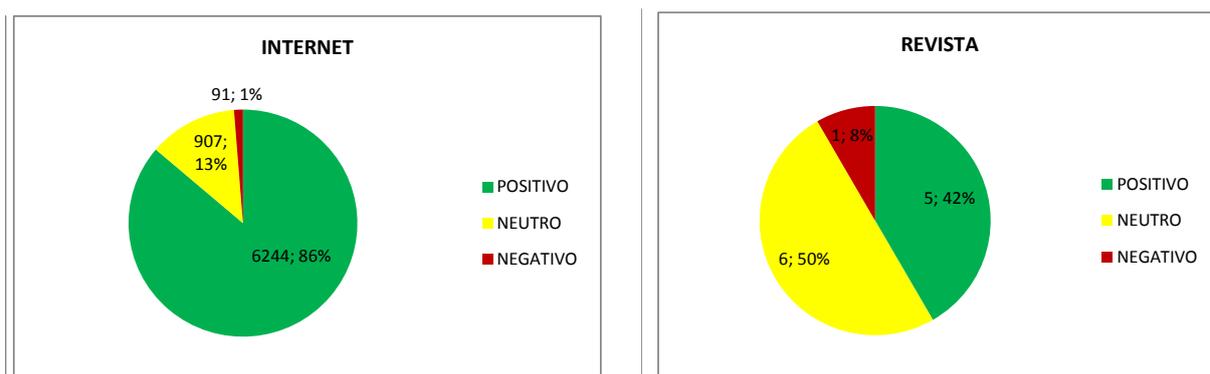
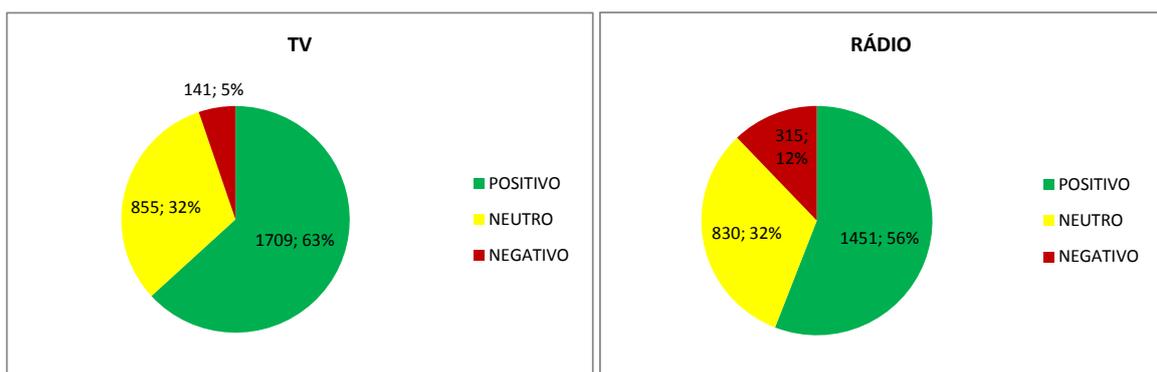
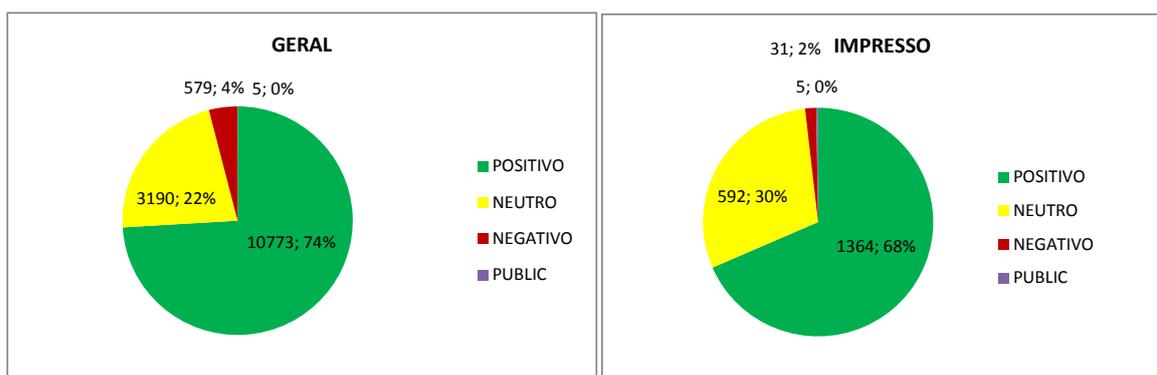
1.5. RELATÓRIO DE MÍDIAS - ASCOM DA CGJ

Análise quantitativa nos veículos de comunicação no período de 01.01.2019 até 31.12.2019.

MÍDIA	IMPRESSO	TV	RÁDIO	INTERNET	REVISTA	TOTAL
POSITIVO	1364	1709	1451	6244	5	10773
NEUTRO	592	855	830	907	6	3190
NEGATIVO	31	141	315	91	1	579
PUBLIC	5					5
TOTAL	1992	2705	2596	7242	12	14547



1.5. RELATÓRIO DE MÍDIAS - ASCOM DA CGJ



* Dados CI-Comunicação.

1.6. PROJETOS ESPECIAIS

1.6.1 Casamentos Comunitários

Em 2019, a Corregedoria Geral da Justiça deu continuidade a um dos principais projetos do Judiciário maranhense, apoiando a realização de dezenas de cerimônias por comarcas de todo o Estado, organizadas pelos juízes e servidores, com o apoio de prefeituras, empresas, sociedade civil e juízes de outras comarcas.

No dia 9 de novembro de 2019, mais de 100 voluntários e 40 juízes de direito participaram, no Centro de Convenções da Universidade Federal do Maranhão, da 21ª edição do Casamento Comunitário de São Luís, que reuniu quase mil casais da capital.

Realizado desde 1998 pelo Poder Judiciário do Maranhão, o projeto Casamentos Comunitários promove dezenas de cerimônias de casamento comunitário todos os anos em cidades de todo o Maranhão.



GRAJAU



GOV. NUNES FREIRE



IGARAPE GRANDE



HUMBERTO DE CAMPOS



BARREIRINHAS



ALCANTARA



ARARI



CURURUPU



PASTOS BONS



SÃO LUIS



SÃO LUIS

1.6. PROJETOS ESPECIAIS

1.6.2 Declare Seu Amor

Em 2019, a Corregedoria Geral da Justiça abraçou a campanha Declare Seu Amor, com o fim de levar informações e incentivar servidores e contribuintes em geral a direcionarem parte do imposto de renda para os fundos da Criança e do Adolescente, que financiam projetos sociais em benefício de crianças e adolescentes.

A Campanha foi levada a diversas comarcas do Estado e a instituições da sociedade civil, buscando estimular a participação dos contribuintes e elevar os valores destinados a projetos na área da infância e juventude.

Uma equipe de servidores da Corregedoria foi designada para visitar os fóruns do interior, levando informações e convidando servidores e magistrados a contribuírem com a campanha. A iniciativa foi originalmente lançada pela Corregedoria Geral da Justiça de Rondônia.



Caxias



Timon



Carolina



Rosário



Balsas



Humberto de Campos



Balsas



Estreito

1.6. PROJETOS ESPECIAIS

1.6.3 Postos Avançados de Registro Civil

Com o objetivo de contribuir com o combate ao sub-registro no Estado do Maranhão, uma das prioridades de gestão apontadas pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, ao assumir o cargo em dezembro de 2017, foi editado pela Corregedoria o Provimento N° 18/2018, que estabeleceu a obrigatoriedade de instalação de postos avançados de registro civil em todos os municípios do Estado do Maranhão em que exista estabelecimento de saúde que realize a partir de 300 partos/ano.

Em 2019, diversos postos avançados foram instalados em maternidades do interior do Estado, por meio da atuação dos cartórios extrajudiciais em parceria com prefeituras e a Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP).



Pinheiro



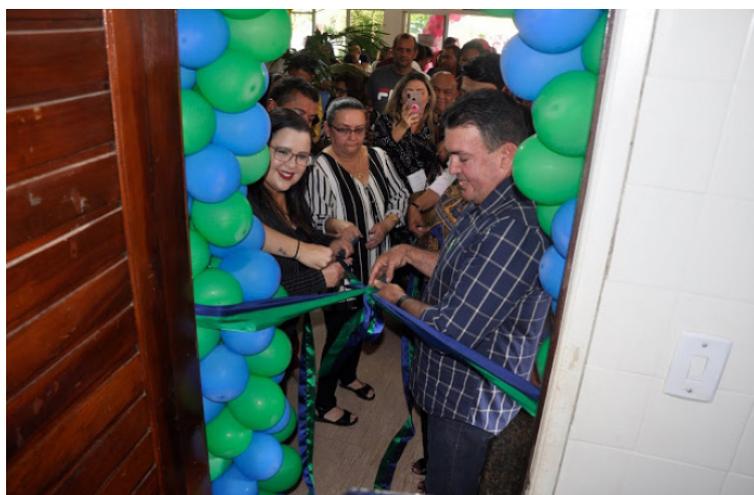
Açailândia



Viana



Igarape Grande



Posto de Registro Civil da Maternidade de Bacabal



FÓRUM DE
SÃO LUÍS

APRESENTAÇÃO

O presente relatório de gestão tem por objetivo demonstrar à Diretoria do Fórum, Corregedoria Geral da Justiça, Tribunal de Justiça do Maranhão e demais interessados, as atividades desenvolvidas durante o ano de 2019 pela Coordenação Administrativa do Fórum Desembargador Sarney Costa, considerando o princípio da publicidade dos atos públicos.

O Fórum desembargador Sarney Costa funciona atualmente em um prédio de 53.139,25m² de área construída, onde são instaladas 62 (sessenta e duas) unidades jurisdicionais e 41 (quarenta e uma) unidades administrativas que recebem uma média de 6.000 (seis mil) pessoas diariamente.

A Coordenação Administrativa atua no atendimento das diversas demandas dos setores do Fórum, tendo em sua estrutura organizacional alguns setores diretamente subordinados, quais sejam: Divisão Médica e Odontológica, Divisão de Material e Patrimônio, Divisão de Informática, Divisão de Biblioteca, Laboratório Forense de Biologia Molecular, Divisão de Serviços Gerais, Divisão de Serviço Psicossocial e Divisão de Arquivo.

Dentre as principais demandas da Coordenação Administrativa evidenciamos a gestão administrativa e predial do Fórum, atuando no sentido de garantir o bom funcionamento dos setores supracitados e proporcionando aos magistrados, servidores e jurisdicionados condições satisfatórias para o bom desempenho de suas funções.

1. FORÇA DE TRABALHO

A força de trabalho da Coordenação Administrativa do Fórum é composta de 11 servidores distribuídos nos seguintes cargos: 01 Analista Judiciário, 03 Técnicos Judiciários e 07 Auxiliares Judiciários, destes, 04 telefonistas e 01 cargo comissionado.

QUADRO DE SERVIDORES

SERVIDORES	MAT.	CARGO	FUNÇÃO	SIMBOLOGIA
Maria Nery Paiva	189365	Comissionado	Coordenador Administrativo	CDAS- 002
Claudionor Lopes de Santana	137703	Analista Judiciário Administrador		
Clélea de Oliveira Calvet	104000	Técnico Judiciário		
Rachel Belfort Salgueiro Marão	105569	Técnico Judiciário		
Rosyane Viana Machado	133223	Técnico Judiciário		
Célia Cristina Costa Pinto	105296	Auxiliar Judiciário Telefonista		
Islene Prado Monteiro Martins	138693	Auxiliar Judiciário Telefonista		
Josélia Maria Luna Pereira	137596	Auxiliar Judiciário Telefonista		
Lília Campelo Brito Câmara	103069	Auxiliar Judiciário Telefonista		
Rafaela de Araújo Duarte	174250	Auxiliar Judiciário	Função Gratificada	FG 01 Setor de Protocolo
Teones Campelo da Cruz	100040	Auxiliar Judiciário Motorista		

2. GERENCIAMENTO DE CONTRATOS

Existem atualmente sob gerenciamento da Coordenação Administrativa do Fórum 06 (seis) contratos administrativos (Termos de Permissão de Uso, Contratos de Concessão de Uso, Termo de Cooperação Técnica),

conforme quadro abaixo, sendo os valores decorrentes destes contratos destinados ao Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Judiciário (FERJ). Estes contratos foram celebrados conforme Ato da Presidência - GP 522013 e Portaria 1221/2013 da Diretoria do Fórum de São Luís.

QUADRO GERAL DE CONTRATOS

Nº CONTRATO	OBJETO	STATUS
TPU 07/20013	Permissão de uso de área a título precário e oneroso. E.G. Cutrim - Livraria do advogado.	Vigente
TPU 01/2013	Permissão de uso de área a título precário e oneroso. Coomamp.	Vigente
CCU 02/2017	Permissão de uso de área a título precário e oneroso. Dias Alimentos	Vigente
Serviços 164/2016	Serviço continuado de manutenção preventiva e corretiva em bebedouros	Vigente
Termo de Cooperação Técnica 24/2017	Serviços de Taxi - Cooperativa Radiomóvel dos Condutores Autônomos e Taxistas do Maranhão	Vigente
TPU 05/2019	C. A. Sousa Eireli - Verding Machine	Vigente

ARRECADAÇÃO DOS CONTRATOS - TERMOS DE PERMISSÃO DE USO ANO 2018

PERMISSIONÁRIO	Nº TPU	VALOR ARRECADADO
SICRED COOMAMP	01/2013	R\$ 25.599,88
DIAS ALIMENTOS	04/2017	R\$ 71.923,89
E. G. CUTRIM	07/2013	R\$ 21.066,54
C. A. SOUSA EIRELI	05/2019	R\$ 2.100,00
TOTAL 2018		R\$ 120.690,31

DATA BASE: 06/12/2019

3. PLANTÃO FORENSE E EVENTOS REALIZADOS EM 2019

A Coordenação Administrativa do Fórum de São Luís é o setor responsável pela elaboração das tabelas semanais do plantão forense da Comarca da Ilha de São Luís, no ano de 2019 foram elaboradas 57 tabelas e dado suporte para realização de 174 casamentos oriundos das 05 serventias extrajudiciais de registro civil das pessoas naturais da comarca de São Luís e 260 eventos entre seminários, palestras, exposições artísticas, simpósios e treinamentos nas dependências dos 02 auditórios, nos 04 salões de casamentos, salão ecumênico e na galeria de exposição. As informações contidas nas tabelas do Plantão Forense são a respeito de magistrados, secretários judiciais, oficiais de justiça, promotores, defensores públicos, cartórios, motoristas, e apoio de informática que se encontrem de plantão em determinadas semanas do mês.

A Coordenação Administrativa presta apoio logístico em todos os eventos do Tribunal de Justiça do Maranhão, da Corregedoria e da Esmam realizados no Fórum.

MESES	Ano 2018 Tabelas Plantões	Ano 2018 Casamentos	Eventos diversos	Total
JANEIRO	05	11	03	19
FEVEREIRO	04	16	09	29
MARÇO	05	15	19	39
ABRIL	05	12	13	30
MAIO	05	17	25	47
JUNHO	04	14	16	34
JULHO	04	16	16	36

AGOSTO	05	16	38	59
SETEMBRO	04	14	23	41
OUTUBRO	05	15	47	67
NOVEMBRO	04	16	26	46
DEZEMBRO	07	12	14	33
Total Geral	57	174	260	480

4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ANO DE 2018

JANEIRO

Apesar de não haver nenhuma divulgação massiva, iniciamos a campanha “Plante Amor”, onde magistrados e servidores tiveram participação decisiva com a doação de mudas e jarros para ornamentação dos corredores e jardins do Fórum.

MARÇO

Dia da Mulher - com ações de beleza e de qualidade de vida para magistradas, servidoras, funcionárias terceirizadas, estagiárias e demais profissionais que atuam no Fórum de São Luís, a Diretoria do órgão promoveu, em março, atividades comemorativas do Dia Internacional da Mulher (08 de março).

MAIO

Fórum recebeu donativos da ARPEN para a Casa da Criança - a Associação dos Registradores Civis de Pessoas Naturais do Maranhão (ARPEN-MA) entregou à Diretoria do Fórum de São Luís, em maio, donativos para a Campanha Páscoa Solidária, de iniciativa da Fundação da Cidadania e Justiça e da Casa da Criança Menino Jesus do TJMA. O Fórum Des. Sarney Costa foi um dos postos de coleta da campanha deflagrada no último dia 15 de abril.

Dia das Mães - magistradas, servidoras e funcionárias terceirizadas do Fórum Des. Sarney Costa foram surpreendidas com homenagens dos filhos, durante a festa comemorativa do Dia das Mães, promovida pela Diretoria do Fórum, no dia 10 de maio, no auditório Des. Madalena Serejo. Durante o evento, o psicólogo da 1ª Vara da Mulher de São Luís, Raimundo Ferreira, ministrou a palestra “Como ser uma mãe mais feliz”. Ainda como parte da programação, houve sorteio de brindes para as homenageadas que ganharam também sessões de maquiagem, limpeza de pele, massagem e outros cuidados com a estética facial, com as consultoras das empresas parceiras do evento.

JULHO

Campanha de incentivo à leitura - em julho, a Diretoria, por meio da Biblioteca, promoveu a Campanha “Esqueça um livro e espalhe conhecimento”, na Galeria de Arte, com o objetivo de estimular as pessoas a deixarem livros que já tenham lido, para que outras pessoas possam ler e, assim, compartilhar conhecimento. Foi o terceiro ano consecutivo que a Biblioteca Des. Juvenil Amorim Ewerton (Fórum de São Luís) aderiu ao Dia Nacional do Esqueça um Livro (25 de julho), promovendo a campanha durante uma semana.

Nessa edição, foi montado um espaço de leitura, na Galeria de Artes do Fórum (hall), com poltronas e uma estante com livros para que os usuários possam ler no local ou levar um título para casa. O espaço foi ambientalizado para receber crianças, disponibilizando obras de literatura infantil. As pessoas também podem doar livros no local. Fórum foi posto de coleta de Campanhas de doações - o Fórum Des. Sarney Costa manteve um ponto de coleta da campanha “Justiça com a melhor idade”, para arrecadação de donativos destinados a idosos residentes em asilos de São Luís, uma iniciativa do Tribunal de Justiça, em parceria com a AMMA e com o movimento “Magistratura em Ação”, que auxilia projetos sociais existentes em São Luís, por meio da distribuição de donativos. O movimento foi lançado em 2019 e beneficiou também o Hospital Aldenora Bello, que presta atendimento a pacientes com câncer; O Instituto “Dignidade Humana e Solidariedade” (HUMASOL) - coordenado pelo juiz Júlio Praseres - que atende familiares de pacientes internados na UTI do Hospital Socorrão II; e o Asilo de Mendicidade - Lar do Idoso, no Jardim São Francisco.

AGOSTO

Dia dos Pais - Com um café da manhã e a palestra “O impacto de um pai na vida do filho”, ministrada pelo psicólogo Raimundo Ferreira (1ª Vara da Mulher de São Luís), foi comemorado, em 09 de agosto, o Dia dos Pais, no Fórum Des. Sarney Costa. O evento, promovido pela Diretoria do Fórum, ocorreu no Auditório Des. Madalena Serejo, reunindo servidores e funcionários terceirizados.

SETEMBRO

Fórum ganha viatura da PM - o comandante da Polícia Militar do Maranhão, coronel Ismael de Sousa Fonseca, entregou em setembro, à diretora do Fórum Des. Sarney Costa, juíza Diva Maria de Barros Mendes, uma nova viatura. O veículo atenderá à Central de Mandados da Comarca da Ilha de São Luís, nos casos de cumprimento de mandados de prisão civil, e também servirá para outras diligências requeridas pelos magistrados, que necessitem da presença da força policial.

A viatura foi solicitada à Polícia Militar pela diretora do Fórum e pelo juiz Marcelo Oka, coordenador da Central. O novo veículo substitui a viatura que estava sendo utilizada no Fórum de São Luís a cerca de 10 anos.

Entidades sociais são selecionadas para recebimento de doação - em setembro a Diretoria do Fórum de São Luís homologou a divulgação do resultado da seleção de entidades interessadas no recebimento de doação dos objetos e bens apreendidos em procedimentos criminais, nas unidades do Fórum. Foram selecionadas 66 entidades situadas em São Luís para o recebimento das doações.

As inscrições foram realizadas entre agosto e setembro de 2018. Participaram da seleção, conforme previa o edital, instituições assistenciais públicas ou privadas, com sede em São Luís-MA, e que desenvolviam ações continuadas de caráter social nas áreas da assistência social, educação, saúde, esporte, lazer, cultura, meio ambiente e entidades que oferecem cursos profissionalizantes. O cadastramento e seleção das instituições seguem as orientações do Manual de Bens Apreendidos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Novas instalações do 1º Centro de Solução de Conflitos de São Luís - o TJMA inaugurou, no dia 16 de setembro, as novas instalações do 1º CEJUSC, instalado no piso térreo do Fórum. A unidade disponibiliza serviços jurídicos, de informação e orientação aos cidadãos, incentivando a solução de demandas - processuais e pré-processuais - por meio da conciliação e da mediação.

Participaram da cerimônia os desembargadores José Joaquim Figueiredo (presidente do TJ), Lourival Serejo (vice-presidente do TJMA), Marcelo Carvalho Silva (corregedor-geral da Justiça), a juíza Diva Maria de Barros Mendes (diretora do Fórum) e o promotor de Justiça Paulo Pereira dos Santos (Promotoria do Consumidor), representando o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins.

Com as novas instalações, o Centro de Solução de Conflitos passou a oferecer mais conforto e comodidade à sociedade. Além de sete amplas salas de conciliação, banheiros (adaptados para pessoas com deficiência), copa e recepção, o órgão recebeu investimentos na área de tecnologia, possibilitando a solução de conflitos com o auxílio de serviços de videoconferência, hotline e plataforma digital, além de outros serviços agregados (Expressinho da Cemar, Conciliação do Procon e Defensoria do Consumidor). Antes, o Centro funcionava em espaço no Forinho.

Central de Digitalização - o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, formalizaram, no dia 09 de setembro, a instalação da Central de Digitalização de Processos do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), para digitalização e migração de processos físicos para o sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), no qual passarão a tramitar eletronicamente.

A solenidade teve a participação do vice-presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo; do presidente do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, desembargador José Luiz Almeida; da diretora do Fórum de São Luís, juíza Diva Maria de Barros Mendes; do corregedor da Procuradoria-Geral da Justiça, procurador Eduardo Nicolau Heluy; do defensor público geral do Estado, Alberto Pessoa Bastos; do desembargador João Santana; do comandante da PMMA, Coronel Ismael de Sousa, entre outras autoridades, juízes e diretores do TJMA e da CGJ.

A implantação da Central objetiva dar continuidade ao processo de modernização do Poder Judiciário, por meio da digitalização de processos físicos e sua migração do sistema Themis PG3 ao Processo Judicial Eletrônico (PJe), transformando o acervo físico em digital, para que passem a tramitar de forma exclusivamente eletrônica, agilizando o acesso e consulta a juízes, servidores e partes.

Dez recuperandas do regime semiaberto da Unidade Prisional Feminina de São Luís (UPFem) estão trabalhando desde novembro na Central de Digitalização de Processos do Fórum Des. Sarney Costa. A cessão de mão de obra integra um convênio de cooperação firmado entre o Poder Judiciário do Maranhão e o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP). As internas trabalham de

segunda a sexta-feira, retornando sempre no final do dia à unidade. Elas passaram por avaliação da equipe multidisciplinar da Secretaria e vão permanecer da central até a conclusão do trabalho de digitalização dos processos físicos. As recuperandas trabalham junto com os 10 policiais que estão atuando na Central, por meio do Termo de Cooperação Técnica assinado entre o TJMA e a Polícia Militar do Maranhão. As internas fazem a higienização, os policiais a digitalização e os servidores do Judiciário a migração para o sistema de Processo Judicial Eletrônico (Pje).

OUTUBRO

Laboratório de DNA - a empresa certificadora inglesa BSI (*British Standards Institution*) manteve a certificação ISO 9001:2015 do Laboratório de Biologia Molecular do Fórum Des. Sarney Costa, após auditoria realizada nos dias 30 e 31 de outubro, para avaliar se os procedimentos e adequações da unidade laboratorial estão de acordo com as normas estabelecidas. O selo, aplicado mundialmente, atesta a excelência técnica e a segurança nos resultados dos exames de DNA realizados pelo laboratório, único do Brasil na modalidade forense a adequar-se às normas internacionais de gestão da qualidade. o Laboratório Forense realiza exames de DNA para fins processuais, requisitados por juízes de comarcas da capital e do interior. Além dos processos de investigação de paternidade, das Varas de Família, o exame pode ser feito por determinação de juiz criminal, para identificação de suspeitos e indiciados em crimes de estupro e casos de incesto, ambos seguidos de gravidez. Já em relação à Vara da Infância e Juventude, o teste de DNA é solicitado, por exemplo, em crimes de abuso sexual de menores, seguido de gravidez. A equipe técnica do laboratório é formada por analistas especialistas em Biologia Molecular e mestres em áreas afins

Também em outubro o Laboratório de DNA ganhou um novo sequenciador, de última geração. O equipamento foi entregue pelo presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, acompanhado do corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva. O novo sequenciador (ABI 3500) é usado nos mais modernos laboratórios nacionais e internacionais, inclusive pela FBI. Ele consegue analisar o dobro de amostras que o anterior, processando até 192 amostras por dia.

Novos veículos - em outubro o Fórum Des. Sarney Costa ganhou cinco novos veículos que forma integrados à frota do Setor de Transportes do órgão. Os carros foram adquiridos pelo TJMA, atendendo à solicitação da Diretoria do Fórum. Os carros estão atendendo às demandas das unidades judiciárias e administrativas do órgão, que necessitam realizar tarefas externas. Não havia renovação da frota há quase 10 anos.

NOVEMBRO

Servidor Empreendedor - no final de novembro, a Diretoria, por meio do Fórum Cultural, realizou no hall do prédio, próximo à Galeria e Arte (térreo), a Mostra do Servidor Empreendedor do Judiciário Maranhense, com 10 expositores de produtos de gastronomia, artesanato, papelaria, moda em geral e cosméticos. O objetivo foi compartilhar as aptidões dos servidores fora do ambiente de trabalho. Muitos servidores aproveitaram a Mostra do Empreendedor para lançar suas marcas, divulgando seus produtos, com vistas a alavancar seus negócios ou dar aquele pontapé inicial.

Ao longo do ano de 2019, também foram realizadas, no hall do Fórum, edições da Feirinha de Artesanato, com a participação de artesãos de São Luís.

Exposição de arte - o artista plástico Lucas Luciano, que pinta com os pés e boca, foi um dos artistas que integraram a agenda de exposições da Galeria de Arte do Fórum de São Luís no ano de 2019. Em novembro ele esteve em cartaz no espaço de arte com 25 telas, com temáticas diversas, nas técnicas de acrílico e óleo sobre tela.

A Galeria de Arte também sediou, no mês de junho, o projeto "Ler & Conhecer", de valorização da literatura infanto-juvenil, com a exposição de obras de 12 escritores maranhense. O servidor do TJMA, João Rubens, foi um dos escritores com obras na exposição.

Ações de saúde - a Divisão Médica do Fórum promoveu em 2019, com o apoio da Diretoria e da Coordenação Administrativa do órgão, várias ações voltadas para a qualidade de vida e saúde de magistrados e servidores. Em novembro e outubro realizou Circuito de Saúde, com atividades direcionadas aos aniversariantes desses meses, para incentivá-los a realizarem a avaliação anual de saúde. É que avaliação obrigatória que é feita sempre no mês de aniversário do magistrado ou servidor, conforme a Portaria GP nº. 9662017. Durante o Circuito de Saúde foram oferecidos serviços de aferição de pressão arterial, teste de glicemia, avaliação de circunferência abdominal, altura, avaliação de bioimpedância com adipômetro e tipagem sanguínea.

A unidade também apoiou as atividades do "Setembro Amarelo", mês de conscientização sobre a prevenção do suicídio, com a realização de palestras referentes ao tema, no Auditório Des. Madalena Serejo (Fórum). A iniciativa é da Comissão de Qualidade de Vida do Tribunal de Justiça do Maranhão, contou com a parceria com

a Divisão Médica e Odontológica do Fórum, Divisão Psicossocial e Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMT/TJMA). O psicólogo Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues (analista Judiciário - UMF) abordou o tema “Acolhimento para a prevenção do suicídio” e psicóloga Tatiana Carvalho (analista Judiciário - Divisão Psicossocial do TJ) ministrou a palestra “O sentido da vida na prevenção do suicídio”.

Em 2019 o setor promoveu, ainda, campanhas de vacinação disponibilizando vacinas contra a febre amarela, tríplice viral, hepatite B, influenza(gripe), difteria e tétano. O público dessas campanhas são servidores, terceirizados, magistrados e dependentes.

Outra importante campanha promovida pela Divisão Médica, durante dois dias, em agosto, no Fórum cadastrou 95 pessoas no Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea (REDOME). A iniciativa foi uma parceria com o Hemomar (Centro de Hematologia e Hemoterapia do Maranhão). O Brasil é o terceiro maior banco de dados de doadores do mundo. O Maranhão é um dos estados do Nordeste com menor representatividade no cadastro.

Outra iniciativa da Diretoria do Fórum, por meio da Divisão Médica, foi a Campanha “ Maio Vermelho” de combate à hepatite, encerrada no Fórum com a palestra sobre hepatites virais, ministrada pela médica hepatologista e gastroenterologista do Hospital Universitário Presidente Dutra, Ana Leatrice Sampaio. Houve também testagem rápida dos tipos B e C da doença.

Em maio, Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial (dia 29), a Divisão Médica promoveu, no hall do prédio, atividades de prevenção e combate à doença. Além de ações educativas de saúde e qualidade de vida, foram realizados testes de glicemia (para idosos e pessoas diabéticas) e aferição de pressão arterial. A iniciativa é uma parceria com a Faculdade de Enfermagem UNInassal. Com a proximidade do período carnavalesco, a Divisão Médica promoveu uma campanha de prevenção contra as doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e HIV/Aids com a distribuição de preservativos gratuitos, disponibilizados, para o público interno e externo, no hall do fórum e locais estratégicos do prédio, como por exemplo, próximo aos elevadores.

DEZEMBRO

Confraternização natalina – no ano de 2019 a festa natalina do Fórum Des. Sarney Costa foi realizada de uma forma diferente: com doações. Quinze instituições filantrópicas receberam 162 bicicletas doadas pelo Judiciário maranhense. A entrega foi realizada durante a confraternização do Fórum, no dia 16 de dezembro, no auditório Madalena Serejo. A doação, fundamentada no que dispõe o Manual de bens Apreendidos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), beneficiou instituições contempladas no Processo 27863/2019 da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão.

O termo de doação dos objetos apreendidos em procedimentos judiciais foi assinado durante a cerimônia pelo juiz auxiliar da Corregedoria, Raimundo Moraes Bogéa; a diretora do Fórum, juíza Diva Maria de Barros Mendes; a secretária do Depósito Público, Ediliane de Araújo; e os representantes das instituições beneficiadas.

Participaram da confraternização magistrados, servidores e funcionários terceirizados. O evento foi aberto pela Banda de Música do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão e, em seguida, houve a apresentação do Coral do Grupo de Memória da ABRAZ-MA (Associação Brasileira de Alzheimer), formado por idosos entre 60 e 93 anos de idade.

No mês de dezembro a Diretoria do Fórum de São Luís também realizou confraternização dos magistrados, com um café da manhã, na Sala de Vivência do órgão, no dia 06. A diretora Diva Maria de Barros Mendes agradeceu a presença de todos e disse que aquele era um momento de confraternização e de comemoração por mais um ano de trabalho; de encerrar um ciclo e renovar as energias para 2020; de promover o congraçamento e agradecer pelo ano de 2019; e dividir com todos as conquistas alcançadas. Novas instalações da Defensoria Pública no Fórum – no dia 17 de dezembro foi inaugurado o novo espaço de Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE-MA), no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). O local é destinado ao Núcleo Especializado em Saúde, Idoso e Pessoa com Deficiência e o atendimento do público em geral para acompanhamento dos processos judiciais. Em média, 33 defensores, com equipe de assessores e estagiários, atendem nas dependências do Fórum.

Com 91m2, a nova sala, a quarta da DPE no Fórum de São Luís, destaca-se pela acessibilidade, pois está localizada no andar térreo do prédio. A estrutura conta com recepção com 28 assentos e mais cinco baias destinadas ao primeiro atendimento do cidadão que busca o órgão, 12 estações de trabalho, uma sala para trabalho do defensor público, além de uma copa. Todos os móveis foram confeccionados por detentos, por meio de parceria com a Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (SEAP), gerando economia de cerca de R\$ 9 mil, quase a metade do preço cobrado no mercado.

A solenidade contou com a presença do corregedor geral de Justiça, desembargador Marcelo Carvalho; defensor público-geral, Alberto Pessoa Bastos; da diretora do Fórum, juíza Diva Maria de Barros Mendes;

do presidente da OAB-MA, Thiago Diaz; do diretor da Escola Superior do Ministério Público, promotor de Justiça Márcio Tadeu Marques; do corregedor-geral e a ouvidora geral da DPE-MA, José Augusto Gabina e Márcia Maia; do secretário municipal de Representação Parlamentar, Raimundo Nonato Silva Júnior; e do coordenador do Núcleo Especializado em Saúde, Idoso e Pessoa com Deficiência, defensor Cosmo Sobral. Presentes também Enedileide Rabelo, representante da Agência Executiva Metropolitana do Maranhão (AGEM); Aécio Moura, da Associação dos Defensores Públicos; e a secretária-adjunta de Atendimento e Humanização Penitenciária (SEAP), Kely Cristina Carvalho. O evento contou com a presença de defensores e servidores da DPE.

Em 2019 a DPE-MA ganhou outro espaço no Fórum de São Luís: uma sala localizada no segundo piso do Forinho, com 36m², climatizada, 21 estações de trabalho equipadas com computadores e impressora e rede de internet livre, utilizada para peticionamento das ações judiciais pelos defensores públicos, inaugurada dia 13 de maio. Já dispunha também de outra sala para o atendimento ao público, que foi mantida.

14. SETORES SUBORDINADOS A COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

14.1 BIBLIOTECA DO FÓRUM

Realizamos no mês de janeiro do ano corrente, em atenção à orientação repassada pela Diretoria deste Fórum, adequação às normas que traçam orientações acerca da acessibilidade dos deficientes às instituições (NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos). Neste sentido, promoveu o rebaixamento de uma prateleira de cada estante principal do acervo.

Após essa adequação fora realizado o Inventário do Acervo, durante o mês de Fevereiro/2019. Na citada atividade fora feito levantamento das obras que necessitaram ser reclassificadas, outras catalogadas, mudanças das etiquetas identificadoras da obra e retiradas do acervo, por motivo de desatualização e/ou obra danificada.

Ressaltamos que o Serviço de Empréstimo Domiciliar esteve suspenso até a data a conclusão desta atividade, e que o Serviço de Consulta Local de livros e demais itens informacionais estiveram em pleno funcionamento.

Evidenciamos que durante o ano, esta Divisão realizou pedidos de doação de livros junto às instituições públicas, a exemplo do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Senado Federal, Câmara dos Deputados além da instituição filantrópica Ministério Grão de Trigo.

As publicações doadas, em sua grande maioria, pelo STJ bem com o Ministério Grão de Trigo, possibilitaram a inclusão no acervo desta divisão de obras de cunho literário, dispondo-as na sala principal de leitura uma estante de acesso fácil e visível ao usuário (estratégia normalmente utilizada para despertar no usuário interesse pela leitura diversa e obras recentemente adquiridas).

Em termos de frequência diária de usuários à biblioteca, esta é motivada: pela leitura de jornais (O Estado do Maranhão, O Imparcial e o Jornal Pequeno), pela consulta aos livros do acervo, pela para solicitação de pesquisas jurídicas, levantamento bibliográfico, empréstimo e renovação dos materiais informacionais e bibliográficos disponíveis no acervo.

Diariamente selecionamos assuntos/matérias (Súmulas, Acórdãos, Decisões e demais informações direcionadas a sua demanda) que correspondam ao interesse das unidades judiciais, através dos sites jurídicos institucionais, a exemplo do Portal do Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça). Os sites supramencionados representam confiáveis e fidedignas fontes de informação jurídica.

Para tal atividade, selecionamos e enviamos via e-mail institucional à unidade correspondente a matéria informacional de interesse. Depois, elaboramos o DSI (Disseminação Seletiva da Informação) em forma de matéria em PDF para assim dispormos na Intranet deste Fórum.

Anualmente realizamos a Campanha “Esqueça um livro e espalhe conhecimento”, que faz referência ao Dia Nacional do Esqueça um Livro (25 de julho), o qual foi coordenado pela Bibliotecária Rita de Cássia Silva Barroso.

Neste ano, fora reservado e decorado um espaço de leitura, na Galeria de Artes do Fórum (hall), com poltronas e uma estante com livros para que os usuários pudessem realizar a leitura no local ou levar um título para casa.

O espaço foi adaptado de forma lúdica e criativa para receber crianças.

Salientamos que esta ação se intensificou no mês de julho em razão desta Biblioteca realizar a conscientização dos servidores em se tornarem também grandes incentivadores para formação de leitores, através da doação de livros.

Esta campanha consiste basicamente em esquecer um livro literário num local público, no caso aqui, nas dependências do Fórum, para que outro leitor tenha acesso e depois repasse a diante.

No Módulo Consultas Gerenciais e Estatísticas do Módulo Catalogação, observamos que no ano corrente

o mês que fora incorporado mais livros e demais materiais informacionais no SIABI compreende o mês de Julho/19 (com uma média de 40% a mais que os demais meses).

Quanto à estatística de Empréstimo e Renovação, podemos verificar através da imagem 4, por meio do Módulo Consultas Gerenciais e Estatísticas do Módulo Circulação, que nos meses de março e maio tivemos um percentual considerável de empréstimo domiciliar.

Quanto ao total de Empréstimos e Renovações tivemos um total de 938 (novecentos e trinta e oito), no período entre 07.01 a 03.12.19.

Diariamente são extraídas/recortadas dos seguintes jornais: O Estado do Maranhão, O Imparcial, Jornal Pequeno (assinatura vigente até nov. 2019). Tais recortes se relacionam com as matérias e notas jornalísticas que propagam informações a respeito das atividades e ações forenses e administrativas desenvolvidas no Fórum Des. Sarney Costa.

Os recortes são catalogados e arquivados para a consulta local conforme demanda solicitada.

14.2 DIVISÃO MÉDICA E ODONTOLÓGICA

A Divisão promove campanhas de vacinação contra Difteria e Tétano (Dt), Hepatite B, Tríplice viral (TV), Febre Amarela (FA) e Influenza. As campanhas têm como público alvos magistrados, servidores, dependentes, estagiários e terceirizados, onde o principal objetivo é reduzir o número de casos de infecção e consequentemente o índice de mortalidade, internações e complicações decorrentes desses males.

No ano de 2019 ocorreram duas campanhas de vacinação tendo como resultado um total de 606 doses aplicadas no primeiro evento e 663 pessoas vacinadas no segundo.

No ano-base de 2019 foram avaliadas 685 Licenças para tratamento de Saúde. As solicitações de licenças Saúde são recebidas pelo sistema Digdoc através de requisição com o assunto LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE – SERVIDOR DO FÓRUM DE SÃO LUÍS “

As consultas médicas eletivas são agendadas exclusivamente pelo sistema SALUS, onde o servidor tem acesso a escala com médico, dia e horário para agendamento.

A Divisão Médica promove diversas ações que tem como foco a conscientização para os cuidados e manutenção da saúde e a prevenção de doenças, onde podemos destacar:

28/05 - Palestra: Prevenção das Hepatites Virais. Ministrada pela Dra. Ana Leatrice de Oliveira Sampaio, Médica Gastro – Hepatologista. Ao final do evento foi realizada testagem rápida, exame de triagem para Hepatites B e C;

12/09 - Palestra: Prevenção do Suicídio – Setembro Amarelo

02 e 03/12 - Curso: trabalho não pode ser sinônimo de stress

14.3 DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

A Divisão de Material e Patrimônio do Fórum de São Luís, como o próprio nome revela é, dentro do organograma administrativo do Fórum da Capital, o setor responsável pelo suprimento das unidades judiciais e administrativas aqui instaladas no que se refere a materiais de consumo e bens patrimoniais.

Em se tratando de materiais de consumo, atualmente todas as operações de requisição e atendimento de materiais são feitas através do sistema informatizado E-Mat, através do qual temos pleno controle das movimentações de entrada, saída e mercadoria em estoque. O sistema nos permite também emitir diversos relatórios gerenciais, o que o torna uma importante ferramenta de gerenciamento de materiais de consumo.

As rotinas de atendimento estão bem definidas, sendo convencionado desde gestões anteriores dias específicos para atendimentos ordinários dos pedidos por competência das unidades, exceto os pedidos de água que são livres para todas as unidades todos os dias da semana:

- Segunda-feira: Setores administrativos, incluindo as secretarias da Contadoria, Distribuição, Partidoria/ Avaliação, Central de Mandados e Central de Inquéritos;
- Terça-feira: Varas Criminais e Turmas Recursais;
- Quarta-feira: Varas da Família e Juizados Especiais;
- Quinta-feira: Varas Cíveis;
- Sexta-feira: Varas da Fazenda Pública, Infância e Juventude, Interesses Difusos e Coletivos.

A equipe de trabalho é composta por 07 (sete) servidores do quadro funcional, dentre eles o chefe da divisão e 03 (três) carregadores terceirizados, todos comprometidos com o bom atendimento às unidades, buscando abastecê-las de forma rápida, racional e proporcional, mediante disponibilidade em estoque dos itens solicitados.

No tocante ao bens permanentes, a Divisão de Material e Patrimônio do FDSC busca identificar as demandas das unidades, por meio de visitas, recebimento de solicitações por e-mail, telefone ou sistema DIGIDOC, para

então proceder o pedido à Divisão de Administração Patrimonial (Situada no anexo administrativo do bairro da Alemanha), para que o atendimento seja feito no prazo de até 15 (quinze) dias.

O setor visa, da melhor maneira possível estabelecer um elo entre as unidades por nós atendidas e a Coordenadoria de Material e Patrimônio do TJ, através de um bom diálogo e cordialidade, justificando as necessidades e limitações de ambas as partes para que sejam tomadas as medidas necessárias ao bom funcionamento dos serviços judiciais.

INOVAÇÕES/MELHORIAS

- a) Realização do inventário patrimonial em todas as unidades administrativas e judiciais do Fórum;
 b) Liberação de acesso ao sistema E-Mat para que a Divisão de Material e Patrimônio do Fórum possa gerenciar e atender com maior autonomia as unidades aqui instaladas no que se refere à bens permanentes, sobretudo, mantendo atualizado o inventário patrimonial;

Observação: Antes esse acesso era restrito à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TJ, o que nos impedia de manter o controle patrimonial do Fórum.

- c) Contingenciamento de alguns itens no estoque físico do Fórum como cadeiras, mesas, armários, estantes, aparelhos telefônicos, bebedouros, cafeteiras, quadros brancos e flanelógrafos para pronto atendimento das demandas das unidades judiciais;

Observação: Sem esse estoque, muitas vezes tínhamos que aguardar mais de 15 dias para que fosse substituído um simples aparelho telefônico.

- d) Implementação da “Oficina de Pequenos Reparos”, com o apoio de servidores e terceirizados, objetivando práticas sustentáveis como a recuperação de cadeiras e armários, evitando o desperdício e gastos desnecessários.

A seguir temos algumas cadeiras que facilmente poderiam ser descartadas mas que depois e alguns reparos estão sendo perfeitamente utilizadas.

Com o advento do PJE somado à criação da Central de Digitalização, alguns arquivos deslizantes foram dispensados pelas unidades judiciais e para que não houvesse desperdício, a Divisão de Material e Patrimônio ousou em remontá-los (apesar de certa complexidade) e reaproveita-los para o armazenamento de materiais, evitando assim desperdício dessa valiosa mobília (avaliada em R\$ 75.000,00) e, oportunamente, otimizamos o espaço físico, possibilitando maior capacidade de armazenamento.

Tratando ainda da “oficina de pequenos reparos”, realizamos diversos serviços de montagens e desmontagens de móveis para atender desde demandas corriqueiras do até obras mais vultuosas, como por exemplo a reestruturação das turmas recursais e a implantação da Secretaria Digital Cível. Desmontagem dos móveis para reforma da unidade onde será implantada a secretaria digital cível.

- e) Reorganização dos depósitos para otimizar os espaços, facilitar os trabalhos diários e melhor acondicionar os produtos, possibilitando maior capacidade de armazenamento o recebimento de suprimentos em maior quantidade e direto dos fornecedores.

- f) Elaboração de Termos de Referência e abertura de processos para:

- Aquisição de materiais de limpeza e conservação exclusivo para o piso do Fórum de São Luís (Processo 42726/2018);
- Aquisição de colchões e roupas e cama para serem utilizados no alojamento dos militares (Processo 48668/2018).
- Contratação de empresa especializada na execução dos serviços de reforma das cadeiras e estofados em geral do Fórum, num total de 2.540 peças, o que representa uma economia aproximada aos 3 milhões de reais, levando-se em conta o valor pago pelas cadeiras há 07 anos (Processo 15556/2018).

DADOS QUANTITATIVOS

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Atendimento de requisições de material de consumo	10.188
Atendimento de requisições de material permanente	292
Inventários no estoque de materiais de consumo	02
Cadeiras recuperadas	2540
Armários recuperados na “Oficina de Pequenos Reparos”	19
Mesas recuperadas na “Oficina de Pequenos Reparos”	22
Montagens e adequações de móveis modulares	67
Inventário patrimonial do Fórum por setor	106

Observação Importante:

No ano de 2019 o setor conseguiu atender 100% das requisições de materiais de consumo, via sistema E-Mat, em até 01 (uma) hora do pedido, e ainda implementamos o rodízio de entrega de matérias nas unidades.

14.4 LABORATÓRIO FORENSE DE BIOLOGIA MOLECULAR

Com uma equipe de dez profissionais experientes e concursados, dentre os quais estão três analistas, especialistas em Biologia Molecular e mestres em áreas afins, tem como política “realizar exames de identificação humana para fins de paternidade/maternidade, requeridos pela Justiça Estadual do Maranhão, de forma ágil e segura, atendendo aos requisitos pertinentes com a melhoria contínua da prestação jurisdicional”

É o único laboratório de identificação humana dentro de um poder judiciário, no Brasil, já tendo também contribuído com a resolução de alguns casos criminais, dentre os quais se destacam os casos de incestos envolvendo meninas que tiveram filhos do próprio pai, repercutidos nacionalmente, casos de crianças roubadas e de estupro seguido de gravidez.

A experiência dos seus profissionais permite ainda a resolução de casos complexos, em todo o Estado, como os de reconstrução genética (quando o suposto pai é falecido e a investigação é feita a partir de seus parentes de primeiro grau) e de material oriundo de aborto, quando se pretende identificar os genitores do feto.

Desde 2013 mantém um sistema de gestão de qualidade, com o qual recebeu e vêm mantendo uma certificação ISO:9001, e, desde 2015 tem certificados de proficiência concedidos pelo PNCQ (Programa Nacional de Controle de Qualidade) e pela empresa Controllab (Controle de Qualidade para Laboratórios).

As metas definidas pelo Planejamento Estratégico para o laboratório foram:

- Meta 1: emitir 94% dos laudos de exames e DNA em 25 dias úteis- demais Comarcas.
- Meta 2: emitir 94% dos laudos de exames e DNA em 20 dias úteis- Varas da Capital.

Visando a satisfação do cliente, conforme a NBR ISO:9001, são realizadas dois tipos de pesquisa de satisfação, uma apurando a satisfação dos jurisdicionados que comparecem ao laboratório para coleta e outra apurando a satisfação das Varas e Comarcas para com o serviço prestado, onde se espera que uma avaliação de bom a ótimo nos quesitos sejam indicadores de satisfação.

No ano de 2019 foram emitidos 1543 laudos de exames de DNA. Um percentual de 98,7% dos laudos foram finalizados dentro do prazo, valor acima da meta definida pelo Planejamento Estratégico.

Quanto ao grau de satisfação: 100% das partes jurisdicionadas que compareceram ao laboratório para coleta e preencheram a pesquisa se declararam satisfeitas com o atendimento.

Da mesma forma, 100% das Varas e Comarcas do Estado do Maranhão que preencheram a pesquisa de satisfação declararam estar satisfeitas com a prestação de serviços.

Realizações

- Participação da chefe de divisão como entrevistada do Programa Justiça Cidadã, em 08 de outubro de 2019
- Matéria do jornal “O Estado do Maranhão”, dia 27/01/2019, com o título “Laboratório do Fórum realizou mais de 1.500 exames de DNA em 2018”
- Matéria televisiva do dia 29/01/19, na TV Assembleia, com o tema “Judiciário Maranhense oferece teste de DNA gratuito”
- Participação na projeto de Justiça Itinerante, com exames realizados nas comarcas de Pinheiro, São João Batista, Mirinzal, Cururupu, Guimarães, Bacuri, Loreto, Paraibano, Buriti Bravo, São João dos Patos, Mirador, Santa Helena, Vitorino Freire, Igarapé Grande, totalizando 101 exames. Também foram cedidos 40 kits de coleta para as Itinerâncias de novembro e dezembro, abrangendo as localidades de Vitorino Freire, Brejo de Areia, Altamira, Igarapé Grande, Carutapera, Luís Domingues, Cândido Mendes e Godofredo Viana.
 - Atualização do Manual da Qualidade
 - Recertificação do laboratório pela NBR ISO 9001-2015
 - Laboratório ofereceu 11 cursos para coleta de material biológico por esfregaço bucal, contemplando 15 Comarcas e 22 servidores.
 - Retreinamento dos servidores do laboratório nos procedimentos:
 - ISO 9001:2015, Conceito, Fundamentos e interpretação- para a servidora terceirizada da GESTOR
 - Controle de Manutenção e Calibração de Equipamentos- para o servidor Ronaldo Abreu
 - Extração de DNA pela mucosa bucal- servidores Tarciso Fonteles e Ronaldo Abreu
 - Extração de DNA por sangue total- servidores Tarciso Fonteles e Ronaldo Abreu
 - Acondicionamento e Organização de DNA em geladeira- servidores Tarciso Fonteles, Haldenne Raniery e Ronaldo Abreu
 - Preparo de Tris HCl 1M (ph 8.0)- servidores Tarciso Fonteles, Haldenne Raniery e Ronaldo Abreu
 - Eletroforese Capilar no ABI 3130 - Clarissa Macatrão, Mirella Goulat, Andréya Márcia Viana, Tarciso

Fonteles, Haldenne Raniery e Ronaldo Abreu

- Preparo do NaOH 50Mm- servidor Tarciso Fonteles

- Lavagem e Esterelização de Materiais Laboratoriais- servidores João Francisco, Tarciso Fonteles, Haldenne Raniery e Ronaldo Abreu

- Análise de Dados da Eletroforese- servidoras Clarissa Macatrão, Mirella Gourlat, Andréya Márcia Viana

- Manutenção Completa do ABI 3130 - servidoras Clarissa Macatrão, Mirella Gourlat, Andréya Márcia Viana

- Diluição de DNA com amplificação (Ronaldo Abreu e Haldenne Raniery)

- Amplificação de DNA com Powerplex Fusion System PCR Amplification

- Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde- para a servidora terceirizada da GESTOR

- Regulamento Técnico para o Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde- para a servidora terceirizada da GESTOR

14.5 DIVISÃO DE INFORMÁTICA

A Divisão de Informática é responsável por atender as demandas de informática do Fórum Desembargador Sarney Costa. Atende cerca de 1200 (mil e duzentos) usuários distribuídos em 53 (cinquenta e três) unidades judiciais, 32 (trinta e duas) unidades administrativas, 10 (dez) unidades do TJMA e 5 (cinco) unidades externas, totalizando 100 (cem) unidades. O parque de equipamentos possui aproximadamente 1194 (mil, cento e noventa e quatro) computadores sendo que, 978 (novecentos e setenta e oito) possui mais de 09 anos de uso e apenas 216 (duzentos e dezesseis) são mais recentes, além de, 90 (noventa) notebooks, 259 (duzentas e trinta e nove) impressoras próprias e 92 (noventa e duas) impressoras alugadas. Possuímos também uma central telefônica defasada com 1007 (mil e sete) ramais e com apenas 80 (oitenta) ramais livres. Nossa equipe é formada por 02 (dois) técnicos judiciários, 13 (treze) técnicos de empresa terceirizada e coordenado pelo chefe da divisão de informática, onde assumi este cargo em 02 de agosto de 2019 (técnico judiciário – téc. em informática – hardware, formado em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pelo CEUMA, graduado em Teologia pela FATEBOV, especialista em Gestão Pública pela UFMA e Gestão de Pessoas pela FAMA).

AÇÕES REALIZADAS	
JANEIRO	- Relatório com evidências das tarefas executadas em 2018; - Reuniões com as equipes.
FEVEREIRO	- Auxiliar Técnico de Som (Externo) a modificar equipamentos; - Cabeamento 2ª V do Júri.
MARÇO	- Reestruturação da Wiki e criação de novas FAQs; - Montagem e acompanhamento Mutirão “Justiça pela Paz” .
ABRIL	- Atendimento a usuários do FDSC
MAIO	- Atendimento a usuários do FDSC
JUNHO	- Atendimento a usuários do FDSC
JULHO	- Início da organização dos Racks por andar (Fórum FDSC); - Montagem dos micros para o Projeto SEEU; - Instalação micros da ARPEN

AGOSTO	<p>- DESTRALHAR</p> <p>Atendendo a resolução 201/2015 do CNJ e do plano de logística sustentável do TJMA, destrálhamos os seguintes materiais inservíveis: 120 CPU's, 16 monitores, 15 impressoras, 9 scanner's, 16 no breaks, 6 estabilizadores e 37 itens diversos (cabos e peças quebradas), perfazendo um total de 219 itens.</p>
	<p>- APOIO AO PROJETO DIGITALIZAR JÁ</p> <p>A Corregedoria-Geral da Justiça implantou o Projeto "Digitalizar Já!", recebendo apoio desta divisão na elaboração e criação de formulário on-line para receber processos digitalizados pelo Ministério Público, Defensoria Pública e /ou Advogados que queiram aderir ao projeto, bem como a criação de QRcode específico para acesso ao formulário. Além de disponibilizar 01 técnico in loco e atuamos na elaboração da estrutura física e lógica dos equipamentos de informática: 46 micros, 15 scanner's, 4 switchs, 3 multifuncionais e 1 impressora.</p>
AGOSTO	<p>- REESTRUTURAÇÃO DO LAYOUT FÍSICO</p> <p>A Divisão de Informática foi reestruturada em seu layout físico de salas, para melhor atender aos servidores da casa e aos colaboradores CTIS, bem como, efetuando reparos nas portas (Datacenter "acesso sem segurança"; Entrada "danificada"); Iluminação adequada e nova sala de reunião.</p> <p>Avanço na organização dos racks de rede lógica fórum (faltando apenas concluir o datacenter, que está no aguardo da instalação de novos switchs e servidores), foi também realizado substituição dos no breaks e reparo nas portas de acesso físico dos racks.</p>
	<p>- Projeto SEEU: instalação e adequação do ambiente computacional para implantação do sistema SEEU, em 60 micros com suporte de 2 técnicos in loco;</p> <p>- Campanha PAZ em CASA: instalação de 07 kits de audiência, bem como, configuração dos micros e impressoras;</p> <p>- CEJUSC: remanejamento de equipamentos de informática para nova estrutura com suporte e acompanhamento técnico da web conferência;</p> <p>- Suporte técnico ao Mutirão de Conciliação do Desembargador Marcelo Carvalho Silva, realizado no período de 19 à 23, nas dependências do FDSC;</p> <p>- Criação de AGENDA VIRTUAL via google;</p> <p>- Eventos/Treinamentos ocorridos no auditório e salão ecumênico: 4</p>
SETEMBRO	<p>- MANUTENÇÃO CORRETIVA</p> <p>Recuperação de 20 cpu's e 46 no-break's;</p> <p>- Mudança nos kiosk da contadoria (Atendimento ao público);</p> <p>- Desenvolvimento de formulário on-line para equipe multidisciplinar da SEAP que colabora com projeto JUSTIÇA PRESENTE do CNJ;</p> <p>- Eventos/Treinamentos ocorridos no auditório e salão ecumênico: 12</p>

OUTUBRO	- Substituição dos 80 micros antigos pelos novos (Positivo) Varas Cíveis - Eventos/Treinamentos ocorridos no auditório e salão ecumênico: 20
NOVEMBRO	- Substituição dos 45 micros antigos pelos novos (Positivo) – Varas Criminais; - Substituição dos 35 micros antigos pelos novos (Positivo) – Varas da Família; - Organização CPD / Telefonia. - Campanha PAZ em CASA: instalação de 07 kits de audiência, bem como, configuração dos micros e impressoras; - Eventos/Treinamentos ocorridos no auditório e salão ecumênico: 25
DEZEMBRO	- Substituição dos 35 micros antigos pelos novos (Positivo) – Varas da Fazenda; - Substituição dos 10 micros antigos pelos novos (Positivo) – Varas da Difuso e Inf.; - Eventos/Treinamentos ocorridos no auditório e salão ecumênico: 21
ANO DE 2020	

AQUISIÇÕES		
Processo	Descrição	Status
23964/2019	03 SERVIDORES DE REDE	Realizado
15389/2019	SWITCHES	Ainda não entregue
16418/2019	1.500 LICENÇAS KASPERSKY	Realizado
20757/2019	HD's e MÓDULOS DE EXPANSÃO	Ainda não entregue
29686/2019	NO-BREAK'S TRIFÁSICOS	Ainda não entregue
47814/2018	290 COMPUTADORES e OUTROS	Em andamento 73% concluído.

AÇÕES PROPOSTAS

- Padronização e inventário dos equipamentos de informática, aguardando a chegada dos computadores e outros ativos, bem como, novo software de gestão, para atualização das informações em uma única base;
- Solicitação de novos equipamentos de som e imagem para os auditórios, salões do juri e sala de treinamento (microfones sem fio, suporte para data show e telas de projeção);
- Solicitação de uma nova central de telefonia para 2.000 (dois mil) ramais;
- Visita periódica nos principais setores (DNA, Plantões e etc...) para manutenção preventiva.

14.6 DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL E DE PSICOLOGIA

A Divisão de Serviço Social e Psicologia do Fórum Des. Sarney Costa atua junto às Varas de Família, Interdição e provisoriamente atende demandas de crimes contra o idoso. Estas atividades incluem a realização de Estudos Sociais e Psicológicos de natureza técnica e pericial como forma de subsidiar as decisões judiciais das referidas varas judiciais; supervisão técnica de estágio nas áreas de Serviço Social e Psicologia; participação em Eventos que dizem respeito às categorias profissionais e aos interesses do TJ-MA; e elaboração de textos e artigos científicos de cada área de atuação.

PROCESSOS TRAMITADOS VIA THEMIS PG3

ORIGEM	RECEBIDOS	DEVOLVIDOS
1ª FAMÍLIA	06	05
2ª FAMÍLIA	02	02
3ª FAMÍLIA	X	01
4ª FAMÍLIA	02	02
5ª FAMÍLIA	04	04
6ª FAMÍLIA	02	05
7ª FAMÍLIA	05	02
INTERDIÇÃO	04	04
8ª CRIMINAL	57	63
TOTAIS	77	88

PROCESSOS TRAMITADOS VIA PJE

ORIGEM	QUANTIDADE DEVOLVIDA
1ª Vara de família	24
2ª Vara de Família	132
3ª Vara de Família	51
4ª Vara de Família	51
5ª Vara de Família	112
6ª Vara de Família	88
7ª Vara de Família	103
Vara de Interdição	186
TOTAL	747

No ano de 2019 foram devolvidos 88 processos tramitados via THEMISpG3 e 747 processos tramitados via PJE, totalizando 835 processos devolvidos e 2.505 entrevistas realizadas.

Foram realizadas 468 visitas domiciliares no período de janeiro a dezembro 2019, sendo importante informar que neste ano o transporte utilizado para as referidas visitas apresentou inúmeros problemas, interferindo nas saídas das Analistas, pois, em alguns casos, foi necessário o serviço de manutenção no carro.

VISITAS DOMICILIARES

MÊS	QUANTIDADES
JAN	43
FEV	50
MAR	40
ABR	49
MAI	18
JUN	28
JUL	48
AGO	60
SET	46
OUT	34
NOV	43
DEZ	09 (ATÉ DIA 09/12)
TOTAL	468

14.7 DIVISÃO DE ARQUIVO

Com relação ao atendimento ao público externo (advogados, procuradores e partes envolvidas nos processos), fornecemos cópias dos processos no todo ou em partes, mediante recolhimento de valores ao FERJ através de boleto (gerador de custas).

O quantitativo de atendimento externo em 2019 foi de 3.888 (Três mil, oitocentos e oitenta e oito)

PROCESSOS, conforme dados extraídos de nossas planilhas de atendimento diário.

Em se tratando do atendimento interno (Todas as Varas de 1º Grau vinculadas a este Fórum) procedemos os desarquivamentos e devoluções dos processos solicitados através do Sistema Digidoc e digitalização de partes processuais.

A resposta às solicitações de atendimentos internos é através de ofício do mesmo sistema, dados fornecidos pelo Relatório de acompanhamento de requisições, através do DIGIDOC, foram de 1.018 (Hum mil e dezoito) REQUISIÇÕES.

Também fazem parte das demandas internas o recebimento de caixas das Secretarias do Fórum para guarda em definitivo. Vale salientar que após a chegada das caixas, é feita a conferência pormenorizada (caixa a caixa) para conferência e checagem se os processos e/ou documentos informados constam fisicamente na remessa. Após levantamento feito através do acompanhamento mensal de entrada de caixas, elaboradas e atualizadas pela Divisão de Arquivo, a informação é que DERAM ENTRADAS NESTA DIVISÃO DE 2.928 (*Dois mil, novecentos e vinte e oito*) CAIXAS NOVAS.

A partir de maio de 2019 foi desenvolvido por esta Divisão a organização, controle e eliminação da massa documental com uma série de planos de ação, dentre eles a solicitação de autorização para Edital de Eliminação, começando os trabalhos pela 1ª Vara Criminal, conforme relação abaixo:

- Edital 01/2019 com 932 caixas de documentos administrativos
 - Edital 02 137 caixas de processos judiciais (1.114 processos)
 - Edital 03 91 caixas de processos judiciais (797 processos)
 - Edital 04 739 caixas de documentos administrativos
 - Edital 05 230 caixas de processos judiciais (1.004 processos)
 - Edital 06 126 caixas de documentos administrativos + 358 livros antigos de diversas secretarias.
- TOTAL DE CAIXAS 2.255 (Dois mil, duzentas e cinquenta e cinco) caixas.

14.8 DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

Ao iniciarmos o mandato no biênio 2018/2019, já tínhamos como foco um grande desafio e a nós coube a responsabilidade de organizar o setor e colocá-lo atuante com práticas e ferramentas modernas, em busca da efetividade. As tomadas de decisões de forma compartilhada fortaleceu o respeito entre os colaboradores. Inúmeras foram às dificuldades no início, porém sempre orientados pela Diretoria e Coordenação Administrativa. Em janeiro de 2018 e 2019, solicitamos junto às empresas contratadas (Gestor, Doce Clima e Torquato Fernandes) documentos de Saúde e Segurança do Trabalho/Adm (PPRA, PCMSO, ASO, Relação de Funcionários e Contratos Ativos), para implantação de CIPA (Empresa Gestor); assim como exigência de uso de EPIS por todos os colaboradores das contratadas; analisamos juntos a estrutura organizacional, as atribuições e competências dos setores, transformação de cargos e desmembramento de função. Do Fórum, identificamos também problemas no controle de frequência dos terceirizados, acompanhamento de ordem de serviço, controle de materiais solicitados, feedback com Coordenadoria/Diretoria, análise geral de demandas junto à Engenharia e Diretoria Adm TJMA; ajustes junto à Divisão de Material para não desperdício e diminuição de custos.

Identificamos problemas estruturais em todo complexo como: janelas de vidro e placas, piso, banheiros, layout do setor da contratada empresa Gestor, jardim e estrutura física. Levantamento esse que nos levou ao gravíssimo problema de deslocamento e queda das placas que envolvem o prédio, por conta dos fortes ventos e não manutenção preventiva até aquele momento. Após alguns estudos, foi levado ao Pleno pelo corregedor geral, desembargador Marcelo Carvalho Silva, para que fosse aprovada a licitação de reparo da demanda.

Após análises técnicas no âmbito de manutenção predial (OFC 82018), solicitamos à Coordenadoria de Administração apoio junto à Diretoria de Engenharia, para solucionar algumas demandas em que naquele momento, por diminuição de recursos, tivemos dificuldades em manter ou executar, e que reclamações poderiam de certo modo prejudicar o trabalho. Fomos bem-sucedidos em nossos pedidos solicitados: lâmpadas, torneiras, portas dos banheiros, rampas de acesso, portões, bombas dos poços e tomadas.

Reforma da Sala da 1º Vara da Infância e Juventude (Forinho) que já havia sido solicitada há alguns anos e nunca autorizada. Nesta gestão, priorizamos a rapidez em reparos, obras, manutenção preventiva e corretiva, principalmente de casos em que as solicitações já perduravam há muito tempo e nunca efetivadas.

Foi solicitado orçamento para revitalização do sistema de irrigação dos jardins do Fórum, que foi estimado em R\$ 62.000,00, incluindo troca de canos, chuveirinhos, conexões e mão-de-obra. Iniciamos nosso projeto e o custo ficou em torno de R\$ 1.000,00 (canos e mão de obra), utilizando itens que já constam em nossa planilha de manutenção corretiva. Os chuveirinhos foram limpos e lubrificados pelos próprios jardineiros, o que reduziu consideravelmente o gasto e estamos implantando (em fase de testes) a canalização água da chuva e dos poços que são utilizadas nos sanitários (água servida) para IRRIGAR TODO O JARDIM, trazendo sustentabilidade

e economia aos cofres públicos, não utilizando água tratada (CAEMA).

Iniciamos na sala da empresa contratada Gestor, o processo de novo layout, onde o almoxarifado, refeitório e sala dos encarregados, ficavam em único ambiente, insalubre, com poluição visual, pouca higiene e desconforto aos usuários. Novos armários foram disponibilizados, atendendo em torno de 125 colaboradores da Gestor, para guardarem seus objetos pessoais. Disponibilizamos para um maior conforto um aparelho de TV, três micro-ondas e duas geladeiras, equipamentos novos.

As empresas terceirizadas nos entregaram os documentos de segurança e EPIs solicitados. A Gestor, com o maior número de colaboradores atuantes no Fórum (125 dentre alguns cargos) nos informou que, sob sugestão da Divisão de Serviços Gerais, implantará a CIPA. Foram realizadas as eleições da CIPA da Contratada com intuito de oferecer maior segurança aos colaboradores, prevenindo acidentes e dando maior qualidade aos serviços. Detectamos, através de levantamento técnico e estudo do contrato, desvios de função de 35 colaboradores da Gestor, em cerca de 7 setores nesse Fórum, fazendo serviços administrativos de servidor público, trazendo desconforto junto à Empresa e TJMA, ocasionando também prováveis ações trabalhistas. Após expormos tal demanda à Coordenadoria e Diretoria do Fórum, Supervisão da Diretoria Administrativa, em 06.02.2018, decisão número 6722018, o presidente do TJMA, desembargador José Joaquim Figueiredo, ordenou que fossem desfeitos em todos os setores tal irregularidade. Em 27.02.2018, após os prazos estipulados para que todos voltassem aos seus cargos de origem (Auxiliar de Serviços Gerais), não houve mais casos de desvio de função. Com o retorno dos colaboradores aos seus cargos de origem, aqueles que quiseram assim fazer, tiramos o risco de eventuais ações judiciais trabalhistas junto à contratada, consequentemente ao TJMA, estimado em torno de 4 milhões de reais.

Realizamos o acompanhamento de dedetização das salas, gabinetes, áreas externas, jardins e banheiros. O controle preventivo de pragas impede que vetores e pragas ambientais possam gerar problemas significativos. O serviço garantiu resultados favoráveis sob o ponto de vista higiênico, ecológico e econômico.

Em março de 2018, foi feita a terceira e última dedetização do contrato de prestação de serviço número 0028/2017, e essa dedetização não atendeu às necessidades em que o prédio exige, por estarmos em área de mangue, terreno aberto e cercado de mato, não houve atenção ou mesmo tratamento devido; em 24.08.2018, fizemos **por nossa conta**, independente de contrato licitatório, dedetização com veneno K-OTHRINE CE 250 ML, CUSTO DE R\$ 62,50, fato que concentramos nas caixas de passagens, que até aquele momento nunca havia sido combatido, tratado, banheiros de cima para baixo e subsolo 1 e subsolo 2. O resultado durante e após a aplicação teve aprovação imediata, matando inúmeras pragas que ali viviam, ratos, baratas e aranhas, fazendo o ambiente mais confiável e seguro.

Realizamos o serviço de revitalização do piso, no Fórum Desembargador Sarney Costa, e assim iniciamos em pontos estratégicos o enceramento, haja vista que não tínhamos o quantitativo de cera e removedores de cera que atendesse todo o prédio, piso esse que não era tratado desde 2012.

Recebemos orçamento de empresa especializada para limpeza de todos os vidros da fachada, somente área externa do Fórum, por R\$ 125.000,00 por cada procedimento. Diante desse custo, optamos em usar a criatividade e utilizamos canos para prolongar os cabos dos mobs e vassouras, revitalizamos equipamento de lava-jato e solicitamos junto à empresa Gestor, escadas maiores e cuidados no modo de aplicação e segurança das aplicações de lavagem. Com resultado excelente em todos itens, principalmente em segurança e custos, lavamos todo o prédio, todos os vidros (externo e interno) no mesmo prazo de tempo em que a empresa nos informou, 60 dias. Não houve nenhum dano ao patrimônio, utilizamos a mão de obra da contratada Gestor e tivemos uma economia de R\$ 250.000,00, pois o serviço já foi realizado por 2 vezes (interno e externo).

Na área externa do Fórum, foi realizado o serviços de revitalização com pintura, concerto de rampas de acessibilidade nas calçadas da (frente ao Fórum), escadas e reparos nos estacionamentos. Realizamos também o replantio de mudas dos jardins e estacionamentos, além de corte de podas. Na área interna, revitalizamos a Praça da Justiça (praça do Forinho), com pintura total da área, troca e limpeza das pedras, plantas e estátua da Deusa Themis.

Iniciamos e concluímos em 6 meses, projeto do nome do Fórum Desembargador Sarney Costa no Jardim, deixando-o com mais um cartão de visita.

14.10 SETOR DE TRANSPORTE

O setor de transporte do Fórum de São Luís é responsável pelo atendimento das demandas relativas ao deslocamento de servidores em serviço de interesse do Fórum e transporte de material e equipamento diversos.

Este setor é composto atualmente por 18 colaboradores, sendo 17 terceirizados e 01 Auxiliar Judiciário – Motorista, contando com uma frota de 22 veículos, sendo 02 locados e 19 oficiais.

Já foram realizados **11.139** atendimentos (**928/mês; 42/semana; 8/dia**), no período de Janeiro/2019 a Dezembro/2019, conforme anexo. As solicitações de atendimento são realizadas de forma informatizada via

Sistema FROTTAS instituído, neste setor, em março de 2013.

15. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme demonstrado ao longo do presente relatório, inúmeros resultados exitosos foram obtidos, fruto do trabalho de toda a equipe técnica do Fórum Des. Sarney Costa que diariamente se dedica à prestação de um serviço de qualidade, bem como de todo empenho incansável do Corregedor-Geral da Justiça Des. Marcelo Carvalho Silva e da Diretora do Fórum, Dra. Diva Maria de Barros Mendes, que acreditam no Judiciário mais justo e célere.

Todavia, muitos desafios se apresentam para que as ações planejadas para o ano de 2020 sejam implementadas visando aprimorar a gestão judicial com o aumento da qualidade dos serviços prestados aos jurisdicionados.

DIVISÃO DE INFORMÁTICA - FÓRUM DES. SARNEY COSTA

APRESENTAÇÃO

A Divisão de Informática é responsável por atender as demandas de informática do Fórum Desembargador Sarney Costa. Atende cerca de 1200 (mil e duzentos) usuários distribuídos em 53 (cinquenta e três) unidades judiciais, 32 (trinta e duas) unidades administrativas, 10 (dez) unidades do TJMA e 5 (cinco) unidades externas, totalizando 100 (cem) unidades. O parque de equipamentos possui aproximadamente 1194 (mil, cento e noventa e quatro) computadores sendo que, 978 (novecentos e setenta e oito) possui mais de 09 anos de uso e apenas 216 (duzentos e dezesseis) são mais recentes, além de, 90 (noventa) notebooks, 259 (duzentos e trinta e nove) impressoras próprias e 92 (noventa e duas) impressoras alugadas. Possuímos também uma central telefônica defasada com 1007 (mil e sete) ramais e com apenas 80 (oitenta) ramais livres. Nossa equipe é formada por 02 (dois) técnicos judiciários, 13 (treze) técnicos de empresa terceirizada e coordenado pelo chefe da divisão de informática, onde assumi este cargo em 02 de agosto de 2019 (técnico judiciário - téc. em informática - hardware, formado em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pelo CEUMA, graduado em Teologia pela FATEBOV, especialista em Gestão Pública pela UFMA e Gestão de Pessoas pela FAMA).

AÇÕES REALIZADAS

JANEIRO	- Relatório com evidências das tarefas executadas em 2018; - Reuniões com as equipes.
FEVEREIRO	- Auxiliar Técnico de Som (Externo) a modificar equipamentos; - Cabeamento 2ª V do Juri.
MARÇO	- Reestruturação da Wiki e criação de novas FAQs; - Montagem e acompanhamento Mutirão "Justiça pela Paz".
ABRIL	- Atendimento a usuários do FDSC
MAIO	- Atendimento a usuários do FDSC
JUNHO	- Atendimento a usuários do FDSC
JULHO	- Início da organização dos Racks por andar (Fórum FDSC); - Montagem dos micros para o Projeto SEEU; - Instalação micros da ARPEN - DESTRALHAR
	Atendendo a resolução 201/2015 do CNJ e do plano de logística sustentável do TJMA, destralhamos os seguintes materiais inservíveis: 120 cpu's, 16 monitores, 15 impressoras, 9 scanner's, 16 no breaks, 6 estabilizadores e 37 itens diversos (cabos e peças quebradas), perfazendo um total de 219 itens.
AGOSTO	- APOIO AO PROJETO DIGITALIZAR JÁ A Corregedoria-Geral da Justiça implantou o Projeto Digitalizar Já!, recebendo apoio desta divisão na elaboração e criação de formulário on-line para receber processos digitalizados pelo Ministério Público, Defensoria Pública e /ou Advogados que queiram aderir ao projeto, bem como a criação de QRcode específico para acesso ao formulário. Além de disponibilizar 01 técnico in loco e atuamos na elaboração da estrutura física e lógica dos equipamentos de informática: 46 micros, 15 scanner's, 4 switches, 3 multifuncionais e 1 impressora.

- REESTRUTURAÇÃO DO LAYOUT FÍSICO

A Divisão de Informática foi reestruturada em seu layout físico de salas, para melhor atender aos servidores da casa e aos colaboradores CTIS, bem como, efetuando reparos nas portas (Datacenter “acesso sem segurança”; Entrada “danificada”); Iluminação adequada e nova sala de reunião.

Avanço na organização dos racks de rede lógica fórum (faltando apenas concluir o data-center, que está no aguardo da instalação de novos switches e servidores), foi também realizado substituição dos no breaks e reparo nas portas de acesso físico dos racks.

- AGOSTO
- Projeto SEEU: instalação e adequação do ambiente computacional para implantação do sistema SEEU, em 60 micros com suporte de 2 técnicos in loco;
 - Campanha PAZ em CASA: instalação de 07 kits de audiência, bem como, configuração dos micros e impressoras;
 - CEJUSC: remanejamento de equipamentos de informática para nova estrutura com suporte e acompanhamento técnico da web conferência;
 - Suporte técnico ao Mutirão de Conciliação do Desembargador Marcelo Carvalho Silva, realizado no período de 19 à 23, nas dependências do FDSC;
 - Criação de AGENDA VIRTUAL via google;
 - Eventos/Treinamentos ocorridos no auditório e salão ecumênico: 4

- MANUTENÇÃO CORRETIVA

- SETEMBRO
- Recuperação de 20 cpu´s e 46 no-break´s;
 - Mudança nos kiosk da contadoria (Atendimento ao público);
 - Desenvolvimento de formulário on-line para equipe multidisciplinar da SEAP que colabora com projeto JUSTIÇA PRESENTE do CNJ;
 - Eventos/Treinamentos ocorridos no auditório e salão ecumênico: 12

- OUTUBRO
- Substituição dos 80 micros antigos pelos novos (Positivo) Varas Cíveis
 - Eventos/Treinamentos ocorridos no auditório e salão ecumênico: 20

- NOVEMBRO
- Substituição dos 45 micros antigos pelos novos (Positivo) – Varas Criminais;
 - Substituição dos 35 micros antigos pelos novos (Positivo) – Varas da Família;
 - Organização CPD / Telefonia.
 - Campanha PAZ em CASA: instalação de 07 kits de audiência, bem como, configuração dos micros e impressoras;
 - Eventos/Treinamentos ocorridos no auditório e salão ecumênico: 25

- DEZEMBRO
- Substituição dos 35 micros antigos pelos novos (Positivo) – Varas da Fazenda;
 - Substituição dos 10 micros antigos pelos novos (Positivo) – Varas da Difuso e Inf.;
 - Eventos/Treinamentos ocorridos no auditório e salão ecumênico: 21

AÇÕES PROPOSTAS

- ANO DE 2020
- Padronização e inventário dos equipamentos de informática, aguardando a chegada dos computadores e outros ativos, bem como, novo software de gestão, para atualização das informações em uma única base;
 - Solicitação de novos equipamentos de som e imagem para os auditórios, salões do juri e sala de treinamento (microfones sem fio, suporte para data show e telas de projeção);
 - Solicitação de uma nova central de telefonia para 2.000 (dois mil) ramais;
 - Visita periódica nos principais setores (DNA, Plantões e etc...) para manutenção preventiva.

AQUISIÇÕES		
Processo	Descrição	Status
23964/2019	03 SERVIDORES DE REDE	Realizado
15389/2019	SWITCHES	Ainda não entregue
16418/2019	1.500 LICENÇAS KASPERSKY	Realizado
20757/2019	HD's e MÓDULOS DE EXPAN- SÃO	Ainda não entregue
29686/2019	NO-BREAK'S TRIFÁSICOS	Ainda não entregue
47814/2018	290 COMPUTADORES e OUTROS	Em andamento com 73% conclu- ído.

AÇÕES EM NÚMEROS

- Durante o período de 02 de janeiro à 19 de dezembro, **18.095** chamados finalizados.

DIVISÃO MÉDICA E ODONTOLÓGICA FÓRUM RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. Introdução

A Divisão Médica e Odontológica do Fórum tem a seguinte estrutura: Setor Médico/Enfermagem e Setor Odontológico.

2. RECURSOS HUMANOS:

A Divisão Médica é composta atualmente por:

- 01 Chefe de divisão;
- 04 Analistas Médicos;
- 04 Analistas Enfermeiros;
- 02 Analistas Dentistas;
- 01 oficial de gabinete
- 01 Técnico judiciário;
- 01 Auxiliar Judiciário;
- 12 estagiários (regime de escala);
- 3 Funcionários terceirizados.

3. SETOR MÉDICO

A divisão localiza-se na ala 03 do térreo (forinho), sendo de fácil acesso, onde o posto de enfermagem facilita a passagem de macas em caso de atendimentos de urgência.

Atualmente para o atendimento ambulatorial é necessário o agendamento pelo sistema SALUS, não sendo necessário agendar em casos de urgência e emergência.

4. SETOR ODONTOLÓGICO

O setor está localizado na ala 03, subsolo (forinho), possuindo 2 consultórios, sala de esterilização, sala de lavagem de instrumental e 1 banheiro.

5. ESTRUTURA E ATIVIDADES

Enfermagem/Triagem

A sala de enfermagem é o espaço onde são realizados procedimentos de verificação de pressão arterial, glicemia, avaliação de sinais vitais, atendimento emergencial, administração de medicamentos (prescritos), realização de ECG (eletrocardiograma) etc. Na referida sala é realizada a triagem de pacientes que após a avaliação, havendo necessidade, são encaminhados para o atendimento médico.

A enfermagem conta com uma farmácia de medicamentos de amostras grátis. Estes medicamentos são distribuídos aos magistrados e servidores do Fórum, mediante apresentação de receita.

Como resultado dos atendimentos de enfermagem no ano de 2019 foram realizados: 1481 verificações de pressão arterial, 151 aferições de glicemia, 27 ECG, 987 dados antropométricos, 114 aferições de temperatura, 131 saturações de oxigênio dentre outros procedimentos.

Serviço Médico

A Divisão Médica possui quatro Analistas Judiciários – Médico Clínico Geral, responsáveis pelo atendimento médico ambulatorial de magistrados, servidores e seus dependentes. Estes profissionais fazem também atendimento de urgência/emergência, avaliação de atestados/ licenças médicas, assistência médica em eventos externos (ação social, casamentos comunitários, etc.).

Apoio Administrativo

Os servidores do apoio administrativo (auxiliar judiciário, técnico judiciário e oficial de gabinete), realizam a recepção e cadastro de pacientes, encaminhamentos dos mesmos para o serviço de triagem/enfermagem, consultórios médicos e odontológicos, elaboração e digitação de documentos, recebimento e encaminhamento

das licenças de saúde pelo sistema DIGDOC, elaboração de escalas de marcação de consultas médica e odontológica através do sistema salus, suporte administrativos nos eventos de saúde dentre outras funções.

Serviço Odontológico

O setor Odontológico possui 02 (duas) cirurgiãs dentistas responsáveis por atendimentos que incluem anamnese, orientação de higiene bucal, restauração, tratamento periodontal, exodontia, atendimentos de emergência etc.

No ano de 2019 serviço odontológico desenvolveu em suas atividades, 2.947 procedimentos odontológicos em atendimentos a 577 pacientes.

6. ATIVIDADES REALIZADAS

As atividades desenvolvidas pela Divisão Médica e Odontológica do Fórum de São Luís foram as seguintes:

Campanhas de Vacinação

A Divisão promove campanhas de vacinação contra Difteria e Tétano (Dt), Hepatite B, Tríplice viral (TV), Febre Amarela (FA) e Influenza. As campanhas têm como público alvos magistrados, servidores, dependentes, estagiários e terceirizados, onde o principal objetivo é reduzir o número de casos de infecção e consequentemente o índice de mortalidade, internações e complicações decorrentes desses males.

No ano de 2019 ocorreram duas campanhas de vacinação tendo como resultado um total de:

- 606 doses aplicadas
- 663 pessoas vacinadas

Licença saúde

No ano-base de 2019 foram avaliadas 685 Licenças para tratamento de Saúde

As solicitações de licenças Saúde são recebidas pelo sistema Digdoc através de requisição com o assunto LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - SERVIDOR DO FÓRUM DE SÃO LUÍS “

Marcações de Consultas

As consultas médicas eletivas são agendadas exclusivamente pelo sistema SALUS, onde o servidor tem acesso a escala com médico, dia e horário para agendamento.

7. FORMAÇÃO

A Divisão Médica promove diversas ações que tem como foco a conscientização para os cuidados e manutenção da saúde e a prevenção de doenças, onde podemos destacar:

- 28/05 - Palestra: Prevenção das Hepatites Virais. Ministrada pela Dra. Ana Leatrice de Oliveira Sampaio, Médica Gastro - Hepatologista. Ao final do evento foi realizada testagem rápida, exame de triagem para Hepatites B e C;
- 12/09 - Palestra: Prevenção do Suicídio - Setembro Amarelo;
- 02 e 03/12 - Curso: trabalho não pode ser sinônimo de stress.



GABINETE DO
CORREGEDOR-GERAL
DA JUSTIÇA

A priori, cumpre asseverar que a Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Maranhão é órgão de planejamento, supervisão, coordenação, orientação, controle e fiscalização das atividades administrativas e judiciais da primeira instância e extrajudiciais do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, competindo ao Gabinete do Corregedor a função de prestar assessoramento e auxílio nos assuntos judiciais e administrativos submetidos à apreciação do Corregedor-geral de Justiça.

Para tanto, o setor fica responsável pelo recebimento, distribuição, controle e arquivamento de todos os documentos e requisições expedidos por magistrados, servidores, jurisdicionados, advogados, representantes de órgãos externos e outros remetidos a esta Corregedoria, cuja administração procede-se via sistema DIGIDOC (anexo I), e-mail institucional e Malote Digital.

Soma-se, ainda, a missão de gerenciar o sistema ThemisSG Web/2ªGrau para recebimento de investigações criminais contra magistrados e remessa à Secretaria do Plenário, bem como a gestão privativa do sistema PJ-e/administrativo, no qual são realizadas comunicações diretas com o Conselho Nacional de Justiça, ressaltando-se o acompanhamento de suas intimações, controle de prazos e encaminhamento das correspondentes respostas (Anexo II).

Ademais, quando do recebimento de demandas oriundas do Conselho Nacional de Justiça, o Gabinete da Corregedoria operacionaliza com os demais setores deste Órgão Correicional, a adoção das medidas cabíveis à análise e atendimento dos pedidos propostos, convertendo-os em processos a serem apreciados pelos juízes corregedores e submetidos ao Corregedor-geral de Justiça para proferir decisão, com posterior comunicação ao solicitante das diligências adotadas e/ou sugestões ofertadas.

Comunica, ainda, ao supracitado Conselho as demandas de reclamações e procedimentos administrativos disciplinares propostos na própria Corregedoria Geral da Justiça, cuja decisão deva ser conhecida por aquele Órgão, conforme Resolução 135/CNJ.

Desenvolve, por meio da expedição de circulares, recomendações, provimentos e demais expedientes, trabalho de orientação e fornecimento de mecanismos, para que os magistrados e servidores possam garantir o cumprimento efetivo e célere das demandas propostas pelos jurisdicionados, bem como as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

O setor ora em comento administra a agenda do Corregedor-geral de Justiça, assegurando o cumprimento do horário de reuniões, audiências, compromissos externos e outros. Além disso, realiza, previamente, a triagem de seu atendimento ao público, a recepção e acompanhamento das autoridades visitantes.

De igual modo, organiza e prepara todo material de apoio ao Corregedor, Juízes Auxiliares, Diretor da Secretaria e Chefe de Gabinete, quando da realização de sessão plenária administrativa, procedendo à publicação de acórdãos referentes às citadas sessões.

Acrescenta-se ao Gabinete do Corregedor as atribuições voltadas ao processamento e análise de reclamações quanto à morosidade no cumprimento de cartas precatórias expedidas para as diversas unidades jurisdicionais do Estado, ficando responsável pelo seu recebimento (via e-mail ou via Moletete Digital), apreciação e elaboração de minuta de Despacho e/ou Decisões submetidas ao Juiz Auxiliar e Corregedor, com posterior comunicação ao órgão reclamante das medidas adotadas para sua regular tramitação.

Convém ressaltar que, no ano de 2019, o Gabinete prestou especial suporte à celebração de termos de Cooperação, Convênio e Compromissos firmados com diversos órgãos públicos e privados, bem como a sua participação em eventos e projetos especiais impulsionados pela própria Corregedoria local ou por órgão externos, tais como: Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (ENCOGE); Casamentos Comunitários; Projeto “Digitalizar Já”; Selo Unidade 100% Digital; Declare seu amor; Sou amigo do Judiciário; 30 anos da Constituição Federal; IBCCRIM; FONACOR; Agrobalsas; MATOPIBA, dentre outros.

Por fim, não se deve olvidar que, ante a prioridade da gestão em realizar visitas técnicas, correições, inspeções e audiências públicas nas Comarcas do interior do Maranhão, bem como participar de eventos e projetos inovadores fora do Estado, ao setor coube a necessária incumbência de providenciar diárias e transporte terrestre para o Corregedor-geral de Justiça e sua equipe.

RELATÓRIO DE PRODUTIVIDADE 2020
GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

1. Quantitativo de processos referentes à carta precatória e aos Processos oriundos do CNJ

QUANTITATIVO DE PROCESSOS	
PROCESSOS CARTA PRECATÓRIA AUTUADOS/RESPONDIDOS	PROCESSOS CNJ RESPONDIDOS
540 ¹	155 ²

Fonte1: Controle Interno

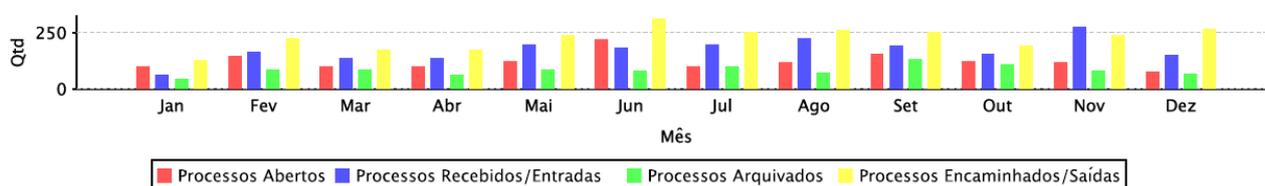
Fonte2: Sistemas Nacionais - CNJ - Intimações até setembro de 2019

2. Quantitativo de processos movimentados no Sistema DIGIDOC

MOVIMENTAÇÕES PROCESSUAIS		
QUANTITATIVO DE MOVIMENTAÇÕES PROCESSUAIS	QUANTITATIVO DE PROCESSOS ABERTOS NO SETOR	QUANTITATIVO DE PROCESSOS RECEBIDOS / ENTRADAS
10.129	1.478	2.071

Fonte: Sistema DIGIDOC

Fonte: Relatório Estatístico de Processos - Sistema DIGIDOC



3. Acompanhamento de documentos administrativos no Sistema DIGIDOC.

QUANTITATIVO DE DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS MOVIMENTADOS	QUANTITATIVO DE DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS ARQUIVADOS
8.126	6.377

Fonte: Sistema DIGIDOC

4. Relatório de criação de documentos no Sistema DIGIDOC, por tipo.

DOCUMENTOS	2020
CERTIDÃO	21
CIRCULAR	72

DESPACHOS	705
DECISÕES	4
MEMORANDO	629
OFÍCIOS	2.375
PORTARIAS	10
PROVIMENTO	10
OUTROS	7
TOTAL	3.833

Fonte: Sistema DIGIDOC

5. Acompanhamento de documentos administrativos no Sistema Malote Digital.

DOCUMENTOS RECEBIDOS VIA MALOTE DIGITAL	DOCUMENTOS ENCAMINHADOS VIA MALOTE DIGITAL
1671	2700

Fonte: Sistema Malote Digital

6. Movimentações Processuais no Sistema ThemisSG Web

Movimentações processuais (recebimento e encaminhamento)	175
--	-----

*Fonte: Sistema ThemisSG Web

7. Projetos realizados.

Projeto	Descrição
Declare seu amor	Projeto que visa incentivar contribuintes a destinarem parte do imposto de renda, que é obrigatório, para o Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Luís, com o fim de beneficiar projetos sociais que atendem ao público infantojuvenil.
Digitaliza Já	Programa que tem por objetivo a digitalização de 100% dos processos físicos existentes nas unidades judiciárias de 1º grau.
Selo Unidade 100% digital	Selo concedido à unidade judiciária que atingir a digitalização de 100% de seu acervo de processos físicos

Sou amigo do Judiciário	Objetiva estimular a participação da classe dos advogados no projeto “Digitalizar Já”, contribuindo voluntariamente com a virtualização dos processos judiciais físicos de seu interesse no âmbito do Judiciário estadual ao repassar os arquivos em mídia digital para migração ao Processo Judicial Eletrônico (Pje).
-------------------------	---

8. Correições e Visitas Técnicas.

Correições e Visitas Técnicas	61
-------------------------------	----

* Fonte: Controle Interno

9. Participação em eventos.

ENCOGE	3
IBCCRIM	1
FONACOR	1
EVENTO 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	1
MATOPIBA	4
AGROBALSAS	1
TOTAL	7

* Fonte: Controle Interno

10. Termos de Cooperação, Convênio e Compromisso com a participação da CGJ

Termo de Cooperação	8
Termo de Convênio	1
Termo de Compromisso	1

* Fonte: Controle Interno



**COORDENAÇÃO E SECRETARIA
DO CONSELHO DE SUPERVISÃO
DOS JUIZADOS ESPECIAIS**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COORDENAÇÃO E SECRETARIA DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS

O Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais (Coordenação e Secretaria dos Juizados Especiais) é órgão da Corregedoria Geral de Justiça e tem como objetivo exercer a coordenação administrativa dos Juizados Especiais e Turmas Recursais, buscando melhorias relacionadas ao funcionamento desse sistema, no Estado do Maranhão.

Juiz Coordenador dos Juizados Especiais - período de: 15/12/2017 a 17/09/2018

Dr. Marcelo José Amado Libério

Juiz Coordenador dos Juizados Especiais a partir de: 02/10/2018 a 23/04/2020 - Dr. João Francisco Gonçalves Rocha.

ATIVIDADES REALIZADAS - 2018

1) CORREIÇÕES ORDINÁRIAS

* O Coordenador dos Juizados, Dr. Marcelo José Amado Libério, realizou correições ordinárias nos seguintes juizados:

6º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís/MA.

Período: 20 a 22 de março de 2018.

7º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário da São Luís da Comarca da Ilha de São Luís/MA.

Período: 06 a 08 de março de 2018.

9º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário da São Luís da Comarca da Ilha de São Luís/MA.

Período: 17 a 19 de abril de 2018.

14º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário da São Luís da Comarca da Ilha de São Luís/MA.

Período: 03 a 05 de setembro de 2018.

Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Açailândia/MA.

Período: 02 a 04 de abril de 2018.

Turma Recursal Cível e Criminal da Comarca de Imperatriz/MA.

Período: 04 a 06 de abril 2018.

Juizado Especial Cível e Criminal do Termo Judiciário de Paço Lumiar da Comarca da Ilha de São Luís/MA.

Período: 06 a 08 de junho de 2018.

Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Caxias/MA.

Período: 06 a 08 de agosto de 2018.

Turma Recursal Cível e Criminal da Comarca de Caxias/MA.

Período: 08 a 10 de agosto 2018.

Turma Recursal Cível e Criminal da Comarca de São Luís/MA.

Período: 21 a 23 de agosto de 2018.

* O Coordenador dos Juizados, Dr. João Francisco Gonçalves Rocha, realizou correições ordinárias nos seguintes juizados:

Juizado Especial de Trânsito do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís.
Período: 02 a 04 de outubro de 2018.

11º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário da Comarca da Ilha de São Luís/MA.
Período: 15 a 17 de outubro de 2018.

13º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário da Comarca da Ilha de São Luís/MA.
Período: 12 a 14 de novembro de 2018.

Juizado Especial da Fazenda Pública do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís/MA.
Período: 03 a 05 de dezembro de 2018.

1º Juizado Especial Criminal do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís/MA.
Período: 06 a 08 de dezembro de 2018.

Juizado Especial Cível e Criminal do Termo Judiciário de São José de Ribamar da Comarca da Ilha de São Luís/MA.
Período: 26 a 28 de novembro de 2018.

2) CORREIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS

10º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário da São Luís da Comarca da Ilha de São Luís/MA.
Período: 30 a 31 de outubro de 2018.

Turma Recursal Cível e Criminal da Comarca de Balsas/MA.
Período: 05 a 08 de novembro de 2018.

2.1) CORREIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS EXCEPCIONAIS

Por determinação do Excelentíssimo Senhor Corregedor foram realizadas correições extraordinárias, para fim específico (Portaria CGJ nº 3585/2018), nos juizados especiais abaixo relacionados:

Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Codó/MA.
Período: 26 a 28 de Junho de 2018.

1º Juizado Especial Cível da Comarca de Imperatriz/MA.
Período: 03 a 04 de julho de 2018.

2º Juizado Especial Cível da Comarca de Imperatriz/MA.
Período: 05 a 06 de julho de 2018.

Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pinheiro/MA
Período: 09 a 12 de julho de 2018.

3) FÓRUM NACIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS- FONAJE

O evento, que ocorre semestralmente, contou com a ampla participação de juízes, que receberam o apoio da CGJ, com a disponibilização de passagens aéreas e diárias, sorteadas. Convém ressaltar que foram contemplados juízes de juizados especiais autônomos e membros de Turmas Recursais.

1º SEMESTRE - 43º FÓRUM NACIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS - FONAJE 2018.

Essa edição aconteceu em Macapá/AP, no período de 13 a 16 de junho de 2018, com a participação do juiz coordenador Dr. Marcelo José Amado Libério, e dos magistrados: Dra. Maria José França Ribeiro - 7º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís; Dra. Marcia Cristina Coêlho Chaves - 3º Juizado Especial Criminal do Termo Judiciário de São Luís.

2º SEMESTRE - 44º FÓRUM NACIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS- FONAJE 2018.

Essa edição aconteceu no Rio de Janeiro/RJ, no período de 21 a 23 de novembro de 2018, com a participação do juiz coordenador Dr. João Francisco Gonçalves Rocha, e dos magistrados: Dr. Pedro Henrique Holanda Pascoal - Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Balsas/MA; Dr. Marcelo José Amado Libério - Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de São José de Ribamar/MA.

4) Instalação da TURMA RECURSAL TEMPORÁRIA na Comarca da Ilha de São Luís/MA (gestão do Juiz Coordenador Marcelo José Amado Libério).

Instalação, em 15 de março de 2018, da Turma Recursal Temporária.

5) A Coordenação dos Juizados Especiais recebeu, tramitou e confeccionou documentos e processos, conforme discriminação abaixo:

Foram criados (2.654) documentos, dentre os quais (130) Pareceres e (460) Portarias (designação de juízes).

Tramitaram (716) processos dos quais (413) foram finalizados e arquivados nesta secretaria e (277) encaminhados para outros setores.

ATIVIDADES REALIZADAS - 2019

1) CORREIÇÕES ORDINÁRIAS:

2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís/MA.

Período: 12 a 14 de fevereiro de 2019.

3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís/MA.

Período: 26 a 28 de fevereiro de 2019.

4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís/MA.

Período: 12 a 14 de novembro de 2019.

5º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís/MA.

Período: 09 a 11 de julho de 2019.

8º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís/MA.

Período: 28 a 31 de maio de 2019.

3º Juizado Especial Criminal do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís/MA.

Período: 10 a 12 de abril de 2019.

Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Bacabal.

Período: 18 a 20 de março de 2019.

Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Timon.

Período: 22 a 25 de abril de 2019.

Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Pedreiras.
Período: 13 a 15 de maio de 2019.

Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Codó.
Período: 05 a 07 de agosto de 2019.

Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Pinheiro.
Período: 26 a 28 de agosto de 2019.

Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Santa Inês.
Período: 30 de setembro a 03 de outubro de 2019.

1º Juizado Especial Cível da comarca de Imperatriz.
Período: 24 a 26 de junho de 2019.

2º Juizado Especial Cível da comarca de Imperatriz.
Período: 26 a 28 de junho de 2019.

Juizado Especial Criminal da comarca de Imperatriz.
Período: 21 a 23 de outubro de 2019.

Turma Recursal Cível e Criminal com sede em Bacabal.
Período: 20 a 22 de março de 2019.

Turma Recursal Cível e Criminal com sede em Presidente Dutra.
Período: 16 e 17 de maio de 2019.

Turma Recursal Cível e Criminal com sede em Chapadinha.
Período: 08 e 09 de agosto de 2019.

Turma Recursal Cível e Criminal com sede em Pinheiro.
Período: 28 a 30 de agosto de 2019.

Turma Recursal Cível e Criminal com sede em Imperatriz.
Período: 23 a 25 de outubro de 2019.

2) CORREIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS:

12º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís/MA.

Período: 27 a 29 de março de 2019.

Turma Recursal Cível e Criminal com sede em Caxias.
Período: 17 a 20 de setembro de 2019.

3) FÓRUM NACIONAL DE JUIZADOS ESPECIAIS - FONAJE

O evento, que ocorre semestralmente, contou com a participação de juizes, que receberam o apoio da CGJ, com a disponibilização de passagens aéreas e diárias, sorteadas. Convém ressaltar que foram contemplados juizes de juizados especiais autônomos e membros de Turmas Recursais.

1º SEMESTRE - 45º FÓRUM NACIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS - FONAJE 2019.

Essa edição aconteceu em Florianópolis/SC, no período de 12 a 14 de junho de 2018, com a participação do juiz coordenador Dr. João Francisco Gonçalves Rocha, e dos magistrados: Dr. Josemilton Silva Barros - Juizado Especial Cível e Criminal de Timon/MA; Dra. Karla Jeane Matos de Carvalho - Juizado Especial Cível e Criminal de Codó.

2º SEMESTRE - 46º FÓRUM NACIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS- FONAJE 2019.

Essa edição aconteceu em Foz do Iguaçu, no período de 20 a 22 de novembro de 2019, com a participação do juiz coordenador Dr. João Francisco Gonçalves Rocha.

4) Instalação da 1ª e 2ª Turmas Recursais Permanentes da comarca da Ilha de São Luís/MA, em 30 de setembro de 2019.

5) A Coordenação dos Juizados Especiais recebeu, tramitou e confeccionou documentos e processos, conforme discriminação abaixo:

Foram criados (3.108) documentos, dentre os quais (255) Pareceres, (509) Portarias (designação de juízes), (274) Decisões, (32) Relatórios, (948) Ofícios, (602) Certidões, entre outros.

Tramitaram (855) processos dos quais (508) foram arquivados nesta secretaria e (347) encaminhados para outros setores.



**COORDENADORIA
DAS SERVENTIAS**

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA COORDENADORIA DAS SERVENTIAS DA CORREGEDORIA GERAL

1. INFORMAÇÕES GERAIS:

- **COORDENADOR:** RAFAEL DUARTE RIBEIRO
- **SERVIDORES:** Anie Graziela Oliveira Santos, Eliana da Conceição Monteiro Almeida, Euler Tácito Dias de Almeida Andrade Filho; Glorilda Caldas Machado, Karoline Blenda Oliveira Alcantara, Manoel Raimundo Figueiredo Ferreira Júnior e Tânia Olímpia Couto Chaves Ramos.

2. ASSUNTOS PROCESSUAIS DISTRIBUÍDOS E PROCESSADOS NO ANO 2019 (FONTE: DIGIDOC)

	DESCRIÇÃO
1	CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
2	CERTIDÃO DE EXISTÊNCIA DE SERVENTIA EXTRAJUDICIAL ESPECIFICA
3	COMUNICADO DE DESIGNAÇÃO DE SERVENTUÁRIO SUBSTITUTO
4	COMUNICADO DE REGISTRADOR
5	CONSULTA DE REGISTRADOR
6	CONSULTA DE REGISTRADOR
7	DESISTÊNCIA DE INTERINIDADE
8	INDICAÇÃO DE SECRETÁRIO SUBSTITUTO
9	INFORMAÇÃO SOBRE SERVENTIAS
10	PEDIDO DE INTERINIDADE
11	PROCEDIMENTO CNJ
12	RENÚNCIA DE DELEGAÇÃO
13	RETORNO DE INTERINIDADE
14	SOLICITAÇÃO DE 2ª VIA DE CERTIDÃO REGISTRO CIVIL
15	INDISPONIBILIDADE DE BENS
16	SUSPENSÃO DE FUNCIONAMENTO DE FÓRUM
17	RELATÓRIO MENSAL DE REGISTRO CIVIL
18	PEDIDO DE CASAMENTO COMUNITÁRIO

3. QUANTITATIVO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS E PROCESSADOS NO ANO DE 2019 (FONTE: DIGIDOC)

	DESCRIÇÃO	TOTAL
01	PROCESSOS NOVOS RECEBIDOS NA COORDENADORIA	3051
02	1. PROCESSOS DE 2019 ARQUIVADOS	3472
03	2. TOTAL DE PROCESSOS MOVIMENTADOS	7049
04	TOTAL DE DOCUMENTOS CRIADOS PELO SETOR (OFÍCIOS, MEMORANDOS etc)	3312

3.1 RESULTADO DA GRATIFICAÇÃO POR PRODUTIVIDADE JUDICIÁRIA - GPJ/2019

A) **META 1-** Dar prosseguimento a 96% dos processos no prazo Padrão de 7 dias úteis.

COORDENADORIA DAS SERVENTIAS						
META	TOTAL DE PROCESSOS CONCLUÍDOS NO PRAZO PADRÃO	TOTAL DE PROCESSOS RECEBIDOS	REALIZADO	ESPERADO	% PROCESSOS SOBRESTADOS	% MÁXIMO SUSPENSÃO
META 01	12038	12284	98%	96%	0,11%	5%

4. CASAMENTOS COMUNITÁRIOS

4.1 - AÇÃO DE INSCRIÇÃO E CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO COMUNITÁRIO - 2019.

No dia 09 de novembro de 2019 foi realizada a celebração do casamento comunitário de São Luís, no auditório da UFMA, onde ocorreu a união de 915 casais.

5 - EXPEDIÇÃO DE PORTARIAS DE DESIGNAÇÃO DE INTERINOS.

No ano de 2019 a Coordenadoria das Serventias, de ordem do Corregedor-Geral da Justiça, e com a finalidade de evitar que as serventias extrajudiciais vagas do Estado ficassem acéfalas, expediu portarias de designação de interinos para responderem provisoriamente pelas serventias extrajudiciais do 4º Ofício de Caxias, 2º Ofício de Pindaré-Mirim, 2º Ofício de Timon, Barreirinhas, 1º Ofício de Brejo, Morros, Santo Amaro, Olho D'Água das Cunhãs, Matões, 1º Ofício de Lago da Pedra, Cândido Mendes, Peri-Mirim, 7º Ofício de Imperatriz, 4º Tabelionato de Notas de São Luís, Timbiras, Cedral, 1º Ofício de Cururupu e Presidente Vargas.



**COORDENADORIA
DE FINANÇAS E
DE PESSOAL**

COORDENADORIA DE FINANÇAS E DE PESSOAL

1. APRESENTAÇÃO

A Coordenadoria de Finanças e de Pessoal da Corregedoria, integrada pelas Divisões de Expedição de Atos e Registros e de Cadastro, diante dos objetivos e metas traçados no plano de gestão do Corregedor-Geral da Justiça, Des. Marcelo Carvalho Silva, biênio 2018-2019, apresenta, por intermédio desse relatório, os indicadores das atividades desempenhadas no ano de 2019.

Em relação à Coordenadoria, o relatório enfatiza o controle e a execução orçamentária da Corregedoria, notadamente dos pleitos administrativos de adiantamento, nas modalidades alimentação do Júri e pronto pagamento, de pagamento de diárias a magistrados e servidores, bem como das despesas permanentes de caráter continuado (água, energia e telefonia fixa).

Para a Divisão de Expedição de Atos e Registros, o relatório focaliza na produção dos atos (portarias, certidões, informações, ofícios, memorandos e termos de exercício de juízes de direito) dos servidores da CGJ e juízes de 1º Grau.

Já a Divisão de Cadastro tem seu relatório voltado para os atos produzidos (certidões), análise e homologação do cadastramento realizado no sistema Peritus, de peritos e órgãos técnicos ou científicos; e, também, o cadastramento e atualização dos dados pessoais no sistema informatizado MENTORH.

2. COORDENADORIA DE FINANÇAS E DE PESSOAL

No exercício de 2019, segundo dados obtidos pelo Sistema de Controle Orçamentário-SCO, a Corregedoria Geral da Justiça contou, inicialmente, com o orçamento de R\$ 21.964.000,00 (vinte e um milhões, novecentos e sessenta e quatro mil reais), além do crédito adicional autorizado, no decorrer do exercício financeiro, de R\$ 2.249.431,00 (dois milhões, duzentos e quarenta e nove mil e quatrocentos e trinta e um reais), perfazendo um total de R\$ 24.213.431,00 (vinte e quatro milhões, duzentos e treze mil e quatrocentos e trinta e um reais), alocados no Projeto Acesso à Justiça (CGJ).

O orçamento atualizado fora executado no valor de R\$ 21.889.267,00, (vinte e um milhões, oitocentos e oitenta e nove mil e duzentos e sessenta e sete reais), até o dia 19/12/2019, atingindo 90,40% da execução orçamentária, o que demonstra um resultado eficaz no aproveitamento dos recursos disponíveis.

E, de acordo com informações extraídas do Sistema Digidoc, tem-se o resumo quantitativo da tramitação de processos administrativos (diária CGJ, adiantamento pronto pagamento e alimentação do Júri, pagamento de fatura CGJ) do ano de 2019, conforme abaixo:

PROCESSOS (DIGIDOC) até 19.12.2019	2019
Processos Abertos	548
Processos Recebidos/Entradas	3.281
Processos Arquivados	690
Processos Encaminhados/Saídas	3.193

Diárias

No ano de 2019, considerando o período de janeiro a dezembro, foram 958 processos de concessão de diárias a magistrados e servidores, o que corresponde a 76,07% do recurso disponibilizado realizado, conforme demonstrado na tabela abaixo:

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	DOTAÇÃO INICIAL	EXECUTADO	PERC. EXECUÇÃO
DIÁRIAS-PESSOAL CIVIL	1.828.192,00	1.390.858,00	76,07%

Período: Jan a Dez de 2019

Nesse sentido, a despesa classificada como Diárias-Pessoal Civil é subdividida nos planos internos Diárias Magistrados; Diárias Magistrados em Correição; Diárias Servidor; Diárias Servidor em Correição e Diárias do

Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais-NAUJ, para atender, qualitativamente, às atividades desenvolvidas pela Corregedoria.

Considerando que a Coordenadoria de Finanças e de Pessoal passou a realizar o controle das prestações de contas nos processos de diárias, houve a devolução ao Tribunal de Justiça do valor de R\$ 13.667,70, (treze mil, seiscentos e sessenta e sete reais e setenta centavos) equivalente à 32,5 diárias em 14 processos, o que corresponde a 1,46% do total de 958 processos.

Faturas

A atual gestão da Corregedoria-Geral da Justiça definiu como macrodesafio o aperfeiçoamento da gestão de custos com o objetivo de fomentar o uso consciente de água, energia e telefonia, tendo esta Coordenadoria participado, no ano de 2019, dos grupos executivos de Engenharia e Arquitetura Sustentável e de Telefonia, Impressão e Gestão de Recursos Tecnológicos para revisão do Plano Logístico Sustentável do ano de 2016, bem como na definição das novas metas e indicadores, conforme Portaria Conjunta 12019.

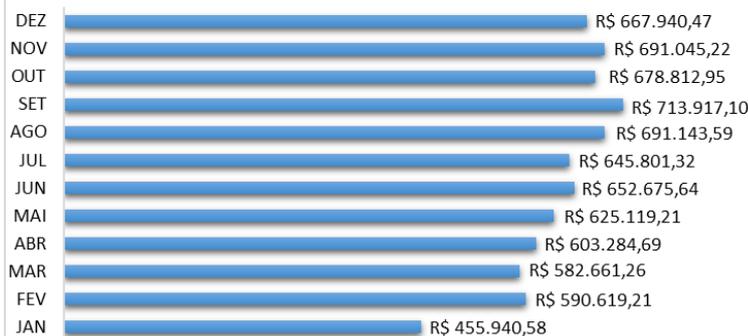
No ano de 2019, considerando o período de janeiro a dezembro, em relação ao controle do orçamento e a execução dos gastos fixos mensais realizados pela Corregedoria-Geral da Justiça no âmbito de todo o 1º Grau, abaixo o demonstrativo, em gráficos, das despesas permanentes de caráter continuado, serviços prestados pelas empresas: CAEMA, SAAEs, CEMAR, OI FIXO e EMBRATEL.

EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$)						
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL
CEMAR	455.940,58	590.619,21	582.661,26	603.284,69	625.119,21	652.675,64	645.801,32
CAEMA	43.945,84	44.118,79	43.969,89	44.413,61	52.191,64	48.965,14	45.660,77
SAAE	7.291,05	8.817,40	6.510,71	6.868,36	8.861,75	6.963,71	7.379,59
TELEFONIA FIXA*	40.681,21	45.008,65	43.693,76	47.162,80	44.800,40	44.339,92	47.927,88
TOTAL	547.858,68	688.564,05	676.835,62	701.727,46	730.973,00	752.944,41	746.769,56

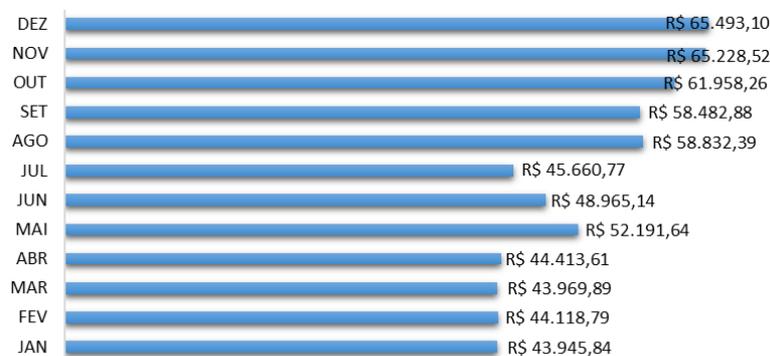
AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
691.143,59	713.917,10	678.812,95	691.045,22	667.940,47	7.598.961,24
58.832,39	58.482,88	61.958,26	65.228,52	65.493,10	663.260,83
7.477,94	11.213,56	10.821,83	11.961,24	9.351,89	103.517,03
47.336,10	46.570,15	46.625,14	43.296,60	40.656,27	460.906,08
804.790,02	830.183,69	798.218,18	811.531,58	783.441,73	8.796.645,18

*OI FIXO (AGRUPADA), OI FIXO (PIAUI), OI FIXO (CENTRAL TIMON) e EMBRATEL

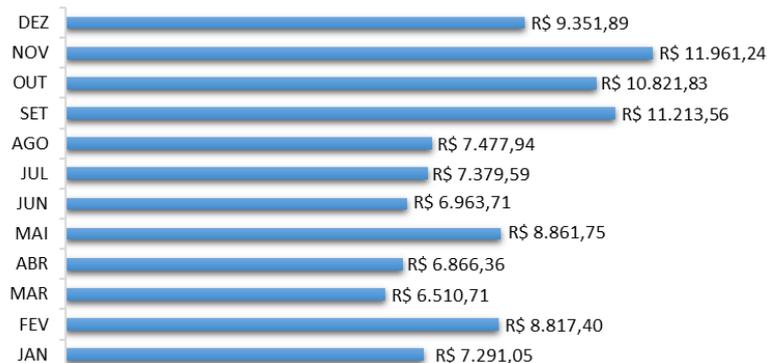
CEMAR



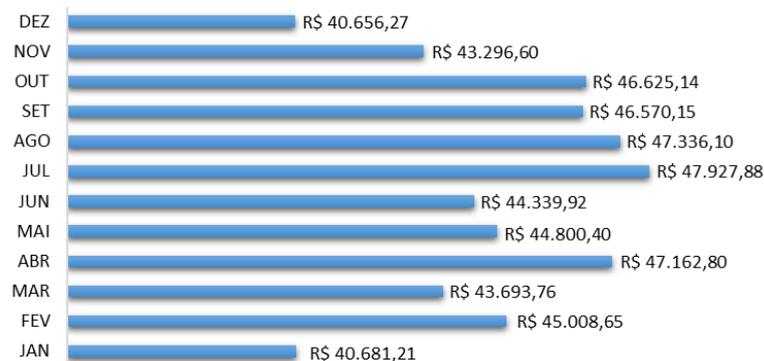
CAEMA



SAAE



TELEFONIA FIXA



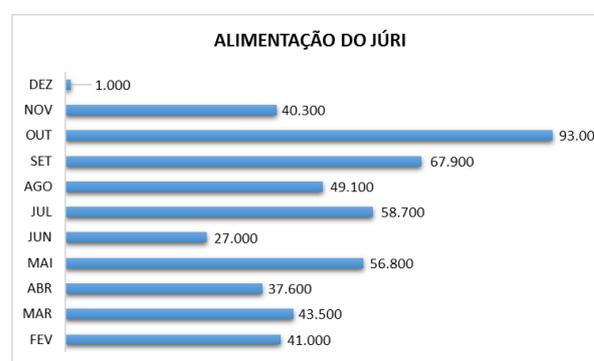
Adiantamento

No ano de 2019, considerando o período de fevereiro a dezembro, foram 485 processos de adiantamento nas modalidades pronto pagamento (247 processos) e alimentação do Júri (238 processos).

A execução orçamentária (R\$) segue demonstrada na tabela abaixo.

ADIANTAMENTO	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET
PRONTO PAGAMENTO	72.000	64.000	40.000	58.000	42.000	46.000	38.000	42.000
ALIMENTAÇÃO DO JÚRI	41.000	43.500	37.600	56.800	27.000	58.700	49.100	67.900

OUT	NOV	DEZ	TOTAL
37.460	50.000	-	489.460
93.000	40.300	1.000	515.900



2.1 DIVISÃO DE EXPEDIÇÃO DE ATOS E REGISTROS

A principal forma de exteriorização no cumprimento das atribuições da Divisão de Expedição de Atos e Registros da CGJ dá-se com a expedição de documentos administrativos, tais como: portarias, certidões, informações, ofícios, memorandos e termos de exercício de juízes de direito.

As demandas são tratadas a partir das solicitações direcionadas a esta Divisão, requisitadas pelo sistema Digidoc (sistema de elaboração e tramitação de documentos e processos administrativos), bem como diretamente pelas autoridades superiores.

De acordo com informações extraídas do Sistema Digidoc, tem-se o resumo quantitativo da tramitação de processos administrativos e documentos (informações, memorandos, ofícios, portarias, certidões, editais e termos de exercício) do ano de 2019, conforme abaixo:

PROCESSOS (DIGIDOC)	2019
Processos Abertos	3.046
Processos Recebidos/ Entradas	1.673
TOTAL	4.719
EXPEDIENTES	2019
Informação	472
Memorando	24
Ofício	57
Portarias	4.688

Certidão	05
Edital	05
Termo de Exercício	26
TOTAL	5.277

2.2 DIVISÃO DE CADASTRO DA CGJ

A Divisão de Cadastro da Corregedoria executa suas atividades por intermédio dos sistemas informatizados do Tribunal de Justiça, tais como: DIGIDOC, MENTORH e CPTEC (cadastro eletrônico de peritos e órgãos técnicos ou científicos).

Em relação ao sistema MENTORH, realiza o cadastramento de documentos referentes a magistrados e servidores, a partir do registro de portarias encaminhadas pela Divisão de Expedição de Atos e Registros, Coordenadoria das Serventias, Secretaria dos Juizados e pela Diretoria Financeira do TJ.

No setor são confeccionados os documentos administrativos, tais como certidões solicitadas pelos Juízes de Direito e partes interessadas; informações; ofícios e memorandos.

Ademais, realiza a análise e homologação do cadastramento no sistema Peritus, de peritos e órgãos técnicos ou científicos.

Segue, abaixo, resumo quantitativo dos procedimentos, de acordo com informações extraídas dos Sistemas Digidoc, Mentorh e CPTEC:

PROCESSOS (DIGIDOC)	
Processos Abertos	68
Processos Recebidos/ Entradas	1.547
Processos Arquivados	510
Processos Encaminhado/ Saída	1.098
TOTAL	3.223

SISTEMA MENTORH (Portarias/Decisões cadastradas)	
Divisão de Expedição de Atos e Registros	4.688
Juizados	483
Decisões (Diárias CGJ)	958
TOTAL	6.129

EXPEDIENTES	
Certidão	234
Informação	8
Memorando	110

Ofício	22
Documentos arquivados	5.545
TOTAL	5.919
PASTAS FUNCIONAIS ATUALIZADAS (Sistema MENTORH)	
Magistrados	41
TOTAL	41
CADASTRO ELETRÔNICO DE PERITOS E ÓRGÃOS TÉCNICOS OU CIENTÍFICOS-CPTEC	
Inscrições Deferidas	479
TOTAL	479

3. CONCLUSÃO

Este relatório apresentou as atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Finanças e de Pessoal e as Divisões de Cadastro e de Expedição de Atos e Registros, no ano de 2019, o qual demonstra os esforços envidados por este setor no cumprimento de suas competências, atingindo e superando, satisfatoriamente, as metas planejadas, a fim de agregar bons serviços à Corregedoria-Geral da Justiça e, conseqüentemente, atender com excelência a todos os beneficiados pelos seus serviços.



**COORDENADORIA DE ORIENTAÇÃO
E APRIMORAMENTO DAS MEDIDAS
CAUTELARES PENAIS E EXECUÇÃO CRIMINAL**

1) Competências, atribuições e vinculação:

Inicialmente, introduzimos o presente relatório com um breve resumo a respeito da criação, atribuições e vinculação desta unidade.

Em maio de 2013, com o advento do novo Regimento Interno da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão, em cumprimento as metas recomendadas pelo Conselho Nacional de Justiça, no sentido de modernização de sua estrutura a fim de otimizar as atividades desempenhas, houve a implantação, além de outros, desta coordenadoria de orientação e aprimoramento as medidas cautelares penais e execução criminal.

As atribuições desta unidade estão definidas na Seção VIII, artigo 27 e incisos, da referida norma, e tem como incumbência precípua auxiliar e assessorar o Corregedor Geral de Justiça, juízes e demais membros do poder judiciário nas matérias envolvendo o Sistema Carcerário, Justiça Criminal e Execução Penal no Estado do Maranhão, buscando a adoção de medidas que visem, como o próprio nome sugere, orientar e aprimorar essas questões.

De acordo com a distribuição de setores contida no organograma da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão, esta coordenadoria encontra-se vinculada ao gabinete dos juízes corregedores, sendo a rotina de trabalho basicamente a seguinte: os processos, documentos ou requisições são apresentados e devidamente analisados, após, remetidos ao gabinete dos juízes corregedores, onde o(a) magistrado(a) competente toma conhecimento e delibera sobre a respectiva demanda. Em seguida, retorna-se com as determinações para cumprimento.

Desta forma, desenvolvemos, através da confecção de ofícios, circulares e demais expedientes, sempre submetidos à apreciação e deliberação do Gabinete ao qual o presente setor encontra-se subordinado, trabalho de orientação e fornecimento de mecanismos para que magistrados, promotores, defensores públicos e representantes de outros órgãos possam garantir o cumprimento efetivo e célere das demandas oriundas do jurisdicionado.

2) Dos processos, procedimentos e atividades realizadas:

Quanto ao fluxo de processos e procedimentos que tramitaram neste setor, durante todo o ano de 2019, foram compreendidas demandas que versaram acerca de diversos assuntos, tendo esta coordenadoria atuado no cumprimento das diligências determinadas. Dentre as atividades desempenhadas podemos destacar:

1) Recebimento de relatórios de presos provisórios encaminhados pelos juízos das comarcas do interior e capital, sendo, em seguida, remetidos à divisão de estatísticas da CGJ para elaboração de levantamento estatístico;

2) Recebimento de relatórios de inspeções realizadas em delegacias, unidades prisionais e de centros destinadas ao cumprimento de medidas socioeducativas;

3) Recebimento de relatórios de atividades do Conselho Penitenciário do Estado do Maranhão, Coordenadoria de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Maranhão (UMF), Promotorias especializadas e Defensoria Pública;

4) Cadastro no sistema *Promeritus* (responsável pelo gerenciamento de promoção e remoção de magistrado) da realização de inspeções em estabelecimentos prisionais pelos magistrados competentes;

5) Atendimento de solicitações/pedidos de providências quanto a(ao):

5.1) recambiamento de presos;

5.2) assuntos relacionados a audiências de custódia;

5.3) envio de certidões de antecedentes penais;

5.4) situações envolvendo crianças e adolescentes em conflito com a lei, tais como: requerimento de deslocamento de menor para comparecimento em audiência, informações sobre cumprimento de remanescente de medida socio-educativa imposta a adolescente, transferência para o Maranhão de menor internado em outro Estado, instalação de sala de depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas de crimes, sugestões de magistrados para edição de provimentos, bem como solicitação de recomendações e esclarecimentos a respeito do assunto infância e juventude, dentre outros;

5.5) Resolução de questões relativas a interdição do Hospital Nina Rodrigues;

5.6) Realização de obras para ampliação e readequação de unidade prisional;

5.7) atraso na apresentação de presos em audiências e sessões do Tribunal do Júri;

5.8) Informações acerca de processos criminais ou de execução;

5.9) devidas expedições de guias de execução bem como de acolhimento;

5.10) Superlotação carcerária;

5.11) possibilidade instalação de Vara;

- 5.12) Garantias de Direitos Humanos e fundamentais dos presos;
- 5.13) Não cumprimento de mandados/expedientes pelo setor responsável;
- 5.14) Para celeridade no cumprimento de cartas precatórias
- 5.15) designação de magistrados para atuarem em cooperação em sessão de julgamento no Tribunal do

Júri,

6) São tratados também assuntos relativos a(ao):

6.1) encaminhamento de expedientes dispendo sobre a proibição de recebimento de presos oriundos de comarcas ou Estados diversas, bem como decisões de interdições (totais ou parciais) de unidades prisionais;

6.2) demandas envolvendo medidas de segurança e de internação;

6.3) requerimentos a respeito de sistemas, tais como autorização para acesso, orientação, criação de campos relevantes;

6.4) solicitação de realização de Mutirão Carcerário nas Comarcas;

6.5) formulação de consultas e esclarecimentos quanto a interpretação de legislações e atos normativos;

6.6) implantação do Sistema SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificada);

6.7) Cumprimento de determinações do STJ, STF, bem como CNJ.

7) Participação em eventos:

7.1) Atuação na “Força Tarefa” para cadastramento das Guias de Execução Penal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão no Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU, durante o período de 05 de agosto a 30 de setembro de 2019.

7.4) Cooperação no projeto “Casamento Comunitário” de São Luís, realizado em 09 de novembro de 2019.

QUANTITATIVO DE PROCESSOS E DOCUMENTOS QUE TRAMITARAM NESTA COORDENADORIA NO ANO DE 2019 (Fonte: Digidoc)

PROCESSOS	
Processos Abertos	258
Processos Recebidos/Entradas	811
Processos Arquivados	340
Processos Encaminhados/Saídas	749
TOTAL	2.158

DOCUMENTOS	
Documentos criados - Movimentação de Processo	Total: 1.114

Sendo estas as informações que, por ora, reputamos pertinentes, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.



**COORDENADORIA
DE RECLAMAÇÕES E
PROCESSOS DISCIPLINARES**

INFORMAÇÕES GERAIS:

- **Corregedor-Geral da Justiça - biênio 2018/2019:** Des. Marcelo Carvalho Silva
- **Setor:** Coordenadoria de Reclamações e Processos Disciplinares
- **Coordenadora:** Fátima Maria Pereira Cardoso
- **Secretária da Coordenadora:** Maryellen Monteiro Sousa
- **Servidores lotados na Coordenação:** Giselle Régia Campos Martins Penha, Maria Gorete Moura da Silva, Maria de Lourdes Zuniga de Melo e Renata Santos Araújo.

Atribuições da Coordenadoria dispostas no Regimento Interno da Corregedoria Geral da Justiça, na Seção VII, art. 26, de 15/04/2013:

Art. 26. A Coordenadoria de Reclamações e Processos Disciplinares é responsável pelas reclamações e processos disciplinares relacionados aos juízes de direito e servidores da Justiça de Primeiro Grau, competindo-lhe, ainda:

I - receber e processar as reclamações, representações e demais documentos encaminhados à Corregedoria Geral, relativas aos juízes e servidores da Justiça de Primeiro Grau e serventuários extrajudiciais;

II - prestar informações solicitadas, inclusive sobre a movimentação, localização ou solução dos processos relacionados aos juízes de direito e servidores da Justiça de Primeiro Grau e serventuários extrajudiciais, mantendo o necessário sigilo;

III - providenciar, quando necessário, o traslado de processos, representações, reclamações e outros documentos, que tramitem em meio físico, entre a Corregedoria Geral e o Tribunal de Justiça;

IV - processar representação contra servidor quando instaurado o procedimento administrativo pelo corregedor-geral da Justiça;

V - remeter correspondência externa dos inquéritos, sindicâncias, processos administrativos e outros documentos preparados para expedição, encaminhados pelas unidades internas da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão da Corregedoria Geral;

VI - organizar o esquema de trabalho e controlar a respectiva frequência dos servidores lotados no setor;

VII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

QUANTITATIVO DE PROCESSOS DILIGENCIADOS NA COORDENADORIA NO BIÊNIO DE 2018/2019.

- **Representações/Reclamações/Sindicâncias contra Magistrados*:**

2019			
TRAMITANDO	ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR	ARQUIVADOS	TOTAL
134	9	115	258

2018			
TRAMITANDO	ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR	ARQUIVADOS	TOTAL
47	8	176	231

PROCESSOS REMANESCENTES DE GESTÕES ANTERIORES			
2017			
TRAMITANDO	ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR	ARQUIVADOS	TOTAL
8	3	65	76

2016			
TRAMITANDO	ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR	ARQUIVADOS	TOTAL
2	0	5	7

2015			
TRAMITANDO	ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR	ARQUIVADOS	TOTAL
1	1	3	5

2014			
TRAMITANDO	ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR	ARQUIVADOS	TOTAL
0	3	2	5

2013			
TRAMITANDO	ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR	ARQUIVADOS	TOTAL
0	0	2	2

TOTAL DE PROCESSOS MOVIMENTADOS NO BIÊNIO 2018/2019	584
--	------------

* dados atualizados em 17.12.2019

- Representações/Reclamações/Sindicâncias/Processos Administrativos Disciplinares contra Servidores do 1º Grau*:

2018			
TRAMITANDO	ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR	ARQUIVADOS	TOTAL
15	6	108	117

2019			
TRAMITANDO	ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR	ARQUIVADOS	TOTAL
60	4	74	138

PROCESSOS REMANESCENTES DE GESTÕES ANTERIORES

2016			
TRAMITANDO	ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR	ARQUIVADOS	TOTAL
1	1	4	6

2017			
TRAMITANDO	ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR	ARQUIVADOS	TOTAL
2	2	16	20

2014			
TRAMITANDO	ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR	ARQUIVADOS	TOTAL
0	0	1	1

2011			
TRAMITANDO	ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR	ARQUIVADOS	TOTAL
0	0	1	1

TOTAL DE PROCESSOS MOVIMENTADOS NO BIÊNIO 2018/2019	283
--	------------

* dados atualizados em 17.12.2019

- Representações/Reclamações/Sindicâncias/Processos Administrativos Disciplinares contra Delegatários de Serventias Extrajudiciais*:

2018				
TRAMITANDO	ENCAMINHADOS COM TRAMITAÇÃO EM OUTRAS COMARCAS (OS-GCGJ-12018)	ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR	ARQUIVADOS	TOTAL
50	19	2	25	96

2019				
TRAMITANDO	ENCAMINHADOS COM TRAMITAÇÃO EM OUTRAS COMARCAS (OS-GCGJ-12018)	ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR	ARQUIVADOS	TOTAL
48	35	5	11	99

PROCESSOS REMANESCENTES DE GESTÕES ANTERIORES				
2017				
TRAMITANDO	ENCAMINHADOS COM TRAMITAÇÃO EM OUTRAS COMARCAS (OS-GCGJ-12018)	ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR	ARQUIVADOS	TOTAL
70	6	20	45	141

2016				
TRAMITANDO	ENCAMINHADOS COM TRAMITAÇÃO EM OUTRAS COMARCAS (OS-GCGJ-12018)	ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR	ARQUIVADOS	TOTAL
15	3	2	8	28

2015				
TRAMITANDO	ENCAMINHADOS COM TRAMITAÇÃO EM OUTRAS COMARCAS (OS-GCGJ-12018)	ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR	ARQUIVADOS	TOTAL
5	1	0	5	11

2014				
TRAMITANDO	ENCAMINHADOS COM TRAMITAÇÃO EM OUTRAS COMARCAS (OS-GCGJ-12018)	ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR	ARQUIVADOS	TOTAL
1	0	1	5	7

2013				
TRAMITANDO	ENCAMINHADOS COM TRAMITAÇÃO EM OUTRAS COMARCAS (OS-GCGJ-12018)	ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR	ARQUIVADOS	TOTAL
1	0	0	1	2

2011				
TRAMITANDO	ENCAMINHADOS COM TRAMITAÇÃO EM OUTRAS COMARCAS (OS-GCGJ-12018)	ENCAMINHADOS A OUTRO SETOR	ARQUIVADOS	TOTAL
0	0	0	2	2

TOTAL DE PROCESSOS MOVIMENTADOS NO BIÊNIO 2018/2019				386
---	--	--	--	-----

* dados atualizados em 17.12.2019

➤ TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE REPRESENTAÇÕES/RECLAMAÇÕES/SINDICÂNCIAS EM FACE DE MAGISTRADOS

1 Recebimento de Requerimento Inicial

1.1 - Via Protocolo:

- Se for cadastrado como: **Informativo CGJ** ou **Procedimento CNJ** (digital e físico) ou **Reclamação contra Magistrado** - o requerimento é encaminhado, via Digidoc, em forma de requisição, diretamente ao Gabinete do Corregedor, que a transforma em processo. Este processo, então, é remetido à Coordenadoria de Reclamações e Processos Disciplinares (CRPACGJ) para autuação e distribuição a um dos juízes Corregedores.
- Se for cadastrado como **Morosidade Processual** - o requerimento é encaminhado, via Digidoc, como requisição, diretamente para esta Coordenadoria de Reclamações e Processos Disciplinares, que ao aceitá-la, a transforma em processo e distribui a um dos juízes Corregedores.

1.2 - Via Ouvidoria - quando o requerimento é cadastrado pela Ouvidoria, este setor o transforma em processo, encaminhando-o, via Digidoc, ao Gabinete do Corregedor, que o remete a esta Coordenadoria de Reclamações e Processos Disciplinares para autuação, ou, ainda, o processo pode ser encaminhado diretamente da Ouvidoria para esta Coordenadoria.

1.3 - Via E-mail - quando o requerimento é recebido no *e-mail* desta Coordenadoria, imprime-se o documento e o encaminha ao Protocolo CGJ, para cadastrá-lo no sistema Digidoc como requisição, que, de acordo com o assunto, é direcionada automaticamente pelo sistema Digidoc para o Gabinete do Corregedor ou para esta Coordenadoria.

2 Distribuição e Tramitação:

Após autuação, o processo é distribuído, conforme competência dos juízes auxiliares e encaminhado ao gabinete dos juízes/assessoria jurídica, para elaboração de despacho e depois retornar à Coordenadoria de Reclamações a fim de notificação do juiz reclamado e/ou cumprimento de outras diligências, no prazo determinado. Transcorrido o prazo, o processo retorna ao **gabinete dos juízes/assessoria jurídica**:

2.1 - ausência de resposta - com certidão para análise e confecção de novo despacho, determinando reiteração e /ou diligências.

2.2 - com resposta - para análise e confecção de **parecer, decisão ou despacho**; em seguida, é encaminhado para o Gabinete do Corregedor para dar ciência ao CNJ e retorna para Coord. de Reclamações para cumprimento de diligências.

3. Decisão

3.1 - Se a decisão for de arquivamento - ciência aos interessados e após o transcurso de prazo recursal (15 dias), procede-se da seguinte forma:

3.1.1 - Se não houver interposição de recurso arquivava-se o processo.

3.1.2 - Se houver interposição de recurso, faz-se juntada do recurso no processo com certidão de tempestividade ou intempestividade, encaminhado concluso ao gabinete dos juízes para o juiz/ Assessoria responsável pelo processo, que em seguida encaminha ao Gabinete do Corregedor para confecção da Decisão com as seguintes diligências;

- Processo retorna a esta Coordenadoria para notificar o juiz para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias. Após, faz-se a juntada da resposta e encaminha-se concluso ao Gabinete dos Juízes/ Assessoria para confecção de decisão de inclusão do processo na pauta administrativa, a fim de que seja apreciado em Sessão Plenária.

- Processo retorna a esta Coordenaria e em seguida é encaminhado ao Gabinete do Diretor Geral para devida inclusão na pauta.

- Processo é devolvido a esta Coordenadoria para devidas comunicações e em seguida é encaminhado ao Gabinete do Corregedor, para aguardar a data indicada.

- Após ser apreciado pelo pleno, o processo retorna a esta Coordenadoria para que os interessados sejam notificados do inteiro teor do Acórdão.

3.2 - Se a decisão for de abertura de sindicância:

- Baixa-se portaria de sindicância e submete-se à publicação e encaminha-se concluso ao Gabinete dos Juízes Corregedores, para elaboração do termo de instalação.

- Retorna a esta Coordenadoria para cumprimento do referido termo:

- Notifica-se o sindicato para apresentar provas no prazo de 05 ou 10 dias e indicar data e hora para audiência, com resposta encaminha-se concluso ao juiz para realização da audiência e elaboração do relatório e decisão.

- Retorna a esta Coordenadoria para dar ciência aos interessados.

3.2.1 – Se a decisão for de arquivamento – repete-se o item 3.1

3.2.2 – Se a decisão for de proposta de Abertura de Procedimento Administrativo Disciplinar – PAD.

- Notifica-se o magistrado para apresentar defesa, no prazo de 15 dias; decorrido o prazo, junta-se a resposta e encaminha-se concluso ao gabinete dos juízes.

- Processo retorna a esta Coordenaria e em seguida é encaminhado ao Gabinete do Diretor Geral, para devida inclusão na pauta da sessão administrativa.

- Processo é devolvido a esta Coordenadoria para devidas comunicações e em seguida é encaminhado ao Gabinete do Corregedor, para aguardar a data indicada.

- Após ser apreciado pelo Pleno, o processo retorna a esta Coordenadoria para que os interessados sejam notificados do inteiro teor do Acórdão: a) Se o Acórdão for pelo arquivamento (não abertura de PAD) repete-se o item 3.1; b) Se o Acórdão for pela abertura de PAD o processo é encaminhado para a Coordenadoria de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicância do TJ, onde tramitará até a conclusão dos trabalhos.

3.3 – Se a decisão for diretamente de proposta de abertura de PAD.

- Notifica-se o magistrado para apresentar defesa, no prazo de 15 dias; decorrido o prazo, junta-se a resposta e encaminha-se concluso ao gabinete dos juízes.

- Processo retorna a esta Coordenaria e em seguida é encaminhado ao Gabinete do Diretor Geral, para devida inclusão na pauta da sessão administrativa.

- Processo é devolvido a esta Coordenadoria para devidas comunicações e em seguida é encaminhado ao Gabinete do Corregedor, para aguardar a data indicada.

- Após ser apreciado pelo Pleno, o processo retorna a esta Coordenadoria para que os interessados sejam notificados do inteiro teor do Acórdão: a) Se o Acórdão for pelo arquivamento (não abertura de PAD) repete-se o item 3.1; b) Se o Acórdão for pela abertura de PAD o processo é encaminhado para a Coordenadoria de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicância do TJ, onde tramitará até a conclusão dos trabalhos.

➤ TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE REPRESENTAÇÕES/RECLAMAÇÕES/SINDICÂNCIAS/PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES CONTRA SERVIDORES DO 1º GRAU

1 Recebimento e distribuição de denúncias/reclamações/representações

1.1 Requisição

- Cadastrada no Protocolo CGJ (pedido externo) ou pelo requerente (interno) no DIGIDOC;

- Recebida nesta Coordenadoria;

- Transformada em Processo;

- Realizada as anotações na Planilha de controle processual desta Coordenadoria;

- Distribuída a um dos Juízes Corregedores, conforme competência.

1.2 Documento

- Recebido nesta Coordenadoria;

- Encaminhado ao Protocolo CGJ, para cadastrar requisição no DIGIDOC e enviar para esta Coordenadoria;

- Transformar a requisição em Processo;

- Realizar as anotações na Planilha de controle processual desta Coordenadoria;

- Distribuir a um dos Juízes Corregedores, conforme competência.

1.3 Processo

- Recebido nesta Coordenadoria, oriundo da Ouvidoria ou do requerente (magistrado ou servidor);

- Realizada as anotações na Planilha de controle processual desta Coordenadoria;

- Distribuído a um dos Juízes Corregedores, conforme competência.

1.4 Comunicação de abertura de Sindicância/ PAD, Solicitação de indicação de membros para compor Comissão Sindicante/Processante e Comunicação de decisão de arquivamento de representação

- Seguem o mesmo trâmite inicial do recebimento e distribuição de requisição, documento e processo

de denúncia/reclamação/representação.

2. Cumprimento de Despacho/Decisão de Processo

2.1 Oficia-se ao Juiz Diretor do Fórum a que está subordinado o servidor reclamado, encaminhando-lhe cópia integral do processo, para as devidas providências, bem como ao requerente, para conhecimento da providência adotada pela CGJ;

2.2 Aguarda-se nesta Coordenadoria (em diligência ou sobrestado) o resultado das apurações no prazo de 30/60 dias;

2.3 Com resposta, realiza-se a juntada de documentos e faz-se conclusivo ao Juiz Corregedor que atua no processo, para análise e novas deliberações:

a) Decisão de abertura de Sindicância/PAD na CGJ - os autos são encaminhados à Coordenadoria de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias do TJ (CPADES), para as devidas providências, inclusive notificar aos interessados;

b) Decisão de arquivamento na CGJ - dá-se ciência aos interessados, encaminhando **Despacho ou Parecer e Decisão**, e transcorrido o prazo recursal de 15 (quinze) dias, sem manifestação das partes, arquivam-se, com as cautelas legais;

2.4 Sem resposta, certifica-se a ausência de informações e faz a conclusão ao Juiz Corregedor do processo, para proferir novo despacho, determinando **reiteração e novo prazo**. Após, segue o mesmo trâmite dos itens acima até se chegar a uma conclusão.

2.5 Comunicação de abertura de Sindicância/ PAD

- Oficia-se ao juízo requerente, solicitando que comunique o resultado das apurações, no prazo de 30/60, respectivamente.

- Segue o mesmo trâmite dos itens **2.2, 2.3 e 2.4**.

2.6 Solicitação de indicação de membros para compor Comissão Sindicante/Processante

- Oficia-se à Coordenadoria de Processos Administrativos e Sindicâncias do TJ, para indicar os membros da Comissão Permanente ou encaminha-se o processo para a mencionada Coordenadoria, para cumprimento das diligências;

- Com a resposta, dá-se ciência ao Juízo requerente, solicitando o envio do resultado final das apurações a esta CGJ, no prazo de 30/60 dias.

- Segue o mesmo trâmite dos **itens 2.2, 2.3 e 2.4**.

2.7 Aplicação de penalidade

- Encaminha-se o Processo à CPADES, para as devidas providências.

3 Pedido de reconsideração de Decisão ou Recurso Administrativo

3.1 Quando o processo tramita na CGJ

a) Faz-se a juntada de documentos e distribui ao Juiz Corregedor que atuou no processo origem;

b) Aguarda-se despacho/decisão, para encaminhar o processo ao Gabinete do Diretor Geral do TJ, para as devidas providências.

3.2 Quando o processo tramita nas Comarcas

a) Transforma-se o recurso (requisição ou documento) em um novo processo e distribui ao Juiz Corregedor do processo origem, seguindo o trâmite inicial mencionado no item 1;

b) Aguarda-se despacho/decisão, para realizar as comunicações determinadas.

c) **Nega ou concede provimento** - dar-se ciência aos interessados e cumpre as demais deliberações ou encaminha o processo para a CPADES, para cumprimento das diligências determinadas.

➤ TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE REPRESENTAÇÕES/RECLAMAÇÕES/SINDICÂNCIAS/ PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES CONTRA DELEGATÁRIOS DE SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS

1 Recebimento de Requisição oriunda do Protocolo ou diretamente do Juízo requerente ou, ainda, recebimento do Processo direto da Ouvidoria do TJMA;

OBS: Ressalte-se que oriundos do Juízo requerente podem também ser recebidos nesta Coordenadoria, via Digidoc, sob o cadastro de "Documento", ou, ainda, recebidos via "e-mail", os quais são encaminhados ao Protocolo CGJ, para cadastrar em "Requisição" e retornar a esta Coordenadoria para seguir o trâmite abaixo elencado.

2 Quando a requisição tratar de Reclamação/Representação/Denúncia ou de Comunicação de instalação de Sindicância/PAD é transformada em Processo e quando relativa à Resposta, faz-se a juntada no respectivo Processo;

3 Inicialmente o processo poderá ser diligenciado das seguintes formas:

3.1 Encaminhado ao Gabinete dos Juízes Corregedores, conclusos ao Juiz(a) responsável pela matéria;

3.2 Encaminhado por esta Coordenadoria ao Juiz de Registros Públicos da Comarca a qual está submetida a Serventia reclamada; e ao Juiz Diretor do Fórum da Capital, para distribuição a um dos Juízes de Registros Públicos, conforme determinado pela OS-GCGJ-12018.

4 Nos casos de distribuição o(a) Juiz(a) Corregedor(a) competente, aguarda-se retorno dos autos com despacho e/ou decisão para cumprimento das diligências ali expendidas, podendo ocorrer os seguintes casos:

4.1 Petição que trata de Comunicação de abertura de Sindicância/PAD - oficia-se ao Juiz de Registros Públicos, solicitando-lhe que informe a esta CGJ, no prazo de 30/60 dias, o resultado dos trabalhos, tempo em que esta Coordenadoria aguarda a manifestação acompanhando o transcurso do prazo e, em caso de aplicação de penalidade, comunica-se à Coordenadoria das Serventias para as devidas anotações no *Sistema Auditus*;

4.2 Pedido de Reconsideração de Decisão ou Recurso Administrativo contra a Decisão do Juiz de Registros Públicos - processo encaminhado concluso ao(a) juiz(a) corregedor(a), para conhecimento e providências cabíveis, com decisão do(a) Corregedor(a). Retornando os autos a esta CRPACGJ, oficia-se aos interessados para ciência e providências cabíveis acerca da Decisão proferida.

4.3 Pedido de Reconsideração de Decisão ou Recurso Administrativo contra a Decisão do Corregedor - processo encaminhado a(o) juiz(a) corregedor(a) para conhecimento. Após, os autos retornam a esta CRPACGJ para encaminhar o processo ao Gabinete do Diretor Geral do TJMA.

4.4 Solicitação de indicação de membros para compor a Comissão Processante/Sindicante - processo encaminhado concluso o(a) juiz(a) corregedor(a) para conhecimento e despacho. O processo retorna a esta CRPACGJ para que seja oficiado à Coordenadoria de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias - CPADES, para indicação dos membros; recebida a resposta da CPADES, oficia-se ao Juiz solicitante dando-lhe ciência.

5 Nos casos de Reclamações/Representações/Denúncias em que se aplica o cumprimento da OS-GCGJ-12018 pela Coordenadoria de Reclamações e Processos Disciplinares, realizam-se as seguintes diligências:

5.1 Petição que trata de Reclamação/Denúncia em desfavor de Registradores/Serventias do interior - oficia-se ao Juiz de Registros Públicos, encaminhando-lhe a Reclamação, bem como solicitando-lhe adoção das medidas cabíveis, devendo o magistrado prestar informações a esta CGJ no prazo de 30/60 dias, tempo em que esta Coordenadoria aguarda a informação acompanhando o transcurso do prazo;

5.2 Quando tratar de Reclamação em desfavor de Registradores/Serventias da Capital - Oficia-se ao Juiz Diretor do Fórum de São Luís, encaminhando-lhe a Reclamação, para que proceda à distribuição a um dos Juízes de Registros Públicos da Capital, devendo este magistrado prestar informações a esta CGJ no prazo de 30/60 dias, tempo em que esta Coordenadoria aguarda a informação, acompanhando o transcurso do prazo; em caso de aplicação de penalidade, comunica-se à Coordenadoria das Serventias para as devidas anotações no *Sistema Auditus*.

5.3 Em todos os casos aplicam-se as seguintes diligências, quando necessário:

a) Quando não há resposta no prazo declinado, faz-se reiteração via Digidoc, via *e-mail* e por contato telefônico com o respectivo Juízo de Registro Público competente.

b) Quando há decisão, os autos são devolvidos pelo Juízo de Registro Público à Coordenadoria de Reclamações e Processos Disciplinares, devidamente certificados quanto o transcurso do prazo recursal, com encaminhamento ao Juiz(a) responsável pela matéria, para a devida análise e posterior arquivamento.

OBS:

- As anotações do andamento dos feitos são realizadas na Planilha de controle processual desta Coordenadoria.

- As comunicações são realizadas via DIGIDOC, Correios, *E-mail*, Malote Digital por motorista da CGJ ou por Oficial de Justiça.



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

1 - APRESENTAÇÃO

Este relatório tem a finalidade de apresentar as atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Planejamento e Aprimoramento da Justiça de Primeiro Grau da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Maranhão.

2 - DAS ATIVIDADES REALIZADAS

2.1 - DO PLANO DE GESTÃO DO BIÊNIO 2018-2019

O Plano de Gestão foi elaborado com a finalidade nortear a atuação da Corregedoria Geral da Justiça no Biênio de 2018-2019, por meio da fixação de objetivos estratégicos, metas e ações para a consecução dos macrodesafios definidos pelo Conselho Nacional de Justiça.

Conciliando continuidade e inovação, foram mantidas as ações desenvolvidas pelas gestões anteriores e foram lançados novos projetos, visando o aprimoramento da prestação jurisdicional.

Ao final do biênio, pode-se afirmar que o plano foi executado e que os resultados esperados foram alcançados.

2.2 - DA ESTRUTURAÇÃO DA COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

Tendo em vista que o Planejamento Estratégico contribui para o estabelecimento de metas, desenvolvimento de ações estratégicas visando o alcance dos objetivos da Corregedoria, o Corregedor-geral da Justiça, dedicou-se a melhorar estruturar o setor, fornecendo os recursos humanos e materiais necessários.

Com a ampliação das atividades realizadas, foi necessária a disponibilização de espaço e designação de servidores, o que possibilitou o desenvolvimento das atividades descritas neste relatório.

2.3 - DOS PROGRAMAS E PROJETOS

2.3.1 - DO PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO DA TAXA DE CONGESTIONAMENTO PROCESSUAL NA JUSTIÇA ESTADUAL

O Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual foi elaborado no início do biênio com o objetivo de desenvolver ações que pudessem contribuir para a diminuição das taxas de congestionamento de julgamento e de baixa processual no 1º grau de jurisdição.

Para o desenvolvimento do programa foram previstas ações estratégicas como visitas técnicas às unidades judiciais com elevadas taxas de congestionamento, treinamentos para aperfeiçoamento da gestão das unidades judiciais, mutirões para secretaria e gabinete, semanas de baixas processuais e premiação para as unidades que diminuíram as taxas de congestionamento de baixa processual.

A partir do diagnóstico das unidades judiciais foram identificadas as unidades mais sobrecarregadas e/ou com as maiores taxas de congestionamento, sendo planejadas ações que contribuíssem para o aumento da qualidade dos serviços prestados aos jurisdicionados.

Além do amplo trabalho direcionado a todas unidades judiciais, foram instaurados ciclos de acompanhamento daquelas que figuravam na faixa de maior criticidade, e a Coordenadoria de Planejamento passou a acompanhar mensalmente a evolução indicada.

Ao final do biênio foi apurado que a taxa de congestionamento de baixa processual teve uma redução de 15,54% e a taxa de congestionamento de julgamento processual uma redução de 8,78%.

O programa foi destacado como boa prática no relatório da última inspeção realizada pelo Conselho Nacional de Justiça, bem como selecionado na 15ª edição do Prêmio Inovare.

2.3.1.1 - DO DIAGNÓSTICO DAS UNIDADES JUDICIAIS

Antecedendo as visitas estratégicas, é elaborado o Diagnóstico da Unidade Judicial (DUJ), relatório elaborado por uma equipe multidisciplinar formada pela Coordenadoria de Planejamento e Aprimoramento da Justiça de 1º grau, Divisão de Estatística e Informática.

A ferramenta possibilita a análise compilada de dados, com a apresentação da evolução do desempenho da unidade. A visualização dos dados que precisam ser melhorados embasa a tomada de decisão do gestor da unidade e também a atuação da Corregedoria Geral da Justiça.

Cabe ressaltar que a ferramenta foi automatizada e está disponível para todas unidades no sistema

Termojuris, auxiliando na gestão das unidades judiciais.

2.3.1.2 - DAS VISITAS ESTRATÉGICAS

O Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual propôs a realização de visitas estratégicas às unidades judiciais mais sobrecarregadas, identificadas a partir da comparação dos grupos de unidades similares estabelecidos no **Provimento nº 02/2018**.

Nas visitas realizadas durante todo o biênio, o Corregedor-geral e sua equipe puderam conhecer *in loco* a realidade das unidades judiciais, identificando as principais dificuldades, bem como planejar ações que pudessem efetivamente melhorar as rotinas executadas.

Ouvidos informalmente juízes e servidores, com total respeito ao sigilo, apresentado o diagnóstico da unidade, são sugeridas ações para a diminuição da taxa de congestionamento, podendo o Corregedor-Geral da Justiça de logo adotar providências urgentes.

A equipe da Corregedoria, durante as visitas, executa atividades de capacitação e orientação para os servidores da secretaria e do gabinete, abordando a gestão de fluxos, rotinas, processos do trabalho, gestão de dados. Na ocasião é realizado treinamento sobre a utilização do sistema Termojuris, para o acompanhamento estatístico dos principais indicadores e também das metas de produtividade.

Durante a visita é elaborado o Relatório de Visita Estratégica (RVE), contendo as necessidades da unidade, as impressões da equipe, as sugestões apresentadas, as determinações do Corregedor-Geral e também um plano de ações preparatórias. Uma via do relatório ao final é entregue ao magistrado.

Detectada a necessidade de outras ações corretivas e de apoio, o Corregedor- Geral da Justiça determinou a atuação do Núcleo de Apoio a Unidade Judicial (NAUJ).

2.3.1.3 - DO RESULTADO DAS VISITAS ESTRATÉGICAS REALIZADAS NO BIÊNIO 2018-2019

No ano de 2018 foram alcançadas **23 (vinte e três)** Comarcas do Maranhão, sendo atendidas **47 (quarenta e sete)** unidades judiciais.

COMARCA	PERÍODO
AÇAILÂNDIA	07 a 09/08/2018
AMARANTE DO MARANHÃO	15 a 16/05/2018
BACABAL	13 a 15/08/2018
BARRA DO CORDA	30 a 31/10/2018
BARREIRINHAS	09 a 10/04/2018
BREJO	04 a 05/10/2018
CAROLINA	17 a 19/12/2018
CAXIAS	17 a 18/09/2018
CHAPADINHA	01 a 03/10/2018
COELHO NETO	19 a 29/09/2018
GRAJAÚ	28 a 29/11/2018
MATÕES	08 a 20/04/2018
MONTES ALTOS	17 a 18/05/2018
PARNARAMA	09 a 10/05/2018
PINHEIRO	10 a 13/07/2018
SANTA HELENA	18 a 19/04/2018
SANTA LUZIA DO PARUÁ	05 a 06/06/2018
SÃO BENTO	16 a 17/04/2018
SÃO MATEUS	26 a 27/03/2018
TIMON	12 a 14/09/2018
TUTÓIA	28 a 30/05/2018
VARGEM GRANDE	11 a 12/04/2018
VITÓRIA DO MEARIM	07 a 08/06/2018

No ano de 2019 foram alcançadas **11 (onze)** Comarcas do Maranhão e atendidas **17 (dezesete)** unidades judiciais.

COMARCA	PERÍODO
BALSAS	12 a 14/02/2019
SÃO MATEUS	08 a 12/04/2019
BARREIRINHAS	18 a 23/02/2019
VARGEM GRANDE	11 a 15/06/2019
PINHEIRO	03 a 05/04/2019
2ª VARA CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	08 e 25/04/2019
TIMON	22 a 26/07/2019
OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS	01/08/2019
PAULO RAMOS	30/07/2019
VITORINO FREIRE	31/07/2019
SÃO LUÍS GONZAGA	02/08/2019

2.3.1.4 - DO NÚCLEO DE APOIO ÀS UNIDADES JUDICIAIS - NAUJ

O Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais - NAUJ foi instituído por meio do **Provimento nº 20/2018**, sendo estruturado em regime de colaboração e pelo esforço concentrado de magistrados e servidores com o objetivo de implementar ações de apoio às unidades do 1º grau, visando a otimização da tramitação dos processos.

Dentre as atribuições do núcleo, destaca-se a organização e coordenação de forças-tarefas para análise processual, com foco na prolação de sentenças e cumprimento/ movimentação dos processos.

Durante o biênio o NAUJ atuou na Comarca da Ilha de São Luís e também em diversas comarcas do interior do Estado.

As atividades do NAUJ se desenvolvem por meio de duas equipes de trabalho: a Equipe de apoio jurisdicional, composta por juízes, auxiliados pelos analistas judiciários e assessores, designados pelo Corregedor-Geral da Justiça para proferir sentenças, despachos e decisões, bem como realizar audiências; e a Equipe de apoio de secretaria: composta por técnicos judiciários, auxiliares judiciários - apoio administrativo, assessores de administração, oficiais de justiça e outros servidores designados pelo Corregedor-Geral da Justiça, que atuam nas secretarias judiciais das unidades em atendimento, apresentando rotinas padronizadas, movimentando processos, dando cumprimento aos comandos judiciais e cumprindo mandados.

2.3.1.4.1 - DA ATUAÇÃO DO NAUJ NO BIÊNIO 2018-2019

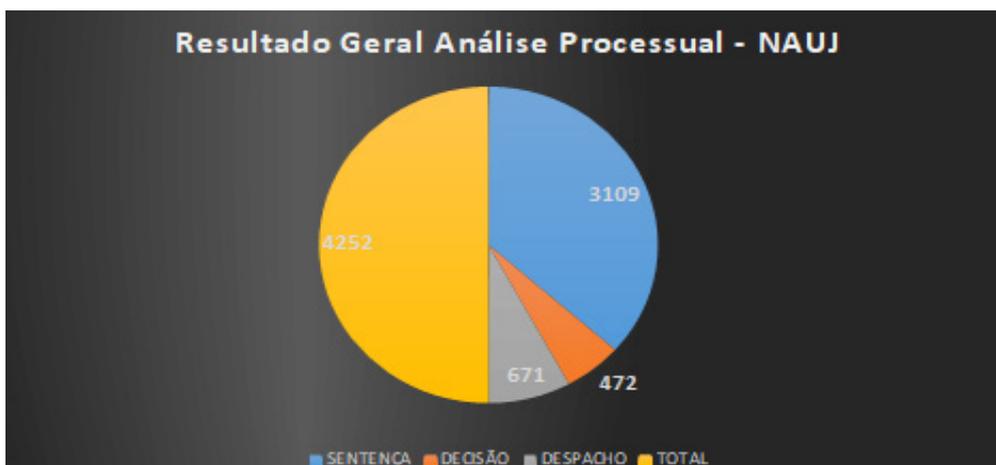
2.3.1.4.1.1 - DA ATUAÇÃO DO NAUJ NA COMARCA DA ILHA DE SÃO LUÍS

A atuação do NAUJ na Comarca da Ilha teve início em dezembro do ano de 2018, sob a coordenação da Dra. Josane Araújo Farias Braga, juíza de direito titular da 2ª Vara da Comarca de Vitorino Freire.

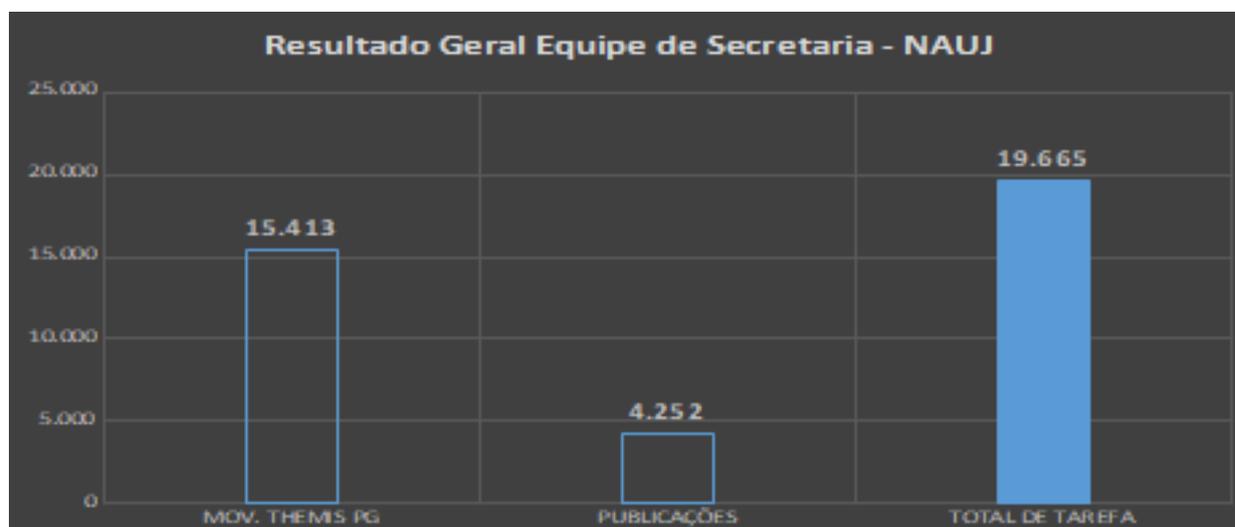
A maioria dos processos tramitava no meio físico e era de alta complexidade em razão da matéria, demandando maior tempo para análise, o que resultou na permanência do Nauj por mais tempo nas unidades, bem como em menor número de processos analisados.

Inicialmente, foram incluídas no cronograma as Varas Cíveis e as da Fazenda Pública mais sobrecarregadas, além das que o Conselho Nacional de Justiça determinou acompanhamento.

Ao longo do **biênio 2018-2019** foram atendidas a 1ª, 7ª e 13ª Varas Cíveis do Termo Judiciário de São Luís; 2ª, 3ª e 5ª Varas da Fazenda Pública do Termo Judiciário de São Luís; e 1ª e 2ª Varas Criminais do Termo Judiciário de São José de Ribamar, e foram analisados **4.252 (quatro mil duzentos e cinquenta e dois)** processos, sendo proferidas **3.109 (três mil cento e nove)** sentenças; **472 (quatrocentos e setenta e dois)** decisões e **671 (seiscentos e setenta um)** despachos.



Do trabalho realizado pela equipe da secretaria do núcleo resultou um total de **19.665 (dezenove mil, seiscentos e sessenta e cinco)** tarefas, sendo **15.413 (quinze mil, quatrocentos e treze)** movimentações no sistema Themis PG e **4.252 (quatro mil, duzentos e cinquenta e duas)** publicações no Diário Eletrônico de Justiça.



2.3.1.4.1.2 - DA ATUAÇÃO DO NAUJ NAS COMARCAS DO INTERIOR

A atuação do NAUJ nas Comarcas do interior do Estado do Maranhão ocorreu por meio das equipes de apoio jurisdicional e de apoio de secretaria.

A equipe de apoio jurisdicional, composta por juízes voluntários, auxiliados pelos analistas judiciários ou assessores, atuou proferindo sentenças, despachos e decisões, bem como realizando audiências. Por outro lado, a equipe de apoio de secretaria, composta por técnicos judiciários, auxiliares administrativos, assessores de administração, e outros servidores designados pelo corregedor-geral da Justiça, atuou nas secretarias judiciais das unidades em atendimento, movimentando e dando cumprimento aos comandos judiciais.

As unidades que receberam o auxílio do núcleo foram selecionadas mediante prévio diagnóstico elaborado pela Corregedoria Geral de Justiça, usando como critério as elevadas taxas de congestionamento de julgamento e de baixa processual, elevados acervos e quantidades de processos com excesso de prazo. Foram contempladas a Vara Única da Comarca de Barreirinhas, a 1ª Vara da Comarca de Vargem Grande, a Vara Única da Comarca de São Mateus e a 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz.

Também foram deferidos pelo Corregedor-geral da Justiça a realização de mutirões solicitados pelos magistrados das seguintes unidades judiciais: 1ª Vara Cível da Comarca de Bacabal, 2ª Vara Cível da Comarca de Bacabal, 2ª Vara Criminal da Comarca de Bacabal, Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Bacabal, 4ª Vara da Comarca de Pedreiras, 4ª Vara da Comarca de Santa Inês, 1ª Vara da Comarca de Coroatá, Vara Única da Comarca de Parnarama, 2ª Vara da Comarca de Itapecuru Mirim e Vara Única da Comarca de Turiaçu.

Analisando os dados das unidades que receberam o apoio do NAUJ e daquelas que foram contempladas com a realização de mutirões, observa-se considerável redução das taxas de congestionamento de julgamento, conforme tabela abaixo:

UNIDADES JUDICIAIS (ATUAÇÃO DO NAUJ)	TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE JULGAMENTO EM DATA ANTERIOR À ATUAÇÃO DO NAUJ	TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE JULGAMENTO EM 31/12/2019	DIFERENÇA
VARA ÚNICA DE BARREIRINHAS	84,62%	76,10%	8,52%
1ª VARA DE VARGEM GRANDE	87,22%	78,79%	8,42%
VARA ÚNICA DE SÃO MATEUS	89,3%	65,18%	24,12%
4ª VARA CÍVEL DE IMPERATRIZ	79,17%	73,75%	5,42%
UNIDADES JUDICIAIS (MUTIRÕES AUTÔNOMOS)	TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE JULGAMENTO EM DATA ANTERIOR À REALIZAÇÃO DO MUTIRÃO	TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE JULGAMENTO EM 31/12/2019	DIFERENÇA
1ª VARA CÍVEL DE BACABAL	82,91%	48,77%	34,14%
2ª VARA CÍVEL DE BACABAL	71,35%	54,38%	16,97%
2ª VARA CRIMINAL DE BACABAL	77,80%	51,45%	26,35%
JECRIM DE BACABAL	43,15%	35,20%	7,95%
4ª VARA DE PEDREIRAS	74,28%	64,53%	9,75%
4ª VARA DE SANTA INÊS	48,63%	51,53%	-2,9%
1ª VARA DE COROATÁ	77,38%	75,51%	1,86%
VARA ÚNICA DE PARNARAMA	71,96%	64,79%	7,16%
2ª VARA DE ITAPECURU MIRIM	43,19%	42,35%	0,83%
VARA ÚNICA DE TURIAÇU	75,89%	72,29%	3,59%

2.3.1.5 - DAS SEMANAS DA BAIXA PROCESSUAL

As Semanas de Baixas Processuais foram instituídas pelo **Provimento nº 10/2018**, com a finalidade de duas vezes por ano concentrar esforços para a redução do estoque de processos, com conseqüente diminuição da taxa de congestionamento de baixa processual das unidades do Estado.

Para fins de realização dos mutirões de baixa processual, os juízes titulares, auxiliares ou substitutos, deverão determinar aos secretários judiciais e servidores que, em regime de mutirão, identifiquem todos os processos julgados e não baixados, com o objetivo de adotar as medidas necessárias para o arquivamento definitivo.

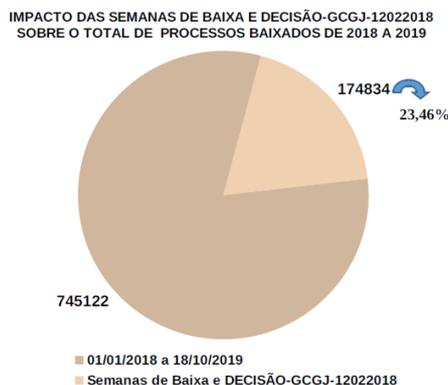
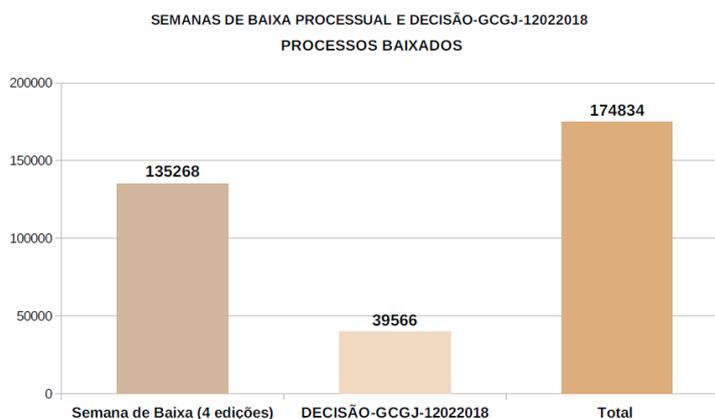
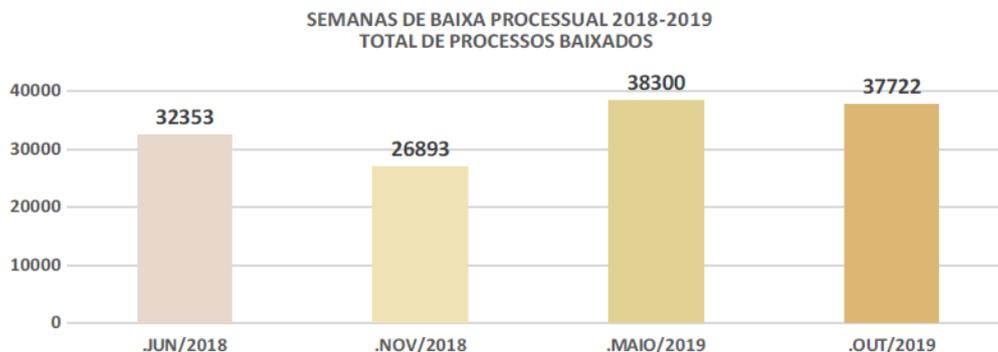
Cabe ressaltar que, no ano de 2019, foi editado o **Provimento nº 17/2019**, que alterou os critérios para realização e acompanhamento dos resultados das Semanas de Baixas Processuais.

2.3.1.5.1 - DOS RESULTADOS DAS SEMANAS DE BAIXA PROCESSUAL NO BIÊNIO 2018-2019

Os resultados obtidos nas Semanas de Baixas Processuais foram muito positivos. No **ano de 2018** foram baixados **59.246 (cinquenta e nove mil, duzentos e quarenta e seis)** processos. No mesmo ano, o Corregedor-geral da Justiça determinou que a Diretoria de Informática procedesse ao arquivamento definitivo dos processos que estavam com o status “arquivado provisoriamente” há mais de 5 (cinco) anos. As medidas adotadas resultaram no total de **98.812 (noventa e oito mil, oitocentos e doze)** processos baixados.

No ano de 2019, a realização das Semanas de Baixas Processuais resultaram na baixa de **76.022 (setenta e seis mil e vinte e dois)** processos.

Somando as quatro edições da Semana de Baixa Processual e com a DECISÃO-CGJ - 12022018, foram baixados **174.834 (cento e setenta e quatro mil, oitocentos e trinta e quatro)** processos, o que representou **23,46%** do total de processos baixados do acervo nos anos de 2018 e 2019.



2.3.1.6 - DO SELO UNIDADE DESTAQUE EM BAIXA PROCESSUAL

O Selo “Unidade Destaque Em Baixa Processual”, instituído por meio do **Provimento nº 11/2018** e posteriormente alterado pelo **Provimento nº 35/2018**, reconhece os esforços empreendidos por magistrados e servidores para um melhor desempenho no que se refere à diminuição da taxa de congestionamento de baixa processual.

O Selo contempla as categorias Ouro (taxa de congestionamento **menor ou igual a 50%**), Prata (taxa de congestionamento **acima de 50% até 60%**) e Bronze (unidades que não se enquadram nas faixas acima indicadas mas que conseguiram reduzir o percentual da taxa de congestionamento em **pelo menos 10%** no período de apuração). O Selo é concedido de acordo com a taxa de congestionamento apurada ao final de cada ano, após levantamento dos resultados pelos sistemas de informação processual.

A instituição do Selo “Unidade Destaque Em Baixa Processual” considerou, entre outros, a Política Nacional

de Atenção Prioritária da Justiça de 1º Grau, o Planejamento Estratégico da Corregedoria, as metas anuais de produtividade e o papel da Corregedoria Geral da Justiça de zelar pelo aprimoramento da Justiça de 1º Grau.

2.3.1.6.1 - DOS RESULTADOS DO SELO UNIDADE DESTAQUE EM BAIXA PROCESSUAL NO BIÊNIO 2018-2019

Após apuração das taxas de congestionamento de baixa processual das unidades judiciais no **ano de 2018**, verificou-se que **24 (vinte e quatro)** unidades alcançaram a categoria ouro, **22 (vinte e dois)** unidades alcançaram a categoria prata e **35 (trinta e cinco)** alcançaram a categoria bronze, totalizando **78 (setenta e oito)** unidades premiadas.

Foi realizada a solenidade de entrega dos certificados às unidades premiadas no dia 22 de fevereiro de 2019 no auditório do Fórum Desembargador Sarney Costa.

UNIDADE	TAXA DE CONG. DE BAIXA EM 30/11/2018	SELO
TURMA RECURSAL DA COMARCA DE PRESIDENTE DUTRA	31,11%	OURO
TURMA RECURSAL DA COMARCA DE CHAPADINHA	36,60%	OURO
2ª VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE IMPERATRIZ	38,27%	OURO
10º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	38,73%	OURO
5ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	41,07%	OURO
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE BALSAS	41,08%	OURO
9º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	43,43%	OURO
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DA COMARCA DE IMPERATRIZ	43,92%	OURO
2ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	45,14%	OURO
TURMA RECURSAL DA COMARCA DE PINHEIRO	46,26%	OURO
2º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	46,52%	OURO
1ª VARA DA COMARCA DE SANTA LUZIA	46,59%	OURO
2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE IMPERATRIZ	46,72%	OURO
1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE IMPERATRIZ	47,20%	OURO
1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	47,82%	OURO
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE AÇAILÂNDIA	47,92%	OURO
7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	48,07%	OURO
VARA ÚNICA DA COMARCA DE CURURUPU	48,29%	OURO
2ª VARA ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	48,37%	OURO
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BERNARDO	49,30%	OURO
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	49,74%	OURO
VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE TIMON	50,67%	PRATA
3º JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	50,83%	PRATA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE PEDREIRAS	51,51%	PRATA
5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	51,51%	PRATA
4ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	52,51%	PRATA
2ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE AÇAILÂNDIA	52,68%	PRATA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE TIMON	55,60%	PRATA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE BACABAL	56,06%	PRATA
13º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	56,66%	PRATA
14º JUIZADO CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	56,72%	PRATA
1ª VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE IMPERATRIZ	56,79%	PRATA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE CAXIAS	57,48%	PRATA
3ª VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE IMPERATRIZ	58,38%	PRATA
2ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	58,40%	PRATA
TURMA RECURSAL DA COMARCA DE IMPERATRIZ	58,60%	PRATA
3ª VARA DA COMARCA DE SANTA INÊS	58,62%	PRATA
8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	58,84%	PRATA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE PAÇO DO LUMIAR	59,04%	PRATA
TURMA RECURSAL DA COMARCA DE CAXIAS	59,14%	PRATA
4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	59,35%	PRATA
3ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	59,69%	PRATA
2ª VARA DA COMARCA DE PORTO FRANCO	59,76%	PRATA

UNIDADE	TAXA DE CONG. DE BAIXA EM 01/01/2018	TAXA DE CONG. DE BAIXA EM 30/11/2018	REDUÇÃO	SELO
4ª VARA DA COMARCA DE SANTA INÊS	94,55%	70,16%	-25,80%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	83,68%	64,76%	-22,62%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE TURIUAÇU	87,37%	68,36%	-21,75%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTA LUZIA DO PARUÁ	81,42%	63,96%	-21,45%	BRONZE
12º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	84,75%	66,95%	-21,01%	BRONZE
1ª VARA DA COMARCA DE BURITICUPU	84,89%	69,36%	-18,29%	BRONZE
6ª VARA CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	76,51%	62,87%	-17,82%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE CÂNDIDO MENDES	80,11%	65,90%	-17,74%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PAULO RAMOS	90,86%	74,84%	-17,63%	BRONZE
2ª VARA DA COMARCA DE GRAJAÚ	82,11%	68,14%	-17,02%	BRONZE
12ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	78,95%	65,59%	-16,92%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTO PARNAÍBA	82,58%	68,78%	-16,71%	BRONZE
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TIMON	99,92%	83,24%	-16,70%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES	83,90%	70,75%	-15,68%	BRONZE
VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE TIMON	76,76%	65,10%	-15,20%	BRONZE

1º JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DO CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	71,91%	61,48%	-14,51%	BRONZE
2ª VARA DA COMARCA DE SANTA LUZIA	75,17%	63,97%	-14,90%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PINDARÉ MIRIM	83,00%	71,55%	-13,79%	BRONZE
1ª VARA DA COMARCA DE SANTA HELENA	86,57%	74,75%	-13,66%	BRONZE
AUDITORIA DA JUSTIÇA MILITAR	100,00%	86,57%	-13,43%	BRONZE
3ª VARA DO TERMO JUDICIÁRIO DE PAÇO DO LUMIAR	99,81%	86,42%	-13,42%	BRONZE
1ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	80,80%	70,06%	-13,29%	BRONZE
3ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	82,75%	72,20%	-12,76%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE TIMBIRAS	77,63%	68,05%	-12,34%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTA QUITÉRIA	81,38%	71,49%	-12,15%	BRONZE
6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	72,94%	64,10%	-12,11%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE VITÓRIA DO MEARIM	93,34%	82,06%	-12,08%	BRONZE
1ª VARA CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	86,00%	76,03%	-11,58%	BRONZE
2ª VARA DA COMARCA DE VITORINO FREIRE	83,08%	73,71%	-11,29%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE CARUTAPERÁ	80,50%	71,62%	-11,03%	BRONZE
4ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	86,56%	77,36%	-10,63%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS	83,52%	74,80%	-10,44%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO JOÃO DOS PATOS	77,34%	69,31%	-10,38%	BRONZE
2ª VARA DA COMARCA DE ZÉ DOCA	75,30%	67,60%	-10,23%	BRONZE
1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAXIAS	73,71%	66,30%	-10,07%	BRONZE

No ano de 2019, o resultado alcançado foi ainda melhor que do ano anterior. Após apuração das taxas de congestionamento de baixa processual das unidades judiciais no ano de 2019, verificou-se que **50 (cinquenta)** unidades alcançaram a categoria ouro, **41 (quarenta e uma)** unidades alcançaram a categoria prata e **50 (cinquenta)** alcançaram a categoria bronze, totalizando **141 (cento e quarenta e uma)** unidades premiadas.

A solenidade de entrega dos certificados às unidades premiadas está prevista para o mês de março de 2020.

UNIDADE	TAXA DE CONG. DE BAIXA EM 01/01/2019	TAXA DE CONG. DE BAIXA EM 31/12/2019	SELO
VARA ÚNICA DA COMARCA DE CURURUPU	30,98%	15,36%	OURO
TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	56,02%	19,72%	OURO

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE BALSAS	47,79%	20,31%	OURO
7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	47,13%	24,17%	OURO
3º JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	53,38%	25,75%	OURO
TURMA RECURSAL DA COMARCA DE BALSAS	80,65%	27,23%	OURO
2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE IMPERATRIZ	46,80%	27,92%	OURO
TURMA RECURSAL DA COMARCA DE PINHEIRO	39,28%	32,25%	OURO
UNIDADE	TAXA DE CONG. DE BAIXA EM 01/01/2019	TAXA DE CONG. DE BAIXA EM 31/12/2019	SELO
13º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	49,54%	32,53%	OURO
9º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	43,96%	32,67%	OURO
TURMA RECURSAL DA COMARCA DE CHAPADINHA	36,45%	32,95%	OURO
3º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	81,25%	34,38%	OURO
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE PINHEIRO	64,16%	34,68%	OURO
1ª VARA DA COMARCA DE SANTA LUZIA	43,71%	35,31%	OURO
3ª VARA DA COMARCA DE SANTA INÊS	66,65%	35,35%	OURO
10º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	36,32%	35,90%	OURO
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE PEDREIRAS	49,29%	36,07%	OURO
6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	53,45%	37,35%	OURO
2º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	47,11%	37,37%	OURO
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE SANTA INÊS	68,11%	38,06%	OURO
5ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	43,30%	38,58%	OURO
11º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	62,48%	39,55%	OURO
5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	44,08%	39,56%	OURO
1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE IMPERATRIZ	41,48%	40,04%	OURO
VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE BACABAL	86,23%	40,30%	OURO
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE CAXIAS	52,48%	40,89%	OURO
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE AÇAILÂNDIA	41,98%	41,10%	OURO
VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE TIMON	54,36%	41,90%	OURO
2ª VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE IMPERATRIZ	42,75%	42,49%	OURO
12º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	64,59%	42,91%	OURO
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE BACABAL	49,08%	44,11%	OURO
2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	56,36%	45,36%	OURO

1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	46,40%	45,92%	OURO
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE PAÇO DO LUMIAR	50,53%	45,95%	OURO
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DA COMARCA DE IMPERATRIZ	39,45%	46,02%	OURO
1ª VARA DA COMARCA DE BURITICUPU	64,72%	46,49%	OURO
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	66,20%	47,26%	OURO
TURMA RECURSAL DA COMARCA DE BACABAL	60,04%	47,29%	OURO
2ª VARA DA COMARCA DE SANTA LUZIA	67,50%	47,59%	OURO
1ª VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE IMPERATRIZ	64,19%	47,70%	OURO
UNIDADE	TAXA DE CONG. DE BAIXA EM 01/01/2019	TAXA DE CONG. DE BAIXA EM 31/12/2019	SELO
1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TIMON	60,19%	47,82%	OURO
2ª VARA ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	50,14%	48,52%	OURO
CENTRAL DE INQUÉRITOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	42,88%	48,52%	OURO
2ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	47,82%	48,56%	OURO
1º JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DO CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	49,75%	48,72%	OURO
14º JUIZADO CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	51,07%	48,77%	OURO
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PENALVA	68,46%	48,88%	OURO
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE TIMON	50,39%	49,30%	OURO
1ª VARA DA COMARCA DE JOÃO LISBOA	69,63%	49,61%	OURO
JUIZADO ESPECIAL DO TRÂNSITO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	58,13%	49,94%	OURO
VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE TIMON	73,22%	50,43%	PRATA
4ª VARA CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	63,70%	51,36%	PRATA
2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	55,05%	51,54%	PRATA
6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	64,55%	52,15%	PRATA
TURMA RECURSAL DA COMARCA DE PRESIDENTE DUTRA	31,66%	52,40%	PRATA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO JOÃO BATISTA	85,50%	52,42%	PRATA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE CODÓ	54,11%	52,45%	PRATA
1ª VARA DA COMARCA DE VITORINO FREIRE	81,90%	52,66%	PRATA
6ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	89,79%	52,72%	PRATA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE BOM JARDIM	73,28%	52,97%	PRATA
AUDITORIA DA JUSTIÇA MILITAR	90,31%	53,04%	PRATA
1ª VARA DA COMARCA DE PINHEIRO	85,69%	53,12%	PRATA
2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TIMON	61,21%	53,35%	PRATA
1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BACABAL	85,04%	53,50%	PRATA
1ª VARA DA COMARCA DE TUNTUM	77,08%	53,81%	PRATA
8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	54,25%	53,94%	PRATA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE ICATU	79,82%	54,00%	PRATA

2ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE AÇAILÂNDIA	58,14%	54,11%	PRATA
12ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	60,07%	54,53%	PRATA
CENTRAL DE INQUÉRITOS E CUSTÓDIA DA COMARCA DE IMPERATRIZ	44,53%	54,55%	PRATA
2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BACABAL	85,47%	55,24%	PRATA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE POÇÃO DE PEDRAS	62,47%	55,69%	PRATA
2ª VARA DA COMARCA DE ITAPECURU MIRIM	72,53%	55,82%	PRATA
UNIDADE	TAXA DE CONG. DE BAIXA EM 01/01/2019	TAXA DE CONG. DE BAIXA EM 31/12/2019	SELO
7ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	92,25%	55,85%	PRATA
TURMA RECURSAL DA COMARCA DE CAXIAS	52,42%	55,87%	PRATA
4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	58,22%	55,94%	PRATA
1ª VARA CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	53,16%	56,95%	PRATA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES	69,52%	57,60%	PRATA
10ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	73,71%	57,69%	PRATA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS	68,29%	57,86%	PRATA
3ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	77,66%	58,34%	PRATA
1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAXIAS	58,93%	58,40%	PRATA
1ª VARA DA COMARCA DE PEDREIRAS	66,62%	58,44%	PRATA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE JOSELÂNDIA	72,79%	58,47%	PRATA
1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	64,81%	58,80%	PRATA
9ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	80,94%	59,07%	PRATA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	43,69%	59,19%	PRATA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE IGARAPÉ GRANDE	70,16%	59,72%	PRATA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUIMARÃES	63,96%	59,75%	PRATA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	71,30%	59,94%	PRATA
14ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	87,30%	59,95%	PRATA

UNIDADE	TAXA DE CONG. DE BAIXA EM 01/01/2019	TAXA DE CONG. DE BAIXA EM 31/12/2019	DIFERENÇA	SELO
2ª VARA CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	93,93%	62,04%	-31,89%	BRONZE
6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	91,59%	60,50%	-31,09%	BRONZE
1ª VARA DE INTERDIÇÃO E SUCESSÕES: TUTELA, CURATELA E AUSÊNCIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	88,27%	60,99%	-27,28%	BRONZE
4ª VARA DA COMARCA DE PEDREIRAS	99,33%	74,00%	-25,33%	BRONZE
2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE BACABAL	99,07%	74,04%	-25,03%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO VICENTE FERRER	84,97%	60,65%	-24,32%	BRONZE
VARA DE FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TIMON	86,79%	64,15%	-22,64%	BRONZE

VARA ÚNICA DA COMARCA DE CEDRAL	81,38%	60,10%	-21,28%	BRONZE
11ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	85,11%	64,28%	-20,83%	BRONZE
8ª VARA CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	87,89%	69,57%	-18,32%	BRONZE
3ª VARA DO TERMO JUDICIÁRIO DE PAÇO DO LUMIAR	88,41%	70,51%	-17,90%	BRONZE
UNIDADE	TAXA DE CONG. DE BAIXA EM 01/01/2019	TAXA DE CONG. DE BAIXA EM 31/12/2019	DIFERENÇA	SELO
2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE AÇAILÂNDIA	77,60%	60,68%	-16,92%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	83,31%	66,51%	-16,80%	BRONZE
2ª VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS E PENAS ALTERNATIVAS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	100,00%	83,22%	-16,78%	BRONZE
10ª VARA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	93,85%	77,75%	-16,10%	BRONZE
13ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	84,57%	68,85%	-15,72%	BRONZE
1ª VARA DA COMARCA DE BARREIRINHAS	92,33%	76,62%	-15,71%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE AMARANTE DO MARANHÃO	87,36%	71,97%	-15,39%	BRONZE
7ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	87,95%	72,85%	-15,10%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO MATEUS	94,09%	79,02%	-15,07%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	80,45%	65,39%	-15,06%	BRONZE
1ª VARA DA COMARCA DE ARAIOSES	85,79%	71,28%	-14,51%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO	79,17%	65,21%	-13,96%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE MATINHA	79,48%	65,58%	-13,90%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE VITÓRIA DO MEARIM	82,98%	69,14%	-13,84%	BRONZE
1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	90,51%	76,95%	-13,56%	BRONZE
2ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	80,82%	67,32%	-13,50%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE BACURI	79,26%	65,80%	-13,46%	BRONZE
1ª VARA DA COMARCA DE LAGO DA PEDRA	84,82%	71,74%	-13,08%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE MATÕES	84,25%	71,19%	-13,06%	BRONZE
1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE BACABAL	83,34%	70,32%	-13,02%	BRONZE

2ª VARA DA COMARCA DE PINHEIRO	80,74%	67,86%	-12,88%	BRONZE
JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA, ESTADUAL E MUNICIPAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	76,37%	63,51%	-12,86%	BRONZE
15ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LUÍS	86,01%	73,30%	-12,71%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE URBANO SANTOS	87,44%	74,74%	-12,70%	BRONZE
2ª VARA DA COMARCA DE COELHO NETO	85,23%	72,77%	-12,46%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PASTOS BONS	72,86%	60,81%	-12,05%	BRONZE
2ª VARA DA COMARCA DE ESTREITO	76,73%	65,21%	-11,52%	BRONZE
1ª VARA DA COMARCA DE MARACAÇUMÉ	78,17%	66,81%	-11,36%	BRONZE
1ª VARA DA COMARCA DE BREJO	78,06%	66,95%	-11,11%	BRONZE
1ª VARA ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	80,54%	69,45%	-11,095	BRONZE
UNIDADE	TAXA DE CONG. DE BAIXA EM 01/01/2019	TAXA DE CONG. DE BAIXA EM 31/12/2019	DIFERENÇA	SELO
4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	79,40%	68,48%	-10,92%	BRONZE
1ª VARA DA COMARCA DE ZÉ DOCA	82,04%	71,49%	-10,55%	BRONZE
1ª VARA DA COMARCA DE GRAJAÚ	83,14%	72,70%	-10,44%	BRONZE
16ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	77,25%	66,90%	-10,35%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTA QUI-TÉRIA	72,75%	62,42%	-10,33%	BRONZE
5ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	77,51%	67,23%	-10,28%	BRONZE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PINDARÉ MIRIM	73,26%	63,05%	-10,21%	BRONZE
1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE AÇAILÂNDIA	74,82%	64,63%	-10,19%	BRONZE
1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAXIAS	76,29%	66,16%	-10,13%	BRONZE

2.3.1.7 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DO PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO DA TAXA DE CONGESTIONAMENTO PROCESSUAL

Pela primeira vez, a Corregedoria Geral da Justiça solicitou ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão recursos orçamentários específicos para a execução de um programa.

Do montante total designado para o Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual foram destinados **54,79%** para mutirões do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais em todo o Estado do Maranhão; **9,70%** foram destinados para treinamentos do referido núcleo; e **18,15%** foram destinados para o acompanhamento dos trabalhos *in loco* pelo Corregedor e sua equipe nas comarcas do Estado do Maranhão.

2.3.2 - DO PROJETO “FALA AÍ, JUIZ”

O Conselho Nacional de Justiça definiu como um dos objetivos estratégicos do Macrodesafio “Garantia dos Direitos da Cidadania”, para cumprimento no período de 2015 a 2020, a ampliação do acesso do cidadão ao Poder Judiciário Estadual visando democratizar a relação com os órgãos judiciais.

Nesse sentido, foi idealizado o projeto “Fala aí, Juiz”, com a finalidade de esclarecer posicionamentos judiciais que, frequentemente, não são bem compreendidos pela população em geral.

Utilizando linguagem simples, o projeto consiste em produzir e divulgar entrevistas em espaços públicos, possibilitando que um juiz esclareça as dúvidas da sociedade em relação a assuntos que normalmente não são bem compreendidos pelo público externo.

Ao longo do biênio foram produzidos **9 (nove) vídeos** com abordagem sobre os seguintes temas: Adoção, Audiência de Custódia, Conciliação, Direito de Família, Divórcio, Execução Penal, Improbidade Administrativa, Lei Maria da Penha e Tribunal do Júri.

O projeto “Fala aí, juiz!” está disponibilizado no canal Corregedoria Geral da Justiça da plataforma Youtube (<https://www.youtube.com/channel/UCuaiU2uHYxRjRjteMPdgbZA/playlists>) e também é veiculado no programa “Justiça Cidadã” da TV Assembleia, exibido aos sábados.

2.3.3 - DO PROJETO DAS CENTRAIS DE CUMPRIMENTO DE ATOS JUDICIAIS

O projeto tem por objetivo unificar as secretarias judiciais, concentrando em uma só estrutura a realização dos serviços de secretaria para cumprimento de despachos, decisões e sentenças exarados em processos eletrônicos, permitindo que os servidores lotados nas secretarias das unidades atendidas impulsionem somente os processos físicos.

As centrais de cumprimento de atos judiciais devem ser instaladas preferencialmente nas sedes dos polos judiciais, atendendo as demais unidades que os integram, possibilitando, assim, a otimização de recursos humanos e materiais, a implantação de nova metodologia com a padronização dos processos e das rotinas de trabalho, melhorias no ambiente organizacional das unidades, além do aumento da produtividade dos servidores.

O estudo foi concluído e o projeto está em fase de verificação de disponibilidade orçamentária e de pessoal para a sua implantação.

2.3.4 - DO PROGRAMA DE TRANSFORMAÇÃO DAS SECRETARIAS JUDICIAIS DAS COMARCAS DO ESTADO DO MARANHÃO

O Programa de Transformação das Secretarias Judiciais das Comarcas do Estado do Maranhão foi instituído por meio da **Portaria Conjunta nº 25/2019**, tendo como finalidade expandir para as comarcas do Estado do Maranhão o exitoso projeto das secretarias judiciais únicas digitais.

Com as Secretarias Judiciais Únicas Digitais é possível reunir em apenas uma secretaria judicial o cumprimento e execução das determinações judiciais proferidas nos processos judiciais eletrônicos de várias unidades, agilizando a tramitação processual.

Nesse sentido, a Corregedoria Geral da Justiça pretende implantar a Secretaria Judicial Única Digital das Varas Cíveis do Termo Judiciário de São Luís e a Secretaria Judicial Única Digital de Competência Cível da Comarca de Timon, o que deve ser concretizado no 1º trimestre de 2020.

2.3.5 - DOS POLOS JUDICIAIS

Visando uma melhor distribuição e organização dos serviços administrativos da Corregedoria Geral da Justiça, foi proposta a reorganização dos polos judiciais.

A medida considerou ainda requerimentos de juízes de comarcas do interior do Estado que relataram, durante reuniões realizadas com os membros da Mesa Diretora do Poder Judiciário, dificuldades em razão da distância entre as comarcas e as sedes dos polos aos quais pertenciam.

Desse modo, os polos judiciais foram redefinidos por meio dos **Provimentos CGJ nº 43/2018, 14/2019 e 19/2019**, que estabeleceu novas sedes para os polos judiciais, quais sejam, Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Chapadinha, Imperatriz, Itapecuru Mirim, Pinheiro, Santa Inês, São João dos Patos, São Luís e Timon, bem como criou o Polo Judicial de Caxias, totalizando **12 (doze)** polos judiciais.

2.3.6 - DO PROJETO CASA DA JUSTIÇA

O Projeto Casa da Justiça foi elaborado visando a facilitação do acesso à justiça a partir da descentralização dos serviços judiciais, com a instalação das unidades em locais estratégicos, atendendo áreas com grande concentração populacional.

Com a iniciativa, busca-se a instalação de novas unidades judiciais nos bairros da zona metropolitana de São Luís, de forma planejada, considerando o índice populacional e reduzindo tempo e custos com deslocamento do jurisdicionado.

O piloto do projeto foi implantado em 2014, para melhor atender a população da residente na região Itaqui-Bacanga (Vila Embratel, Mauro Fecury, Maracanã, Anjo da Guarda), que conta com aproximadamente **155 (cento e cinquenta e cinco)** mil pessoas.

O prédio especialmente construído no campus da Universidade Federal do Maranhão, tem capacidade para comportar até dez unidades judiciais. Atualmente a “Casa da Justiça Universitária” conta com um Juizado Especial instalado.

A Corregedoria propôs a instalação no local de mais cinco unidades judiciais, como por exemplo, Vara de Família, Vara Cível, Vara do Idoso e Juizado Especial Criminal. Com isso, o projeto vai possibilitar mais oportunidades de extensão e de pesquisa aos estudantes de graduação e pós-graduação dos cursos de Direito, Serviço Social, Psicologia, entre outros.

2.3.7 - DO DESENVOLVIMENTO DE NOVAS FUNCIONALIDADES DOS SISTEMAS DE GESTÃO DE DADOS

2.3.7.1 - DO SISTEMA PROMERITUS

O Sistema Promeritus foi desenvolvido para facilitar a aferição da produtividade e da presteza do magistrado para fins de promoção, remoção e acesso ao segundo grau de jurisdição.

Essa ferramenta garante a segurança das informações, vez que os dados funcionais de cada magistrado são incluídos automaticamente nos processos de promoção e remoção.

Visando o aprimoramento do sistema, a atual gestão desenvolveu e implantou novas funcionalidades, tais como:

- a. Inclusão no aspecto quantitativo do número de despachos e de decisões interlocutórias, que representam grande parte da produção do magistrado;
- b. Elaboração de tabela de correspondência de movimentações do sistema da Vara de Execução Penal e movimentações constantes no glossário do Conselho Nacional de Justiça, para que toda a produção pudesse ser computada;
- c. Inclusão do número de processos conclusos há mais de 100 (cem) dias, no lugar de número de processos com atraso injustificado;
- d. Para as unidades com competência exclusiva para a execução penal, a meta de julgamento foi substituída por de todos os pedidos formulados durante o ano;
- e. Previsão do tempo médio para a prolação de sentença, contado a partir da chegada do juiz na unidade judicial;
- f. Melhor adequação aos termos da Resolução nº 106 do Conselho Nacional de Justiça;
- g. Comparação da produtividade do juiz com a produtividade do grupo de unidades similares;
- h. Detalhamento do percentual atingido da meta fixada pela Corregedoria Geral da Justiça a cada ano;
- i. Fixação dos limites referenciais máximos a serem observados na fixação da meta de audiências a serem realizadas;
- j. Inclusão do campo unificado geral – 48 (quarenta e oito) meses, que informa o percentual de produtividade alcançado em todo o período de avaliação;
- k. Inclusão do campo número de processos distribuídos proporcional ao tempo trabalhado, facilitando a elaboração da justificativa se não alcançado o percentual de 100% da meta fixada pela Corregedoria;
- l. Inclusão do campo percentual de julgamento em relação ao número de processos distribuídos durante todo o período de avaliação;
- m. Adaptação da tabela que apresenta as metas de julgamento, constando a meta anterior da Corregedoria Geral da Justiça e a Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça (a partir de abril de 2019).

Foi ainda elaborado o Relatório de Produtividade de Magistrado (RPM), instrumento que traça um perfil completo da atuação do juiz na unidade judicial.

Cabe ressaltar, que a Corregedoria continua desenvolvendo novos estudos com a finalidade de aprimorar a gestão de dados de produtividade dos magistrados maranhenses.

2.3.7.2 - DO SISTEMA TERMOJURIS

O sistema TermoJuris foi criado na gestão da Desembargadora Anildes Cruz, como parte do processo de modernização do Poder Judiciário do Maranhão, com o objetivo de instrumentalizar a informação, por meio da extração de dados qualitativos e quantitativos, possibilitando a tomada assertiva de decisões estratégicas.

Por ser uma ferramenta de grande relevância para auxiliar na gestão das unidades judiciais, no ano de 2018 a Corregedoria deu continuidade ao projeto, com a implementação da Versão 2.0 do sistema. A partir de estudos feitos por uma comissão designada pelo Corregedor Marcelo Carvalho Silva, foram desenvolvidas novas funcionalidades pela Diretoria de Informática e Automação do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Dentre as inovações da Versão 2.0, destaca-se a disponibilização de planilhas e gráficos que detalham o acervo total, o acervo não julgado e as taxas de congestionamento. No menu Taxa de Congestionamento, no gráfico de barras de processos distribuídos, julgados e baixados, foi criada uma extensão da linha temporal de mais dois anos; e de mais seis anos na linha temporal das taxas de congestionamento.

Foi também adicionado um filtro para identificação dos processos conclusos há menos de 100 (cem) dias e de todos processos conclusos, bem como para aqueles que aguardam movimentação em secretaria há menos de 100 (cem) dias e de todos os processos que aguardam movimentação.

Foram feitas melhorias nos painéis Meta Nacional; Homologação de Acordo; Audiências e Sessões do Júri; Produtividade Magistrado; e criados novos painéis, como o do Diagnóstico de Unidade Judicial - DUJ, que permite a análise compilada de dados dos últimos anos de cada unidade.; Produtividade do Servidor; Quadrante de Criticidade; Panorama de Processos Conclusos; Panorama de Processos Aguardando Movimentação e Glossário.

Foram disponibilizados três perfis de acesso: perfil Corregedoria, perfil Magistrado e perfil Secretário Judicial.

O perfil Corregedoria permite que a mesa diretora do Tribunal de Justiça, tenha amplo acesso aos dados, de forma agrupada ou individual, com aletas visuais gráficos.

O perfil Magistrado permite a visualização dos dados da unidade em que atua de forma detalhada, disponibilizando elementos para que possam ser traçadas estratégias para o alcance de resultados positivos.

O perfil Secretário Judicial fornece ao usuário dados que possibilitam um melhor acompanhamento e planejamento de ações que possam melhorar os processos de trabalho das secretarias judiciais.

Também, foi disponibilizada a Versão 1.1 do glossário com a finalidade de estabelecer definições, instruções e critérios para uma melhor utilização do sistema.

Ressalta-se que a Corregedoria Geral da Justiça continua investindo no aprimoramento da ferramenta, tendo encaminhado à Diretoria de Informática e Automação mais de 50 solicitações, que vão sendo cumpridas por ordem de prioridade.

No relatório da última inspeção realizada pelo Conselho Nacional de Justiça, o sistema foi destacado como boas práticas utilizada pela Corregedoria Geral da Justiça.

2.3.7.2.1 - DO TERMOJURIS WEB

Com o objetivo de observar os princípios de publicidade e transparência, a Corregedoria Geral da Justiça lançou e disponibilizou no portal eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, para fins de consulta pública, a versão TermoJuris Web.

A versão Web cumpre o determinado no **Provimento nº 33/2019**, de iniciativa do corregedor-geral da Justiça, Desembargador Marcelo Carvalho Silva, que determina a divulgação mensal dos dados de produtividade dos juízes e das unidades jurisdicionais do Estado do Maranhão, coletados pelo sistema de gerenciamento processual TermoJuris.

São apresentados dados individualizados sobre a produtividade mensal de juízes titulares e auxiliares, com informações do acervo, taxa de congestionamento e número de despachos, decisões e sentenças.

2.3.7.2.2 - DO APP TERMOJURIS

A Corregedoria Geral da Justiça participou dos estudos que resultaram no desenvolvimento da versão aplicativo da ferramenta TermoJuris.

O acesso público dos dados de produtividade da Justiça de 1º Grau atende a previsão constitucional do acesso à informação como direito fundamental; do acesso a informações sobre atos de governo na disciplina da Administração Pública (art. 37, § 3º, II, CF) e ainda a exigência de publicidade dos julgamentos e fundamentação das decisões judiciais (art. 93, XI, CF).

O aplicativo TermoJuris está disponível nas lojas de aplicativos do Android (Play Store) e iOS (Apple Store).

2.3.7.2.3 - DOS TREINAMENTOS DO SISTEMA TERMOJURIS

A realização de treinamentos sobre o sistema TermoJuris surgiu da necessidade de capacitar magistrados e secretários judiciais quanto às funcionalidades do sistema, para uma melhor utilização e aproveitamento da ferramenta, dando maior autonomia às unidades judiciais.

Foram alcançadas aproximadamente **100 (cem)** pessoas, entre magistrados e servidores da Corregedoria e da Justiça de 1º Grau.

2.3.8 - DO PROJETO DA CENTRAL DE ANÁLISE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU

A Central de Análise de Desempenho da Justiça de Primeiro Grau foi inaugurada no dia 8 de março de 2019, com o objetivo de facilitar o acompanhamento do desempenho das unidades judiciais e contribuir para o planejamento das ações estratégicas da Corregedoria Geral de Justiça.

A Central é composta por uma equipe multidisciplinar formada por juízes auxiliares e servidores da Coordenadoria de Planejamento e Aprimoramento da Justiça de Primeiro Grau, da Divisão de Estatística e da Assessoria de Informática, responsáveis pelo acompanhamento dos resultados e pelo envio de alertas às unidades, que chamam a atenção para aspectos que precisam ser melhorados e apresentam sugestões.

A Central conta com **06 (seis)** monitores e outros equipamentos de informática, instalados na Coordenadoria de Planejamento, que possibilitam a apresentação dos diversos menus dos sistemas de gestão.

Entre as principais atribuições da Central de Análise de Desempenho da Justiça de Primeiro Grau, destaca-se o acompanhamento do acervo, da quantidade de processos com excesso de prazo, da produtividade, do cumprimento das metas do CNJ e da evolução das taxas de congestionamento das unidades judiciais.

2.3.8.1 - DO ACOMPANHAMENTO DA EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE CONGESTIONAMENTO PROCESSUAL E DO CUMPRIMENTO DAS METAS DO CNJ

Uma das principais atividades desempenhadas pelo Planejamento Estratégico da Corregedoria Geral da Justiça é o acompanhamento mensal da evolução das taxas de congestionamento processual de baixa e de julgamento, como também do cumprimento das metas do Conselho Nacional de Justiça.

A Divisão de Estatística emite mensalmente relatórios de acompanhamento das taxas de congestionamento processual e das metas do Conselho Nacional de Justiça que subsidiam as ações institucionais. Esses relatórios são disponibilizados no *hotsite* da Gestão Estratégica da Corregedoria Geral da Justiça.

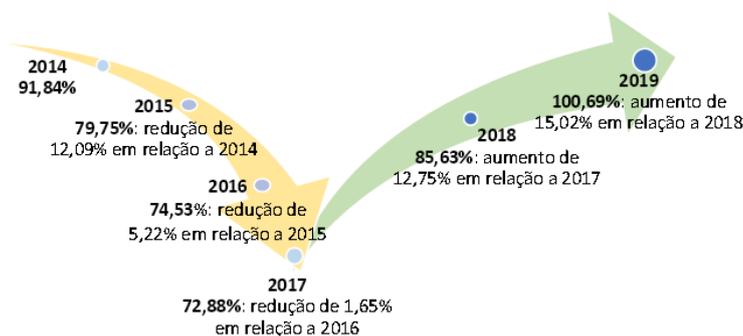
A partir desse acompanhamento, o Corregedor-Geral da Justiça recomendou aos juízes de 1º grau que concentrassem esforços para o cumprimento da Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça (RECOM-GCGJ - 72019), tendo encaminhado nota explicativa da Divisão de Estatística.

Como resultado das ações estratégicas desenvolvidas no biênio, pode-se destacar um progresso expressivo no desempenho das unidades judiciais no que se refere a taxa de congestionamento e cumprimento das metas nacionais.

A Justiça de 1º Grau do Estado do Maranhão alcançou **quatro das seis metas nacionais**, quais sejam: Meta 1, Meta 2, Meta 3 e Meta 6.

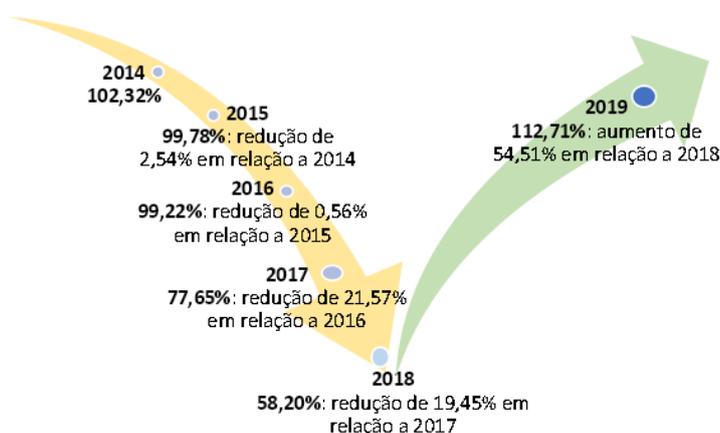
Quanto à **Meta 1**, que consiste no julgamento de número de processos superior à quantidade de processos distribuídos, foi alcançado o percentual de **100,69%**, apresentando um aumento de **15,02%** entre os dois últimos anos. Essa meta não era cumprida desde 2014.

Evolução no 1º Grau – 2014 a 2019



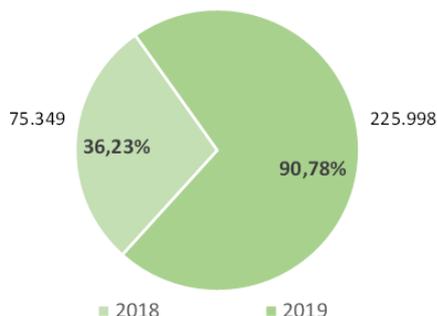
A **Meta 2** consiste no julgamento de pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2015 no 1º grau, até 31/12/2019. No particular o resultado merece especial destaque, vez que cumprido o percentual de **112,71%**, superando em **54,51%** o percentual registrado em 2018.

Evolução no 1º Grau – 2014 a 2019



A **Meta 3** objetivou aumentar o índice de Conciliação em dois pontos percentuais em relação ao ano anterior e apresentou o melhor resultado, alcançando o percentual de **237,47%** de cumprimento. Em 2018, o percentual foi de **36,23%** em **75.349** (setenta e cinco mil, trezentos e quarenta e nove) conciliações pré-processuais e processuais realizadas. Em 2019, as conciliações na fase pré-processual e os acordos da fase processual subiram para **225.998** (duzentos e vinte e cinco mil, novecentos e noventa e oito), perfazendo o percentual de **90,78%**.

PERCENTUAL DE CONCILIAÇÃO



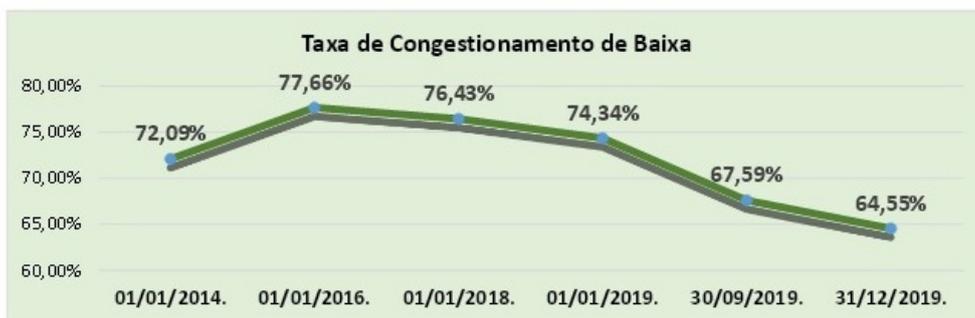
O índice de cumprimento da **Meta 6**, que consistiu em julgar, até 31/12/2019, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau, passou de **38,34%** em 2018 para **106,01%** em 2019. Entre os dois últimos anos, houve um aumento no cumprimento da meta de **176,49%**. Foi a primeira vez que a meta foi cumprida nos últimos seis anos.

META 6 CNJ - 1º GRAU



A taxa de congestionamento processual de baixa é um indicador adotado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para medir a efetividade do Tribunal em um período, considerando o total de casos novos que ingressaram, os casos baixados e o estoque pendente ao final do período anterior ao período base.

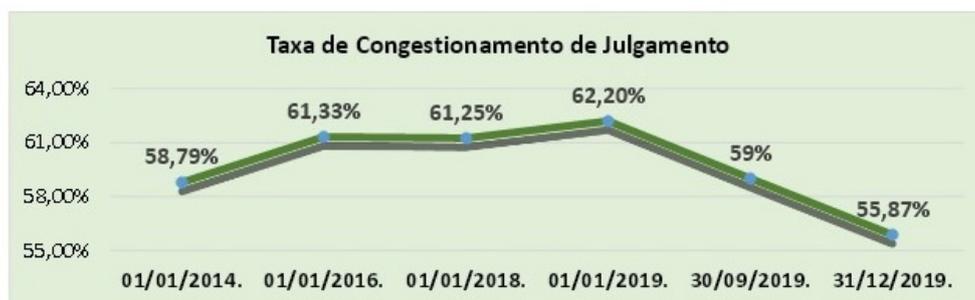
Em 2018 o Corregedor-geral da Justiça, Des. Marcelo Carvalho Silva, lançou o Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual. Ao final do biênio a taxa de congestionamento de baixa processual nas unidades da Justiça de 1º Grau foi reduzida de 76,43% para **64,55%**, a menor taxa registrada nos últimos cinco anos.



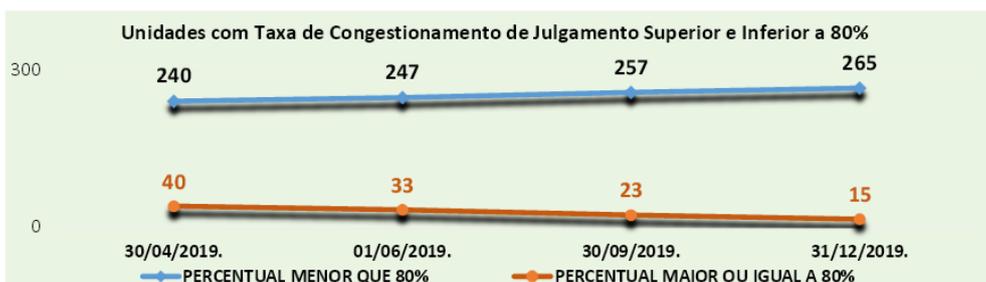
Em abril de 2019, **115 (cento e quinze)** unidades se encontravam na faixa mais crítica de congestionamento (percentual igual ou maior que 80%). No final do ano, apenas **40 (quarenta)** unidades permaneceram nessa faixa, o que representa uma redução de **65,21%**.



Semelhantemente, a taxa de congestionamento de julgamento das unidades da Justiça de 1º grau em 01/01/2018 foi reduzida de 61,25% para **55,87%**, evidenciando uma redução de **8,78%**.



Em 30 de abril de 2019, **40 (quarenta)** unidades se encontravam na faixa mais crítica de congestionamento (percentual igual ou maior que 80%). No final do ano, apenas **15 (quinze)** unidades permaneceram nessa faixa, o que representa uma redução de **62,5%**.



2.3.9 - DO PRÊMIO DE RECONHECIMENTO DE PRODUTIVIDADE PARA MAGISTRADOS E SERVIDORES PELO CUMPRIMENTO DE METAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

A Corregedoria Geral da Justiça, por meio do **Provimento nº 52/2019**, instituiu o Prêmio de Reconhecimento de Produtividade para magistrados e servidores pelo Cumprimento das Metas fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça.

A premiação será concedida anualmente às unidades jurisdicionais do Poder Judiciário maranhense que atingirem 100% de cumprimento em uma ou mais metas. Os dados estatísticos serão contabilizados no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

Os troféus e certificados serão entregues em solenidade especialmente designada para este fim, e as unidades premiadas receberão destaque no portal eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – na página da Corregedoria Geral da Justiça.

CUMPRIMENTO DAS METAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	
METAS	QUANTIDADE DE UNIDADES JUDICIAIS
META 1	148
META 2	254
META 3	21
META 4	124
META 6	152
META 8	39

2.3.10 - DO BANCO DE BOAS PRÁTICAS

O Banco de Boas Práticas do Poder Judiciário do Estado do Maranhão foi idealizado em 2019 com a finalidade de reconhecer a capacidade de criar e implementar ações sociais e de gestão, valorizando e motivando magistrados e servidores.

Nem toda boa prática desenvolvida por servidores e magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão está registrada. A identificação, catalogação e disseminação de boas práticas realizadas por magistrados e servidores nas unidades judiciais, em um canal eletrônico, possibilita a expansão do conhecimento, a troca de experiências, o compartilhamento de ideias e o enriquecimento mútuo.

As iniciativas podem ser inscritas por servidores e magistrados, por meio do formulário eletrônico disponível na página eletrônica da Gestão Estratégica da Corregedoria-Geral da Justiça. Após prévia avaliação da Divisão de Projetos, Padronização e Rotinas, as práticas são submetidas ao Corregedor-geral, que decide pela inclusão ou não no Banco de Boas Práticas.

2.3.11 - DO HOTSITE DA GESTÃO ESTRATÉGICA

Para uma maior publicidade das ações, estudos, projetos e programas, foi idealizado o *hotsite* da Gestão Estratégica da Corregedoria Geral da Justiça. O espaço apresenta muitas informações relevantes, distribuindo o conteúdo nas seguintes abas: Projetos, Banco de Boas Práticas, Estatística, Legislação e Plano de Gestão.

Entre as informações disponibilizadas, o *hotsite* reúne na aba “Projetos” as informações de 16 projetos desenvolvidos pela Corregedoria, entre eles: Banco de Boas Práticas; Casa da Justiça; Casamentos Comunitários; Central de Análise de Desempenho da Justiça de Primeiro Grau; Construindo a Justiça; Digitalizar Já; “Fala aí, juiz!”; Jurado Voluntário; Mega Leilão Estadual; Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais; Numopede; Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual; Reconhecer é Amar; Selo “Unidade Destaque em Baixa Processual”; Semana de Baixa Processual e Termojuris.

No Banco de Boas Práticas é possível inscrever práticas e consultar boas práticas já cadastradas.

Na aba Estatística são disponibilizadas mensalmente a Evolução das Taxas de Congestionamento, Índice de Virtualização, Acompanhamento das Metas da Corregedoria Geral da Justiça e do Conselho Nacional de Justiça, bem como as Tabelas de Classes e Assuntos Processuais – TJMA.

A página também exibe a aba Legislação, que elenca os provimentos da Corregedoria Geral da Justiça dos anos de 1989 a 2020, e a aba Plano de Gestão, que reúne os planos dos biênios de 2012 a 2019.

2.3.12 - DO CURSO DE PADRONIZAÇÃO DE ROTINAS E PROCEDIMENTOS DE SECRETARIAS JUDICIAIS

A partir da análise dos dados das unidades judiciais e das visitas estratégicas, foi verificado que a gestão das secretarias judiciais acontece de forma distinta entre as unidades, com diversas metodologias de trabalho. Assim, concluiu-se pela necessidade de melhorar a qualidade dos serviços, racionalizando e padronizando as rotinas de trabalho.

A Corregedoria Geral da Justiça instituiu um Grupo de Trabalho composto por magistrados e servidores com a finalidade de unificar o conteúdo do curso de Padronização de Rotinas e Procedimentos de Secretarias Judiciais, que já era oferecido há algum tempo. O curso foi formatado pelos juízes Rodrigo Otávio Terças Santos e Douglas Lima da Guia, com a colaboração das secretárias judiciais Ana Priscila Costa Andrade e Anna Carolina Pinheiro Vale.

2.4 - DOS PROVIMENTOS ATINENTES À GESTÃO ESTRATÉGICA DA CORREGEDORIA

Durante o biênio 2018-2019, O Corregedor-geral da Justiça editou diversos provimentos visando o aprimoramento da prestação jurisdicional, instituindo projetos e disciplinando a aferição da produtividade dos magistrados. São eles:

a. Provimento nº 2/2018 alterado pelo **Provimento nº 12/2018**: dispõe sobre os critérios estatísticos para mensuração do volume de produção dos magistrados, estabelecendo metas de produtividade às unidades jurisdicionais;

b. Provimento nº 10/2018 alterado pelo **Provimento nº 40/2018** e **Provimento nº 17/2019**: institui a Semana de Baixas Processuais, a ser realizada na terceira semana dos meses de maio e outubro, de cada ano em todas as unidades do Poder Judiciário de 1º grau, constituída de mutirões para fins de baixa processual;

c. Provimento nº 11/2018 alterado pelo **Provimento nº 35/2018** e **Provimento nº 16/2019**: institui o selo unidade destaque em baixa processual no âmbito da Justiça de 1º grau do Maranhão. O Selo visa reconhecer o desempenho das unidades judiciais de 1º grau, no que se refere à diminuição da taxa de congestionamento de baixa processual;

d. Provimento nº 20/2018 alterado pelo **Provimento nº 36/2018**: institui o Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais - NAUJ;

e. Provimento nº 43/2018 alterado pelo **Provimento nº 14/2019** e **Provimento nº 19/2019**: altera a divisão das Comarcas do Estado do Maranhão em Polos Judiciais;

f. Provimento nº 44/2018: estabelece o procedimento a ser observado pelos juízes durante o plantão judiciário em relação a adolescentes apreendidos em flagrante;

g. Provimento nº 18/2019: estabelece regras para mensuração dos critérios de produtividade dos magistrados, para fins de promoção, remoção e acesso ao segundo grau de jurisdição por merecimento;

h. Provimento nº 46/2019: regulamenta os mutirões de análise processual realizados pelo Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ) na Comarca da Ilha de São Luís;

i. Provimento nº 51/2019: institui, como ação permanente, o Banco de Boas Práticas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Maranhão;

j. Provimento nº 52/2019: institui, no âmbito da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Maranhão, o Prêmio de Reconhecimento de Produtividade para magistrados e servidores pelo Cumprimento de Metas do Conselho Nacional de Justiça.

Cabe destacar que todos os provimentos elaborados foram organizados e encontram-se disponíveis no portal eletrônico da Corregedoria Geral de Justiça, sendo atualizado permanentemente.

2.5 - DO ACOMPANHAMENTO DO SISTEMA DIGIDOC

A Coordenadoria de Planejamento e Aprimoramento também realiza o acompanhamento de processos, requisições e documentos no sistema Digidoc, com a elaboração de pareceres, despachos, além de minutas de decisões, provimentos, recomendações e portarias.

Dentre as principais demandas recebidas, destacam-se os seguintes temas: criação e instalação de varas judiciais, pedidos de mutirão, reclamações da Ouvidoria, produtividade de magistrados, Informações sobre Metas do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, solicitações sobre o sistema TermoJuris. Além disso, o setor também trabalha na elaboração de planos de ação e na análise dos dados compilados das unidades judiciais.

O acompanhamento das unidades que apresentaram um resultado indesejado, bem como daquelas que o CNJ determinou fossem acompanhadas por um prazo específico, também é feito no sistema Digidoc. Para uma melhor gestão dos processos foi solicitada a criação dos assuntos "Ciclo de Acompanhamento de Unidade Judicial", "Ciclo de Acompanhamento da Meta 1", "Ciclo de Acompanhamento da Taxa de Congestionamento Processual", dentre outros.



**ASSESSORIA DE
INFORMÁTICA DA CGJ**

1. Operacionalização do Sistema AEGIS-D:

Objetivo: Gerenciar o fluxo dos bens depositados judicialmente.

Situação atual: em operação.

2. Operacionalização do Sistema *Termojuris versão 2.0*:

Objetivo: divulgação mensal, para fins de consulta pública, de dados de produtividade de juízes e unidades jurisdicionais do Estado do Maranhão.

A versão 2.0 do sistema *Termojuris* permite a visualização e acompanhamento online de informações sob o aspecto quantitativo de todo o acervo processual das comarcas do Maranhão. A ferramenta de pesquisa permite a busca de dados captados dos sistemas de gerenciamento processual do Poder Judiciário – VEP, Projudi, Themis e PJe.

Disponibilizada também a versão aplicativo da ferramenta, que está disponível para Android (Play Store) e iOS (App Store*).

Situação Atual: em operação.

3. BNMP2.0 (Banco Nacional de Mandado de Prisão):

Suporte e liberação de acesso aos magistrados e servidores do 1º e 2º grau do Tribunal de Justiça do Estado.

4. Sistemas de Controle de Acesso do CNJ (Conselho Nacional de Justiça):

Suporte e liberação de acesso, dos sistemas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), aos magistrados e servidores do 1º grau do Tribunal de Justiça do Estado:

- ✓ *Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei - CNAACL*
- ✓ *Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade - CNCIAI*
- ✓ *Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade - CNIUIS*
- ✓ *Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais - CNIEP*
- ✓ *Sistema de Audiência de Custódia - SISTAC*
- ✓ *Sistema Nacional de Bens Apreendidos - SNBA*
- ✓ *Sistema Nacional de Videoconferência*
- ✓ *Sistema Nacional de Controle e Interceptações*
- ✓ *Sistema Nacional de Adoção - SNA*

5. Apoio ao Gabinete dos Juízes Corregedores:

Elaboração e disponibilização de Formulários *online* para coleta de informações das unidades judiciais, com objetivo de subsidiar dados para produção de relatórios e alimentação de sistemas.

- ✓ *Formulário Vara de Execuções Penais – Digitalização de Processos;*
- ✓ *Formulário de Acompanhamento de Implantação do SEEU;*
- ✓ *Formulário Mês Nacional do Juri;*
- ✓ *Formulário Conflitos Agrários;*
- ✓ *Formulário Cadastro de Acesso ao Sistema Nacional de Adoção - SNA.*

Extração e elaboração de relatórios para fins de apoio às Correições Ordinárias e Extraordinárias realizados pelos Juízes Corregedores nas unidades judiciais do Estado;

Participação e Suporte no I Encontro de Corregedores do Serviço Extrajudicial – composição do COGETISE (Comitê de gestão Tecnológica da Informação dos Serviços Extrajudiciais) sediado em Brasília/DF;

Criação do módulo de Correição no sistema *Auditus*;

Extração de dados para fins de instrução aos processos de promoção e remoção de magistrados.

6. Apoio à Coordenação de Planejamento e Aprimoramento a Justiça de 1º Grau:

Extração, elaboração e diagnóstico de dados estatísticos afetos às Unidades Judiciais do Estado;

Treinamentos a servidores da Corregedoria Geral da Justiça e aos magistrados do Fórum do Termo Judiciário de São Luís, para fins de capacitação a cerca das funcionalidades do *Termojuris*;

Correção do Sistema *Promerithus*;

Participação no Encontro de Administração da Justiça – EMAJUS – evento que discutiu as inovações e boas práticas de gestão em organização dos sistemas da Justiça, sediado em Brasília/DF;

Extração de dados para fins de apoio ao projeto *Digitalizar*.

7. Visitas Técnicas:

Visita Técnica ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins para fins de conhecimento do processo de implementação da Força Tarefa de Digitalização dos Processos Judiciais;

Visita Técnica à Comarca de Jaboatão de Guararapes/PE, para fins de conhecimento da Secretaria Judicial Única Digital;

Visita Técnica, para fins de conhecimento do sistema de Inteligência Artificial(robô *Poti*) em operação na Comarca de Natal/RN.

Visita Técnica ao Laboratório de Inovação da Justiça Federal do Estado de São Paulo, com finalidade de conhecer o programa de gestão *INOVAJUSP*.

8. Substituição das Impressoras:

Acompanhamento e suporte à substituição de 37(trinta e sete) impressoras, no prédio sede e anexos da Corregedoria Geral da Justiça.

9. Inventário Patrimonial:

DESCRIÇÃO	TOMBAMENTO
Mesa 1,40 m	80163
Mesa 1,00 m	80167
Mesa 1,00 m	80155
Mesa 080 cm	43155
Gaveteiro Volante	80152
Gaveteiro Volante	80154
Armário Baixo	43263
Armário Alto	43262
Frigobar	43138
Cadeira Sec. giratória c/ braços	43265
Cadeira Sec. giratória c/ braços	43266
Cadeira Sec. giratória c/ braços	80117
Cadeira fixa	80144
TV 32' Philips	117637
Computador Completo HP	114955
Computador Completo HP	114956
Computador Completo HP	114957
Computador Completo HP	114800
Scanner de Digitalização Fujitsu	80151
Nobreak 2.200 VA	43302
Nobreak 700 VA	112923
Notebook Dell	116629
Data Show EPSON VS210	S/N: PTGK2600618
Switch 24 portas	43355
Roteador Wireless 300Mbps	80165
Roteador Wireless 300Mbps	S/Tombo S/N. 13585308773

10. Assessoria de Informática em Números:

Foram realizados 522(quinhetos e vinte dois) atendimentos no prazo, no sistema *Gestor*, no período 07 de janeiro de 2019 a 19 de Dezembro de 2019.



**DIVISÃO DE
AVALIAÇÃO
DOS JUÍZES**

A **Divisão de Avaliação dos Juízes - CGJ** é responsável pela avaliação, consolidação, encaminhamento e arquivo das informações dos juízes de direito, conforme Regimento Interno da Corregedoria Geral da Justiça, tendo realizado no ano de 2019 as atividades que seguem:

1. Manter atualizado o cadastro do juiz em estágio probatório, que inclui pasta individual, ficha de avaliação, relatórios mensais e trimestrais e outros elementos úteis fornecidos à Corregedoria Geral da Justiça;
2. Acompanhar o juiz corregedor em visitas às unidades em que atuam juízes em estágio probatório;
3. Encaminhar aos juízes corregedores as informações e gráficos comparativos para compor os processos individuais de vitaliciamento de juiz;
4. Identificar as divergências de informações contidas nos relatórios de vitaliciamento e repassar aos juízes corregedores;
5. Cadastrar e arquivar as informações colhidas junto à Escola Superior da Magistratura, no que concerne ao aproveitamento do juiz em todas as atividades promovidas durante o estágio probatório e outras informações de cursos promovidos pela Escola;
6. Cadastrar títulos/cursos recebidos/realizados por juízes no Promeritus (sistema de gerenciamento de promoção e remoção de magistrado);
7. Instruir processos de promoção, remoção e acesso ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão;
8. Elaborar e publicar, com base nas informações recebidas, perfil funcional dos juízes;
9. Prestar informação em expedientes, quando a matéria for da competência desta Divisão;
10. Analisar as informações fornecidas pela Divisão de Estatística-CGJ, relacionadas à produtividade dos juízes, sugerindo aos setores competentes as providências cabíveis;
11. Receber e registrar os relatórios mensais encaminhados pelos juízes de direito que atuam em Varas de Execução Penal.

Por fim, apresentamos em anexo os dados correspondentes às atividades desenvolvidas por esta Divisão no ano de 2019.

ANEXO
DADOS RELATIVOS ÀS ATIVIDADES DESEMPENHADAS - ANO 2019

Nº	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Número total de processos recebidos	516
2	Número de processos instruídos, relativos a Promoção de magistrados	167
3	Número de processos instruídos, relativos a Remoção de magistrados	126
4	Número de processos de Vitaliciamento de Juiz	37
5	Número de processos de Certificados sobre Cursos Realizados por Magistrados	119
6	Número de processos de Produtividade de Magistrado Vitalício	18
7	Outros processos movimentados pelo setor	49
8	Número de processos arquivados no setor	26
9	Número de Certidões criadas	96
10	Número de Despachos criados	121
11	Número de Ofícios criados	196
12	Número de Memorandos criados	189
13	Outros documentos criados	06
14	Número total de documentos criados	608
15	Número de documentos arquivados no setor	1.491
16	Acompanhamento em visitas da Corregedoria em unidades em que atuam juízes em estágio probatório	06



**DIVISÃO DE
CORREIÇÕES
E INSPEÇÕES**

DCI/CGJ no Ano de 2019

A Divisão de Correições e Inspeções da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão - DCI/CGJ, atualmente é composta pelo Chefe da Divisão de Correições e Inspeções, Sr. Fernando Ribeiro de Almeida, matrícula 184.937 e mais três servidores: Sra. Julianne Maria Cutrim Santos, matrícula 161.976, Sra. Ana Paula Silva Alceno, matrícula 192.831 e Sr. Wander Henrique Braga da Silva, matrícula 108.027.

Descrição das atividades realizadas pela DCI/CGJ:

1. Acompanhar os Processos Correições e Inspeções dos Juízes de Direito e Promotorias.

Acompanhar realização de Correição e Inspeção Ordinária/Extraordinária pelos Juízes de Direito - recebimento de requisição no SISTEMA DIGIDOC, abertura de processo, alimentação do Sistema ATTENDE, elaboração de certidão e, conseqüentemente conclusão do processo para os juízes corregedores, cumprimento de diligências apontadas em despachos e decisões, além do recebimento e distribuição dos pedidos de prorrogação do período de correição e inspeção.

2. Acompanhar realização de Correição e Inspeção Ordinária/Extraordinária realizadas pela Equipe CGJ - confecção de portaria, publicação, expedição de ofícios, notificações e devidas comunicações de acordo com a Resolução nº 24/2009.

Para correições ordinárias e extraordinárias: Confecção e publicação no DJe da portaria instaurando a correição; comunicação da realização das correições ordinárias e extraordinárias realizadas pela CGJ com a elaboração individual de e-mail contendo as respectivas portarias, informações que serão requisitadas à secretaria na data da correição, instruções de uso do THEMIS, bem como a lista dos 100 processos mais antigos extraídos pela Assessoria de Informática da CGJ; posterior contato telefônico para confirmação do recebimento do e-mail; recepção e encaminhamento do relatório elaborado pela equipe correicional da CGJ e aprovado pelo Corregedor-geral da Justiça, oficiando o Magistrado Titular da Vara correicionada sobre as recomendações e diligências a serem cumpridas.

Para Inspeções Extraordinárias: confecção e publicação no DJe da portaria instaurando a inspeção e definindo a data a ser realizada, elaboração de ofício para diversos setores (Ouvidoria, FERJ, Coordenadoria de Reclamações e Processos Disciplinares, Supervisão de Prestação de Contas para interinos), requisitando informações sobre os delegatários, levantamento de todas as informações relativas a serventia a ser inspecionada e posteriormente in loco averiguar, comparar e recolher provas documentais formulando conclusões para compor o relatório conforme a Resolução nº 24/2009.

Promoção/ Remoção/ Vitaliciamento/ Férias de Juízes: recepção do processo e elaboração de certidão acerca da realização de correição e inspeção pelos juízes de direito.

3. Atender solicitações dos Magistrados, Juízes Corregedores ou Juízes de Direito titulares de comarcas de todo o Estado.

Acompanhamento de Emails: abertura diária, acompanhamento de solicitações.

Atendimento de dúvidas via telefone: orientações, envios de documentos e auxílio no manuseio de alguns sistemas no que concerne às inspeções e correição ordinárias/extraordinárias aos Juízes de Direito e seus secretários judiciais (DIGIDOC e AUDITUS).

Suporte para as secretarias judiciais de todo o estado: por contato telefônico, email ou malote digital, quanto a abertura das correições/inspeções ordinárias e/ou extraordinárias, elaboração dos relatórios, uso dos sistemas (DIGIDOC e AUDITUS), entre outras dúvidas.

4. Outros expedientes:

Acompanhamento e/ou alimentação diária dos Sistemas: AUDITUS, ATTENDE, DIGIDOC, PROMERITUS, JURISCONSULT, Malote Digital e E-mails - o setor possui dois e-mails: divcorreicao_cgj@tjma.jus.br (para comunicações diversas com magistrados e outros setores) e correinsp_cgj@tjma.jus.br (controle do sistema AUDITUS e, conseqüentemente, movimentação de processos de correições e inspeções).

Em 2019 a Corregedoria-Geral da Justiça realizou Inspeções Extraordinárias nas seguintes serventias extrajudiciais:

- Serventia Extrajudicial do 1º e 2º Ofícios de Cururupu;
- Serventia Extrajudicial de Bacuri;
- Serventia Extrajudicial do 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios de Bacabal;

- Serventias Extrajudiciais do 1º, 2º e o 3º Ofícios de Coroatá;
- Serventia Extrajudicial de Axixá;
- Serventia Extrajudicial de Icatu.
- Serventia Extrajudicial de Matões do Norte.
- Serventia Extrajudicial de Pirapemas.
- Serventia Extrajudicial do 1º, 2º, 3º e 8º Tabelionatos de Notas de São Luís.

Em 2019 a Corregedoria-Geral da Justiça realizou correições nas seguintes unidades jurisdicionais:

78 varas: 60 do interior e 18 da capital

CAPITAL:

1. 3ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís;
2. 5ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís;
3. 1ª Vara do Tribunal do Júri do Termo Judiciário de São Luís;
4. 6ª Vara de Família do Termo Judiciário de São Luís;
5. 7ª Vara de Família do Termo Judiciário de São Luís;
6. 2ª Vara Cível do Termo Judiciário de São Luís;
7. 3ª Vara Cível do Termo Judiciário de São Luís;
8. 5ª Vara Cível do Termo Judiciário de São Luís;
9. 9ª Vara Cível do Termo Judiciário de São Luís;
10. 11ª Vara Cível do Termo Judiciário de São Luís;
11. 13ª Vara Cível do Termo Judiciário de São Luís;
12. 14ª Vara Cível do Termo Judiciário de São Luís;
13. 1ª Vara das Execuções Penais do Termo Judiciário de São Luís;
14. 2ª Vara das Execuções Penais do Termo Judiciário de São Luís;
15. 2ª Vara da Infância E da Juventude do Termo Judiciário de São Luís;
16. Auditoria da Justiça Militar;
17. 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São José de Ribamar;
18. 2ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São José de Ribamar.

INTERIOR:

1. 1ª Vara de Santa Inês;
2. 2ª Vara de Santa Inês;
3. 3ª Vara de Santa Inês;
4. 4ª Vara de Santa Inês;
5. Vara Única de Santa Quitéria;
6. Vara Única de São Bernardo;
7. Vara Única de Magalhães de Almeida;
8. Vara da Infância de Timon;
9. 2ª Vara Criminal de Timon;
10. 3ª Vara Criminal de Timon;
11. Vara da Fazenda Pública de Timon;
12. Vara Única de Pastos Bons;
13. Vara Única de Passagem Franca;
14. Vara Única de Buriti Bravo;
15. 1ª Vara de Buriticupu;
16. 2ª Vara de Buriticupu;
17. 1ª Vara de Santa Luzia;
18. 2ª Vara de Santa Luzia;
19. Vara Única de Joselândia;
20. Vara Única de Esperantinópolis;
21. Vara Única de Dom Pedro;
22. 1ª Vara de Viana;
23. 2ª Vara de Viana;
24. Vara Única de Penalva;
25. Vara Única de Olinda Nova do Maranhão;
26. Vara Única de São Francisco do Maranhão;

27. Vara Única de Barão de Grajaú;
28. Vara Única de São João dos Patos;
29. 1ª Vara Cível de Caxias;
30. 2ª Vara Cível de Caxias;
31. 1ª Vara Criminal de Caxias;
32. 1ª Vara de Pinheiro;
33. 2ª Vara de Pinheiro;
34. Vara Única de Cedral;
35. Vara Única de Bequimão;
36. 1ª Vara de Zé doca;
37. 2ª Vara de Zé doca;
38. Vara Única de Pindaré Mirim;
39. Vara Única de Bom Jardim;
40. Vara Única de São Domingos do Maranhão - Extraordinária;
41. 1ª Vara de Presidente Dutra;
42. 2ª Vara de Presidente Dutra;
43. Vara Única de Tuntum;
44. 1ª Vara Criminal Açailândia;
45. 2ª Vara Cível de Açailândia;
46. Vara Única de São Pedro da Água Branca;
47. Vara Única de Itinga do Maranhão;
48. 1ª Vara de Itapecuru-Mirim;
49. 2ª Vara de Itapecuru-Mirim;
50. 3ª Vara de Itapecuru-Mirim;
51. Vara Única de Vargem Grande;
52. Vara Única de Brejo;
53. 1ª Vara de Chapadinha - Extraordinária;
54. Vara Única de Urbano Santos;
55. 2ª Vara Cível de Imperatriz;
56. 3ª Vara Criminal de Imperatriz;
57. Vara da Infância e Juventude de Imperatriz;
58. Vara Única de Senador La Roque;
59. Vara Única de Carolina - Extraordinária;
60. Vara Única de Cândido Mendes - Extraordinária;

22 juizados e turmas: 5 turmas recursais e 17 juizados:

CAPITAL:

2º, 3º, 4º, 5º, 8º e 12º Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo de São Luís
3º Juizado Especial Criminal de São Luís

INTERIOR:

Juizado Especial Cível e Criminal de Bacabal
Juizado Especial Cível e Criminal de Timon
Juizado Especial Cível e Criminal de Pedreiras
Juizado Especial Cível e Criminal de Codó
Juizado Especial Cível e Criminal de Pinheiro
Juizado Especial Cível e Criminal de Caxias
Juizado Especial Cível e Criminal de Santa Inês
1º e 2º Juizados Especiais Cíveis de Imperatriz
Juizado Especial Criminal de Imperatriz
Turmas Recursais Cíveis e Criminais de Bacabal, Presidente Dutra, Chapadinha, Pinheiro e Imperatriz.



**DIVISÃO DE
ESTATÍSTICA**

1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA DIVISÃO DE ESTATÍSTICA

A Divisão de Estatística é responsável pelo levantamento dos dados estatísticos das unidades jurisdicionais e juízes, competindo-lhe, ainda:

- I - atualizar, periodicamente, os sistemas de dados estatísticos relativos à Justiça de Primeiro Grau;
- II - contribuir com dados e análises estatísticas para a definição de indicadores e metas de desempenho da Corregedoria Geral da Justiça e das unidades jurisdicionais;
- III - elaborar, mensalmente, relatório comparativo entre as metas previstas e as realizadas pela Corregedoria Geral da Justiça, pelas unidades jurisdicionais de Primeiro Grau e pelos juízes, demonstrando, analiticamente, a evolução dos dados estatísticos;
- IV - construir e calcular indicadores de desempenho e estatístico relativos às atividades da Corregedoria Geral da Justiça, das unidades jurisdicionais e dos juízes de direito, fazendo projeção para o período seguinte;
- V - estabelecer critérios para o cálculo da mediana e do desvio padrão referente à produtividade das unidades jurisdicionais;
- VI - controlar os dados estatísticos do movimento forense das unidades jurisdicionais enviados pela Divisão de Avaliação dos Juízes, encaminhando-os para análise dos juízes corregedores e do corregedor-geral da Justiça;
- VII - providenciar o arquivamento da documentação relativa aos trabalhos da Divisão;
- VIII - receber e registrar os relatórios encaminhados pelos juízes de direito, remetendo aos setores respectivos;
- IX - prestar informação em processos quando a matéria se relacionar a sua área de atuação;
- X - atender ao público, interno e externo, quanto a solicitações de informações estatísticas;
- XI - apresentar os dados necessários para elaboração dos relatórios e estatísticas anuais;
- XII - receber e registrar os relatórios e estatísticas advindos dos juzizados especiais da capital e do interior e das turmas recursais;
- XIII - organizar o esquema de trabalho e controlar a respectiva frequência dos servidores lotados no setor;
- XIV - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

2 DIVISÃO DE ESTATÍSTICA EM NÚMEROS

I PROCESSOS/2019

Relatório Estatístico de Movimentação de Processos

	Total
Processos Abertos	80
Processos Recebidos/Entradas	302
Processos Arquivados	290
Processos Encaminhados/Saídas	366
Total	1038

Fonte: Digidoc. Período: 01/01/2019 a 31/12/2019.

II DOCUMENTOS/2019

Relatório Estatístico de Movimentação de Documentos

	Total
Documentos Criados	120
Documentos Recebidos	805
Total	925

Fonte: Digidoc. Período de 01/01/2019 a 31/12/2019

III RELATÓRIOS RECEBIDOS, REGISTRADOS E ARQUIVADOS

Relatório	Total
Relatório Anual de Atividades	30*
Relatório de Presos Provisórios	87

*Referente ao ano 2018

IV TRIBUNAL DO JÚRI

Sessões do Tribunal do Júri designadas e comunicadas à CGJ, registradas e arquivadas.

Em 2019: 692 registros.

Sessões do Tribunal do Júri realizadas e comunicadas à CGJ, registradas e arquivadas.

Em 2019: 136 registros.

V RELATÓRIOS DE PRODUTIVIDADE DE MAGISTRADO

Relatório de produtividade de magistrado (promoção): 513

Relatório de produtividade de magistrado (Turmas Recursais): 105

VI OUTRAS ATIVIDADES

- Cadastro e acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário
- Cadastro e acompanhamento do Módulo Mensal de Produtividade-Justiça em Números
- Elaboração das Metas Anuais de Produtividade CGJ-MA

VII INVENTÁRIO

RELAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS	
Tombamento nº.	Especificação
80837	Microcomputador hp Intel Core i5, Diretoria de Informática e Automação, 32160, Série BRJ703C43X
80836	Microcomputador hp Intel Core i5, Diretoria de Informática e Automação, 32117, Série BRJ703C3HZ
60400	Microcomputador Itautec Intel Pentium, Diretoria de Informática e Automação, 33669, Série 4007008700111
Sem tombo	Monitor hp
Sem tombo	Monitor hp
Sem tombo	Monitor Lenovo
Sem Tombo	Impressora Lexmark Série 460085010KVZO
058509 / 53049	Estabilizador Force Line
136918	Estabilizador Microsol
71504	Estabilizador Microsol
Sem tombo	Poltrona giratória Giroflex com braços
058566	Cadeira giratória com braços
058553	Poltrona giratória Giroflex com braços
29277 / 071452	Cadeira giratória com braços
29342	Cadeira giratória Giroflex sem braços
58502	Cadeira giratória Giroflex sem braços
058507	Aparelho de telefone Intelbras
123765	Armário alto em MDF
122523	Mesa retangular em MDF
123000	Mesa retangular em MDF
058505	Gaveteiro de 5 gavetas
052123	Ar condicionado Eletrolux
058504	Scanner Scan Snap S1500



**DIVISÃO DE GESTÃO
E CONTROLE DOCUMENTAL**

A Divisão de Gestão e Controle Documental é a unidade competente para receber, conferir, guardar, classificar e ainda, manter organizada toda documentação de fase intermediária e permanente (onde aguardarão o cumprimento dos prazos necessários à sua destinação final) do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, para fins de pesquisa e consulta consoante disposição da Lei nº 8.159/91, que trata sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, e ainda a Lei nº 12.527/11 que trata sobre o direito de acesso às informações públicas pelos cidadãos brasileiros.

O setor da Divisão de Gestão e Controle Documental é responsável por procedimento como arquivamento, desarquivamento, remessa e consulta de processos judiciais dos Juizados Especiais da Capital, das comarcas de São José de Ribamar e Paço do Lumiar, bem como de processos e documentos de natureza administrativa da Corregedoria Geral da Justiça.

O procedimento de arquivamento é solicitado via DIGIDOC, com numeração de caixas e dos processos, para a sua devida guarda. No ano de 2019 houve 215 arquivamentos na Divisão de Gestão e Controle Documental.

Da mesma forma, os pedidos de desarquivamento são solicitados via DIGIDOC pelos Juizados Especiais da Capital, pelas comarcas de São José de Ribamar, Paço do Lumiar, ou pela Corregedoria Geral da Justiça. No ano de 2019 houve 213 requisições para o setor.

Foram encaminhados ao setor 21 processos no ano de 2019, já documentos foram encaminhados 215, todos contados da data de 1 de janeiro de 2019 até o dia 30 de dezembro do mesmo ano.

No ano de 2018, sobre a orientação do Corregedor Geral realizamos o projeto de eliminação de processos arquivados dos juizados especiais da capital, para tanto lançamos Edital com mais de 150 mil processos aptos para descarte, quase 50 toneladas de papel. Já em 2019 fizemos com a parceria das comarcas da capital, o recolhimento e o encaminhamento para a cooperativa de reciclagem (coopresl) de processos arquivados que constaram em editais de eliminação, assim após o prazo aptos para reutilizar, o que totalizou 26 toneladas de processos, tudo em conformidade com o disposto no caput e § 2º do art. 2º e art. 3º, todos da resolução GP 112013 da CGJ/MA.

No recinto da Divisão de Gestão e Controle Documental são realizadas consultas tanto para as partes, como para os advogados, podendo estes solicitar a reprodução de cópias dos processos. As despesas com a reprodução de documentos ou peças dos autos serão de responsabilidade do solicitante. O horário limite para atendimento ao público é até as 16h e expediente interno até as 17h.

COMISSÃO DE GESTÃO DOCUMENTAL DA JUSTIÇA DO PRIMEIRO GRAU

1) Editais de Eliminação de Processos

- Elaboração do edital (EDT-ELM-GCGJ - 12018) para a eliminação de mais de 160.000 processos de competência dos juizados especiais cíveis da Capital, disponível no site da Corregedoria.
- Auxílio na elaboração dos editais de eliminação dos processos de competência dos juizados especiais cíveis das Comarcas de Bacabal (JECRRIM- 11.475 processos), Dom Pedro (2.020 processos), Anajatuba (6.215 processos), Barra do Corda (1ª e 2ª Vara-4.462 processos), Grajaú (1ª Vara-6.500 processos e 2ª Vara-230 processos), Santa Helena (4.503 processos), Vitorino Freire (1ª Vara-16.419 processos), Paulo Ramos (6.116 processos), Olho D'Água das Cunhãs (4.407 processos), São Bento (5.180 processos), Colinas (1ª Vara-7.343 processos), Santa Luzia (2ª Vara-2.307 processos), Pindaré-Mirim (4.702 processos), Timon (JECRRIM-8.563 processos), Lago da Pedra (1ª Vara-26.241 processos), Coroatá (1ª Vara-12.717 processos) e Caxias (JECRRIM-7.103 processos), disponíveis no site da Corregedoria.

2) Recolhimento de processos nas Comarcas do Interior do Estado para fins de eliminação

- Elaboração de 05 rotas para recolhimento, no ano de 2019, de 94.564 processos nas seguintes unidades judiciais: Rota 1) JECRRIM de Bacabal, Senador La Roque, 2º Juizado Especial Cível de Imperatriz, Vara Única de São Raimundo das Mangabeiras, Vara Única de Carolina, 1ª e 2ª Varas de Barra do Corda, 1ª Vara de Pedreiras, Vara Única de São Luis Gonzaga e Vara Única de Dom Pedro; Rota 2) Vara Única de Cantanhede, Vara Única de Urbano Santos, JECRRIM de Santa Inês e 2ª Vara de Zé Doca; Rota 3) Vara Única de Anajatuba, 1ª e 2ª Varas de Grajaú, Vara Única de Carolina e Vara Única de Loreto; Rota 4) Vara Única de São Bento e Vara Única de Guimarães; Rota 5) 1ª Vara de Vitorino Freire, Vara Única de Paulo Ramos, Vara Única de Olho D'Água das Cunhãs e Vara Única de Pindaré-Mirim.

3) Entrega à Cooperativa de Reciclagem de São Luis, por intermédio do convênio nº06/2019, de 254.564 processos para fins de eliminação, o que corresponde a aproximadamente 80 toneladas de papel.



**COORDENADORIA
ADMINISTRATIVA**

Venho através deste relatório informar as atividades inerentes à Coordenadoria Administrativa da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão, durante todo o ano de 2019.

A Coordenadoria Administrativa da CGJ possui atribuições de planejar, dirigir, coordenar e controlar a execução dos serviços administrativos. Dentre as funções executadas estão a organização dos procedimentos de trabalhos, participação em projetos da Corregedoria e Tribunal de Justiça, o acompanhamento e orientação dos serviços de sua competência quanto à operacionalização e melhorias, a fiscalização dos serviços de copa, cozinha, limpeza, vigilância e segurança, a manutenção do prédio, apoio logísticos quanto ao deslocamento de pessoas e transporte de materiais, bem como a fiscalização de contratos de prestação de serviços que estão sob sua responsabilidade: o Fornecimento de alimentação para as Sessões dos Tribunais do Júri de São Luís, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar e o de Alienação de bens e materiais apreendidos judicialmente.

A equipe deste setor é formada pela Coordenadora Administrativa Thaís Silva Muniz, o Secretário da Coordenadora Administrativa Francisco das Chagas Mousinho Lago, o Técnico Judiciário Newton Cláudio Monteiro Bello, a Auxiliar Judiciário Administrativo Luciane da Conceição Carvalho Carneiro, totalizando 04 (quatro) servidores. Para o desempenho dos trabalhos contamos com o auxílio de 15 funcionários terceirizados da Empresa Gestor Serviços.

O Setor manteve sob sua gerência a Divisão de Transporte, a Divisão de Gestão e Controle Documental e a Seção do Protocolo, organizando para que todos os setores funcionassem da forma mais eficiente.

A Coordenadoria Administrativa organizou toda a estrutura para a realização das inscrições do Projeto “Casamentos Comunitários” em São Luís. A primeira etapa ocorreu no auditório do Centro Pedagógico Paulo Freire, da UFMA, em 15 de junho, com vinte postos informatizados que efetivaram 440 inscrições. A segunda etapa aconteceu no Fórum Desembargador Sarney Costa pelo período de 03 a 12 de julho, que realizou 475 (quatrocentos e setenta e cinco) inscrições, agendadas através do telejudiciário, em parceria com os 05 (cinco) cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais de São Luís.

No dia 09 de novembro do 2019, a Coordenadoria preparou a estruturação para a realização do referido projeto em São Luís, organizando decoração do espaço físico, aquisição de cadeiras, brindes, alimentações, divisão das equipes, logística, contratação de banda e reserva de espaço para juízes e desembargadores para celebrar a união de 915 casais e demais convidados no Centro de Convenções da UFMA.

O desempenho da Coordenadoria Administrativa estendeu-se efetivamente em todos os casamentos realizados nas Comarcas do Estado do Maranhão, orientando, distribuindo materiais do projeto e estando presente em mais de 20 (vinte) municípios que solicitaram a presença deste setor para auxílio na organização das solenidades.

Outro projeto que teve envolvimento direto desta Coordenação foi a “Campanha DECLARE SEU AMOR”, que incentiva os contribuintes a destinarem parte do seu imposto de renda aos Fundos da Criança e do Adolescente do Maranhão, através de confecção das camisas, flyers e visitas nas Comarcas para orientações sobre como realizar as doações aos Fundos que amparam crianças e adolescentes.

A Coordenadoria Administrativa da CGJ está em parceria com o Núcleo de Gestão Socioambiental na adoção de boas práticas para otimização de recursos/redução de desperdício/ menor poluição, através da utilização de copos de papéis tipo envelope, distribuídos em pontos de bebedouros, copos de papéis branco em eventos, canecas e xícaras ecológicas no setor, separação de materiais em plásticos, metais, vidros, resíduos orgânicos, pincéis, canetas, pilhas e baterias, e remédios vencidos, de todo o prédio e enviados para a coleta seletiva. Em 2019 foram coletados 1.668kg de resíduos. Assim também, como na campanha “DESTRALHA”, quanto à devolução de materiais permanentes que não estão sendo usados nas unidades administrativas, tais como equipamentos de informática (monitores, CPU, teclados, mouses, cabos, nobreak, scanner) e móveis (cadeiras, mesas, armários, telefones) aos setores responsáveis pelo recebimento.

No que se refere à manutenção predial, a Coordenadoria Administrativa efetuou pedidos de materiais de consumo semanalmente para a limpeza e conservação dos ambientes pelos agentes terceirizados; intermediou a solicitação de manutenção dos aparelhos de ar-condicionados dos setores; solicitou visita dos técnicos que fazem manutenção preventiva e de ordem de serviço quando há problema no elevador; acompanhou a execução de todas as três etapas dos serviços de dedetização.

Do mesmo modo que prestou auxílio e solicitou ao Setor de Engenharia os seguintes serviços realizados: Troca de várias lâmpadas, a maioria já é do tipo LED; Manutenção em portas e trincos; Pintura de paredes, tetos e portas em dois gabinetes das Juízas Auxiliares da Corregedoria, sala de Estatística, sala da Coordenadoria das Serventias, Divisão de Correição e Inspeção, sala da Coordenadoria de Finanças e de Pessoal e Seção do Protocolo.

No mês de Julho/2019, a Coordenação Administrativa, através da Coordenadora Thaís Muniz, participou diretamente do Projeto “DIGITALIZAR JÁ”, idealizado pelo Corregedor Desembargador Marcelo Carvalho e pelo Presidente do Tribunal, Desembargador José Joaquim Figueiredo, que tem como finalidade virtualizar todos os possíveis processos físicos, transformando-os em digitais. No referido mês fora instalada a primeira

central de Digitalização e Migração na Comarca de Timon-MA. Em continuidade ao projeto realizou treinamentos in loco, através de pólos, para os servidores de todas as Comarcas do Estado do Maranhão.

Em Setembro/2019 participou da instalação da Central de Digitalização e Migração dos Processos Físicos para o Pje de São Luís, que conta com o apoio de servidores, policiais militares e reeducandas, funcionando no Fórum da Capital, bem como realizou treinamento para os componentes da equipe da referida central.

Em dados atuais (12.01.2020) já foram digitalizados e migrados o percentual de 11% (onze por cento) do acervo físico, totalizando 30.018 (trinta mil e dezoito) processos virtualizados. Há de se ressaltar que sem quaisquer custos e recursos extras, apenas com o desempenho e boa vontade dos servidores e magistrados.

Portanto, a Coordenação Administrativa da Corregedoria Geral da Justiça vem através deste relatório demonstrar as suas principais funções e o bom desempenho de suas atividades no ano de 2019.

EXPEDIENTE

Equipe ASCOM CGJ

Juliana Mendes

Josy Lord

Márcio Rodrigo

Francisco Mesquita

Heider Lucena

Helena Barbosa

Jodeilse Mafra

FOTOS

ASCOM CGJ

Josy Lord

Ribamar Pinheiro

Núcleo do Fórum de São Luís

Núcleo do Fórum de São Luís

Valquíria Santana

Priscila Costa

Artes e Diagramação

Tiago Erre / ASCOM TJMA

